

REVISTA BRASILEIRA DE

BIBLIOTECONOMIA

E DOCUMENTAÇÃO

VOLUME 18 NÚMEROS 1/2

JANEIRO/JUNHO

1985



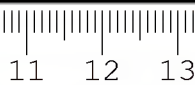
FORMAÇÃO PROFISSIONAL
CURRÍCULO
GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
ESTÁGIO
MERCADO DE TRABALHO



III SEMINÁRIO NACIONAL DE INFORMÁTICA E BIBLIOTECONOMIA
23 A 29 DE SETEMBRO DE 1985 — SÃO PAULO - S.P.



Digitalizado
gentilmente por:



Federação Brasileira de
Associações de Bibliotecários

FEBAB

Diretoria 1984/1986

May Brooking Negrão

Presidente

Carminda Nogueira de Castro Ferreira

Vice-Presidente

Maria Angélica Carneiro Martorano

Secretária Geral

Helena Gomes de Oliveira

Primeira Secretária

Humberto Sampaio Lima

Segundo Secretário

Pedro Luiz Martinelli

Primeiro Tesoureiro

Maria Arlete Pivari

Segunda Tesoureira

Anibal Rodrigues Coelho

Observador Legislativo

Maria de Fátima de C. F. Zanin de Freitas

Editora

Maria de Lourdes Cortez Romanelli

Assessora de Valoriz. e Divulg. Profissional

Associações filiadas:

Associação Paulista de Bibliotecários

Associação Profissional dos Bibliotecários de
Pernambuco

Associação Profissional de Bibliotecários do
Rio de Janeiro

Associação Riograndense de Bibliotecários

Associação Profissional dos Bibliotecários do
Estado da Bahia

Associação dos Bibliotecários Municipais de
São Paulo

Associação de Bibliotecários de Minas Gerais

Associação dos Bibliotecários do Distrito
Federal

Associação dos Bibliotecários do Ceará

Associação Campineira de Bibliotecários

Associação dos Bibliotecários São Carlenses

Associação Paranaense de Bibliotecários

Associação Bibliotecária do Paraná

Associação Profissional de Bibliotecários do
Amazonas

Associação Profissional de Bibliotecários do
Estado do Maranhão

Associação Profissional de Bibliotecários da
Paraíba

Associação Catarinense de Bibliotecários

Associação dos Bibliotecários do Rio Grande
do Norte

Associação Profissional de Bibliotecários do
Mato Grosso do Sul

Associação Profissional dos Bibliotecários do
Espírito Santo

Associação de Bibliotecários do Estado do Piauí

Associação Alagoana dos Profissionais em
Biblioteconomia

Associação de Bibliotecários do Estado de
Mato Grosso

Associação dos Bibliotecários de Rondônia

Associação Profissional dos Bibliotecários de
Goias

Associação Profissional dos Bibliotecários de
Sergipe

Associação Profissional dos Bibliotecários do
Estado de São Paulo

Revista Brasileira de BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

Órgão oficial da

Federação Brasileira de
Associações de Bibliotecários

Editora:

Maria de Fátima de C. F. Zanin de Freitas

Redatora:

Carminda Nogueira de Castro Ferreira

Secretários:

Pedro Luiz Martinelli

Maria Angélica Carneiro Martorano

Jornalista responsável:

Maria Alice Amoroso Nunes

(11.239 MTB – DRT – SP)

Tradutora:

Ana Maria Martinelli

Conselho Editorial:

Dra. Neusa Dias de Macedo

Terezine Arantes Ferraz

Carminda Nogueira de Castro Ferreira

Em convênio com o

Instituto Nacional do Livro/MEC

Publicação: 4 nºs em 2

Números atrasados: Cr\$ 5.000 (sede da
FEBAB)

Assinatura até 1985 (2 fascículos:

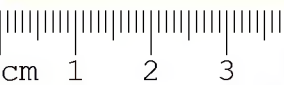
Pessoa física Cr\$ 25.000 – Pessoa

Jurídica Cr\$ 40.000)

Pagamentos em cheque visado pagável em
São Paulo ou ordem de pagamento em
nome da Federação Brasileira de Associa-
ções de Bibliotecários, ou ao Banco do
Brasil S/A.

Agência 9 de Julho, conta nº 70.599-3.

Estrangeiro: US\$ 30 dólares.



Digitizado
gentilmente por:



SUMÁRIO

REVISTA BRASILEIRA DE **BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO**

Editorial

Artigos

- 7 Relatório da Diretoria Executiva – 1984
- 12 Sonia Giubilei
 Currículo: Trajetória de um Compromisso
- 20 Maria Martha de Carvalho
 A Graduação em Biblioteconomia: Perspectiva face ao Novo Currículo Mínimo
- 27 Elza Corrêa Granja
 O Estágio na Formação Profissional do Bibliotecário
- 33 Cléa Dubeux Pinto Pimentel
 Formação Profissional e as Perspectivas do Bibliotecário
- 44 Jeannette Marguerite Kremer
 Escola de Biblioteconomia – Pós Graduação
- 52 Neusa Dias de Macedo
 Reflexões sobre "Educação Contínua para o Bibliotecário"
- 62 Oswaldo Francisco de Almeida Júnior
 Mercado de Trabalho
- 78 Cecília Andreotti Atienza
 Legislação Profissional

Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo
Volume 18, números 1/2, páginas 1-142
janeiro/junho 1985
ISSN 0100-0691



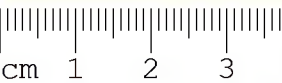
Digitalizado
gentilmente por:



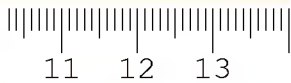
98	Bibliografia: Bibliotecário Brasileiro e sua Formação Profissional
107	Legislação
116	Movimento Associativo
120	Homenagens
124	Documento
127	Resenha
129	Teses
132	Noticiário
137	Cursos e Eventos

Toda a correspondência para a RBBB deve ser dirigida à Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários

Rua Avanhandava, 40, cj. 110
01306 - São Paulo - SP
Fone: (011) 257-9979



Digitizado
gentilmente por:



CONTENTS

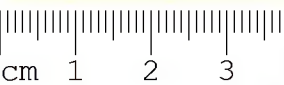
REVISTA BRASILEIRA DE
**BIBLIOTECONOMIA
E DOCUMENTAÇÃO**

Editorial

Articles

- 12 Sonia Giubilei
Curriculum: Road to an Engagement
- 20 Maria Martha de Carvalho
Library Science Graduation: New Trends With a New Curriculum
- 27 Elza Corrêa Granja
Training and Library Science Education
- 33 Cléa Dubeaux Pinto Pimentel
Professional Education and Trends for the Graduate Librarian
- 44 Jeannette Marguerite Kremer
Library Science Schools: Graduation Courses
- 52 Neusa Dias de Macedo
Reflexions on Continuing Education for Librarians
- 62 Oswaldo Francisco de Almeida Júnior
Job Market
- 78 Cecília Andreotti Atienza
Librarianship Legislation

Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo
Volume 18, numbres 1/2, pages 1-142
january/june 1985
ISSN 0100-0691



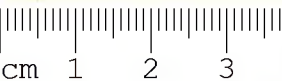
Digitalizado
gentilmente por:



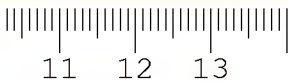
98	Bibliography: The Brazilian Librarian and his Professional Education
107	Legislation
116	Library Associations: News
120	Tributes
124	Document
127	Review
129	Thesis
132	News
137	Courses and Events

Quarterly publication
 Single number - US\$ 30.00
 abroad (1982) - US\$ 15.00
 Orders should be placed to

“Federação Brasileira de
 Associações de Bibliotecários”,
 Address - rua Avanhandava, 40, cj. 110
 CEP 01306 - São Paulo - SP - Brazil



Digitizado
gentilmente por:



EDITORIAL

De 1 a 3 de julho de 1983, realizou-se em Piracicaba, São Paulo, a 2a. Jornada Paulista de Biblioteconomia e Documentação, promovida pela Associação Paulista de Bibliotecários (A.P.B.). O Tema Central "Formação Profissional e as Perspectivas do Bibliotecário" suscitou interesse na classe. Embora não seja prerrogativa específica da Biblioteconomia, sente-se que não foram ainda fixadas sólidas bases e conceituações necessárias para o desenvolvimento de programas abrangentes dentro da formação profissional (acadêmica e continuada). Os seis tipos de personalidade da Teoria de Holland, relacionados com seis ambientes similares (motora, intelectual, adaptiva, persuasiva, estética e de apoio), coexistem na profissão do bibliotecário tornando-se difícil estabelecer fundamentações e diretrizes que possam servir como fonte de informação auxiliar na formação profissional, adequada à crescente complexidade de mundo de trabalho na área da Informação.

Na impossibilidade de publicar os Anais, que comportariam todos os trabalhos na íntegra, a A.P.B. solicitou ao Conselho Editorial da R.B.B.D. que selecionasse alguns deles para lhes ser dada merecida divulgação.

Mais do que por critérios de valor, o Conselho guiou-se por uma linha lógica de assuntos de interesse geral da classe. Textos sobre: Currículo e Estágio, Perspectivas do Profissional Bibliotecário, Pós-graduação, Formação Contínua, Mercado de Trabalho e Legislação Profissional foram



Digitalizado
gentilmente por:



selecionados.

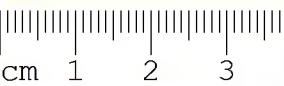
O limite de páginas da R.B.B.D., imposto por restrições financeiras, não permitiu que alguns outros bons trabalhos fossem incluídos na publicação. Uma bibliografia sobre o tema foi incluída para que os interessados possam aprofundar seu estudo.

As Associações que não mandam notícias para a FEBAB, podem penitenciar-se lendo o que algumas estão fazendo sob a liderança de seus dinâmicos Presidentes. Todas passam pelas mesmas dificuldades; por que algumas não desanimam e sempre figuram no "pró-memória" da R.B.B.D.?

A Diretoria da FEBAB presta contas de um ano de gestão através do Relatório/84. As palavras, no entanto, são frias e inexpressivas (como convém a um relatório objetivo) para traduzir o entusiasmo e devotamento da equipe que, sob a coordenação da Presidente May Brooking Negrão, deu de si "mais do que a força humana permita", para não desmerecer a confiança nela depositada e continuar o profícuo trabalho iniciado por Laura Russo e continuado por Esmeralda Aragão e Antonio Gabriel.

No próximo número da R.B.B.D. que, esperamos, sairá com menos atraso, serão incluídos assuntos variados para satisfazer diferentes necessidades de informação.

C.N. de C.F.



Digitalizado
gentilmente por:



RELATÓRIO DA DIRETORIA EXECUTIVA – 1984

1. Considerações gerais

A Diretoria Executiva da FEBAB, eleita durante Assembléia Geral realizada em setembro de 1983 em Camboriú, entrou em exercício em 2 de janeiro de 1984, tendo-se reunido, entretanto, por várias vezes antes dessa data para planejar os trabalhos do triênio, sendo elaborado um Plano de Ação, amplamente distribuído às Comissões, Associação filiadas, Entidades afins e a Membros do Congresso.

O ano de 1984 foi dedicado à organização administrativa da sede, à consolidação financeira, à organização de eventos, ao relacionamento com instituições e ao início de execução das atividades propostas no Plano de Ação.

2. Sede

A sede da FEBAB, composta de dois

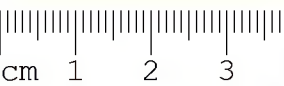
conjuntos no mesmo andar de um prédio no centro de São Paulo, de fácil acesso aos bibliotecários, teve o conjunto mais novo, adquirido em dezembro de 1983, organizado com a doação de móveis de biblioteca pela firma SOLIDOR, o que possibilitou o melhor armazenamento das publicações da FEBAB e de seus órgãos, tendo havido descarte de material bibliográfico inservível como catálogos antigos de editoras.

3. Assuntos administrativos

As tarefas administrativas e de controle financeiro foram distribuídas entre os membros da Diretoria Executiva, conforme o Estatuto.

3.1 Secretaria

Tendo à frente a Secretaria Geral e a 1a. Secretária, além da arrumação da sede, teve como incumbência o trabalho



de organização dos arquivos e de pastas de correspondência enviada e recebida; controle de funcionários, através do Centro de Integração Empresa-Escola, CIEE; elaboração do Jornal da FEBAB, veículo de informação às Comissões e Associações filiadas; e está sendo feito levantamento de fabricantes de equipamentos e mobiliários para bibliotecas tendo em vista o Sistema de Informação sobre materiais e equipamentos para bibliotecas.

3.2 Editoração

Composta uma Comissão Editorial, sendo indicados e aprovados como membros Neusa Dias de Macedo, Terezine Arantes Ferraz, além da Editora e da Vice-Presidente.

Além da edição de 4 números do JORNAL DA FEBAB com notícias referentes ao movimento associativo, foram publicados:

a) REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO 16(3/4) 1983; 17(1/2) 1984; 17(3/2) 1984 no prelo

Vários contatos foram feitos para que se conseguisse publicação de anúncios, tendo a PTI aproveitado a oportunidade oferecida; contato está sendo feito para divulgação da Revista em Portugal.

b) CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO ANGLO-AMERICANO – 2a. parte

Com o apoio do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, IBICT, através de projeto elaborado, conseguiu-se auxílio para publicação do mesmo, sendo feito seu pré-lançamento ao preço de Cr\$ 25.000 (vinte e cinco

mil cruzeiros), estando a obra no prelo. Feito contato para divulgação em Portugal.

c) FOLHETO COMEMORATIVO DOS 25 ANOS DA FEBAB.

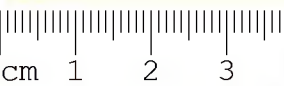
3.3 Tesouraria

Foi elaborado para 1985, aprovado na Assembléia Geral; realizadas todas as atividades de controle financeiro: movimentação de contas, cobrança e emissão de recibos, procedimentos à venda de publicações e outras vendas, entendimentos com fornecedores, controle de convênios e de auxílios do Instituto Nacional do Livro, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Secretaria Municipal de Cultura, bem como locação da garagem da sede.

3.3.1 Venda de publicações

A venda de publicações vem se revelando uma das maiores fontes de recursos e vem sendo executada pela 2a. Tesoureira e 2.o Secretário, após elaboração de plano estratégico de vendas.

Foi adotada a política de se proceder à venda em todos eventos bibliotecários e incentivar a venda pelas Associações. Assim, o estande da FEBAB fez-se presente na VIII Bienal Internacional do Livro, com a colaboração das Associações: Associação Paulista de Bibliotecários, Associação Profissional dos Bibliotecários do Estado de São Paulo e Associação de Bibliotecários Municipais; na Feira do Livro do Instituto de Pesquisas Tecnológicas; no V Encontro de Bibliotecários do Vale do Paraíba, com colaboração do Diretório Acadêmico da FATEA; além da venda feita pela própria FEBAB no 2.o Congresso Brasileiro de Publicações/Semi-



nário Brasileiro de Reprografia.

A venda de publicações da FEBAB pelas Associações tem se revelado uma fonte de recursos para as mesmas, pois a elas reverte 30% do preço de vendas, o mesmo ocorrendo com colaboradores, como o Diretório Acadêmico da FATEA.

3.3.2 Venda de botões

Foram feitas duas remessas de botões de divulgação da leitura, sendo a primeira em conjunto com a APB, APBESP e ABM.

4 Organização de eventos

A organização de eventos concomitante ao início de uma gestão resultou num esforço muito grande para que não houvesse prejuízo às funções rotineiras da Diretoria Executiva.

Em agosto, a FEBAB participou da VIII Bienal Internacional do Livro, em São Paulo, onde organizou a comemoração de seus 25 anos, com homenagens a antigas Diretorias.

Foi organizado e realizado o 2.º Congresso Brasileiro de Publicações/Seminário Brasileiro de Reprografia de 23 a 28 de setembro, em São Paulo, e, antecedendo, dias 22 e 23 a Assembléia Geral, ponto alto da programação pois nela foram discutidos assuntos gerais de interesse da classe: registro de não profissionais nos Conselhos; Ação Programada em Ciência e Tecnologia do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, com a presença de sua Diretora Yone Sepúlveda Chastinet; PADCT; diagnóstico da situação das Associações

e Comissões. Na oportunidade houve visita de membros das Diretorias de Associações e Comissões à sede da FEBAB.

5 Comissões Permanentes e Associações filiadas

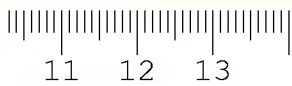
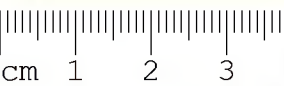
Tanto as Comissões Permanentes como as Associações filiadas vêm enfrentando uma série de dificuldades, tendo a FEBAB, na medida do possível, tentado auxiliá-las.

Foi feito um estudo da situação das Associações e Comissões pela Secretária Geral, Assessora para Assuntos de Comissões; novo diagnóstico será feito após o recebimento dos relatórios de 1984. Para simplificar foi feito um modelo de relatório publicado no n.º 4 do Jornal da FEBAB, mas apesar do Estatuto da FEBAB obrigar a entrega do relatório até 28 de fevereiro, só foram recebidos os relatórios da CBBPE e da ABDF.

A Presidente visitou a sede da ABDF em maio.

Com a finalidade de descentralização de ações foi proposta a criação de Assessorias Regionais, em suspenso por decisão da Assembléia Geral, realizada em setembro.

A FEBAB tem prestado apoio à Associação Profissional de Bibliotecários do Espírito Santo, responsável pela organização do XIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, após ter sido assegurado pela Associação seu intento de efetuar o evento, apesar das dificuldades que vem enfrentando, tendo a Associação recebido, por duas vezes, visita da Vice-Presidente, Assessora para



assuntos do Congresso. E está sendo feito levantamento de produção bibliográfica do movimento associativo para ser apresentado neste Congresso.

Além disso, a FEBAB vem incentivando as Associações no sentido de realizar gestões visando a formação de sindicatos, visando evitar a evasão de recursos aplicáveis ao desenvolvimento da profissão em outros programas.

6 Representação

A FEBAB fez-se representar pela Presidente e Vice-Presidente em eventos e no relacionamento com entidades.

6.1 Participação em eventos:

— Faculdade Teresa D'Avila, Santo André, SP, 1.º de março — Dia do Bibliotecário;

— VI Reunião Interamericana de Bibliotecários e Documentalistas, Brasília, DF, maio;

— VII Jomada Sul-Rio-Grandense de Biblioteconomia e Documentação, Porto Alegre, RS, julho;

— Seminário "Estruturação, Produção e Disseminação da Informação em Banco de Dados", da Secretaria Especial de Informática, São Paulo, SP, agosto;

— Reunião Anual da Associação de Bibliotecas Inglesas, Londres, Inglaterra, setembro — Visita à sua sede e estabelecimento de convênio, publicado na RBBB, que possibilitará a tradução do material publicado pela entidade inglesa; visita a um sistema de bibliotecas públicas e escolares;

— V Encontro de Bibliotecários do Vale do Paraíba, Lorena, SP, outubro;

— Encontro Nacional de Biblioteconomia e Informática, São José dos Campos, SP, novembro;

— 1.º Encontro Sul Brasileiro de Documentação Jurídica, Curitiba, PR, novembro.

6.2 Relacionamento com entidades

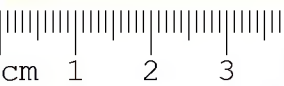
— Câmara Brasileira do Livro — a FEBAB, conforme seu Plano de Ação, elaborou uma Proposta de colaboração entre os dois órgãos de classe visando a divulgação da biblioteca e do livro, tendo já começado com a participação da FEBAB em um estande da VIII Bienal Internacional do Livro e dos Seminários realizados durante o evento;

— Conselho para realizar atividades comuns em benefício da profissão;

— Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPQ — a FEBAB se fez representar nas reuniões que culminaram com a elaboração da Ação Programada em Ciência e Tecnologia, fazendo parte da Comissão de Informação do Conselho de Desenvolvimento Científico do órgão; além disso, a FEBAB indicou bibliotecários para participarem do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, PADCT;

— Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Faculdade de Biblioteconomia e Documentação;

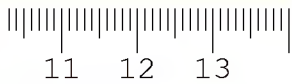
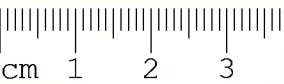
— Movimentação Brasil Informática — a FEBAB foi uma das entidades que participou do Movimento Brasil Informática, apoiando a reserva do mercado



nacional para equipamentos;

- Rede Globo de Televisão – foi mantido entendimento prévio com um de seus membros visando a divulgação do hábito de utilizar a informação;
- Seminário sobre Política Editorial Brasileira;
- UNESCO – visita ao Diretor do Pro-

grama Geral de Informação, Sr. Jacques Tocatlián, em setembro, em Paris, na companhia de Célia Ribeiro Zaher, Diretora da Divisão de Promoção do Livro; entendimentos com o Diretor da Comissão Nacional da UNESCO (o IBECC) Sr. Cleanto de Paiva Leite.



CURRÍCULO: TRAJETÓRIA DE UM COMPROMISSO

Sonia Giubilei*

RESUMO

Trata das distorções sobre reformulação curricular e da não preocupação de verificar ou de justificar para que, para quem ele deverá servir. Analisa enfoques denominados “bancário ou de conservação social e problematizador” ou de transformação social, focalizando ainda propostas operacionais. Currículos não devem ser relações de disciplinas com a respectiva carga horária. Mas propostas que deverão ser vividas pelos alunos e professores para servirem de suportes para o futuro profissional, comprometido com a realidade em que vive, lutando para que ela se modifique.

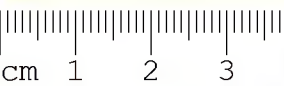
Palavra chave – *Currículo: Conceitos*

REFLEXÕES INICIAIS

Muitas vezes, o termo currículo é interpretado de maneira tão simplista que ficamos perplexos; e isto acontece num momento em que é palavra de ordem reformular os currículos para acompanhar as transformações por que passa o mundo.

Assim, é comum ouvir-se falar em proposta de reformulação curricular quando nada mais se está fazendo do que introduzir ou retirar disciplinas de um curso, ou deslocar disciplinas pelas diferentes séries. Para aqueles que começam hoje a verificar sobre o verdadeiro sentido de Currículo, ouvir tais afirmações e perceber tais posturas só traz grandes preocupações.

* Professora da Faculdade de Educação da PUCAMP e da UNICAMP, São Paulo.



SUMMARY

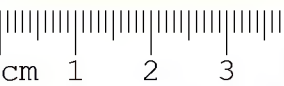
It tells about the distortions on curriculum reformulation and about the carelessness to find out or to give reason for "what" and "whom" it will serve. It analyses situations like "concerning banks or of social preservation and problemizer" or of social modification, aiming at operational proposals. Curricula should not mean a list of disciplines and their respective timetable. But proposals to be lived by the students and teachers which will serve as a support for the future professional, engaged with the reality in which the individual lives, fighting for its modification.

Keyword: – *Curriculum: concepts.*

Entretanto, pode-se verificar que esta situação é um reflexo da situação global dos Planos Educacionais Brasileiros, nos quais, em muitos momentos, percebe-se claramente expresso o sentido de currículo que acima enfocamos. Não se tem a preocupação de verificar ou de justificar para que, ou para quem deverá servir a nova proposta de reformulação. O fundamento filosófico do currículo nem de longe transparece nessa sugestão.

Com isto, estamos dizendo que, para repensar o currículo, há que se buscar a sua fundamentação na filosofia, na sociologia e na psicologia. Que homem queremos formar? Que ser é este de que a sociedade necessita? Quais seus fins, direitos e perspectivas? Para isto, os fins da educação devem ser buscados e trabalhados. Esse homem vive em grupo, é um ser social e, portanto, deve refletir sobre seu papel na sociedade. Quais as expectativas, ansiedades, motivação e percepções que este homem tem? São estas indagações que devem estar na mente daqueles que se preocupam em pensar o currículo.

Por que a concepção de currículo ficou tão marcada como sinônimo de "grade curricular"? As propostas contidas nas legislações não dão a entender isto? Quando se fala em currículo do curso de Biblioteconomia, Currículo de Direito, Currículo de Pedagogia etc., pensa-se primeiro no perfil do profissional aliado a um posicionamento da grade curricular, que venha corresponder a esse perfil, cuja preocupação é formar um profissional de acordo com as necessida-



des da comunidade.

Etimologicamente a palavra currículo implica num sentido de caminhada, percurso, corrida, trajetória, jornada etc., conotando continuidade, seqüência, movimento. Este sentido dinâmico desaparece na conceituação tradicional, para a qual "currículo" surge sob forma estática, acabada, legal. Esta concepção caracteriza um ensino burocrático, preocupado em atender apenas às normas legais, esquecendo-se de trabalhar, o "para que", o "como", o "quando" e o "onde" verdadeiras preocupações de um currículo dinâmico.

Para maior entendimento verificaremos como se trabalha o currículo a partir de enfoques que lhe dão roupagens específicas.

ENFOQUES CURRICULARES E PROPOSTAS OPERACIONAIS

Chamaremos enfoques curriculares diferentes pontos de vista que permitem identificar os elementos conceituais que guiam o processo de tomada de decisões curriculares. Assim, consideramos dois os enfoques que norteiam as atividades curriculares e que englobam várias propostas operacionais para sua viabilização em cada um. O primeiro enfoque denominamos "bancário" ou de conservação social e o segundo "problematizador" ou de transformação social, ambos embasados em aspectos filosóficos, psicológicos e sociológicos.

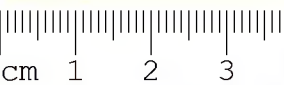
Esses enfoques referem-se a distintas dimensões e bases conceituais do processo

de delinear o currículo. O primeiro enfoque identifica-se mais com o processo ensino-aprendizagem, com o domínio de conteúdo, enquanto que o segundo refere-se ao processo de estruturar, organizar e conceber o currículo dentro de um contexto mais amplo do sistema educativo. Além disso, esse enfoque caracteriza-se por sua orientação valorativa e por esperar compromissos éticos, morais e sociais dos educadores, e dos educandos, enquanto que o primeiro enfoque, isto é, "bancário" ou de conservação social, é mais funcional e procura ser neutro em questões de valores.

Para um melhor entendimento, passemos a uma análise mais aprofundada de cada um, tentando focalizar suas diferentes propostas não de uma forma excludente mas até corporativa, pois as propostas podem aparecer, todas, em um mesmo enfoque.

ENFOQUE "BANCÁRIO" OU CONSERVAÇÃO SOCIAL

O enfoque "bancário" ou de conservação social tem como premissa básica dotar o indivíduo de destrezas e habilidades para sobreviver no presente e alcançar o máximo desenvolvimento pessoal. Identifica-se com verdades consagradas pela ciência as quais deve cada aluno dominar, memorizar e aceitar como prontas, acabadas não questionáveis. A característica marcante desse enfoque que se desenvolve nas relações dominador-dominado, é o reflexo do que aconteceu na sociedade global, incentivando o dominado a



assimilar os mitos culturais do dominador. Este, por sua vez, como detém o poder, envolve o dominado, impedindo-o de distanciar-se para analisar criticamente a realidade que o circunda.

Nesse enfoque, o professor é o dono do saber, é a autoridade que detém o conhecimento que deve ser passado ao aluno: proposta que se justifica pelo monólogo. Trata-se do uso do saber para exercício do poder, reduzindo o educando à condição de coisa, roubando-lhe o direito de ser sujeito de sua própria história. Trabalha-se a obediência, a subordinação, a humildade do nada saber, e que deve estar presente em todas as atitudes dos alunos. Transfere-se ao professor a responsabilidade de dominar o indivíduo, torná-lo dócil, pacato, desconhecedor de sua própria história.

Quais seriam as propostas operacionais que viabilizam esse enfoque? A primeira, seria a *tecnologia*, dando ênfase mais ao como se estrutura e se organiza o ambiente de ensino-aprendizagem, do que ao que se deve ensinar, isto é, conceitualiza-se a função do currículo essencialmente como processo de encontrar meios eficientes para alcançar fins desejáveis e pré-determinados. Essa proposta parece envolver a idéia de que uma vez dominadas as tendências para organizar e planejar a instrução, a problemática curricular estará essencialmente resolvida. Verifica-se aqui que o aluno fica reduzido á posição de mero consumidor dos conteúdos trabalhados, facilitados por uma parafernália tecnológica, tornando o mundo do conhecimento divertido, desaparecendo,

é óbvio, o trabalho criador como trabalho efetivo.

O trabalho educacional é apoiado por uma gama imensa de equipamentos que dão a entender aos menos avisados que o professor está atualizado nas propostas renovadoras de trabalhar a educação. Não se quer aqui dizer que toda tecnologia educacional, já por si só, é falha. O que se deve levar em consideração é que essa tecnologia deverá vir acompanhada de uma problematização, que seja um meio não um fim.

A segunda proposta operacional diz respeito ao processo de *elaboração de objetivos*. Nessa proposta a idéia é a de que o elemento chave é o funcionamento adequado da organização educacional, elaborando objetivos claros que venham a permitir um plano racional de atividades. Um professor que elabora corretamente objetivos, principalmente os operacionais, já teria um triunfo para o sucesso de seu trabalho pedagógico. Aqui não há preocupação na elaboração de objetivos mais amplos com apoio nos fins da educação, e em relação com a realidade sócio-cultural onde essa mesma educação está inserida.

A terceira proposta operacional fundamenta-se no *instrumento legal administrativo*. Essa proposta procura criar mecanismos legais e administrativos que venham a dar subsídios às mudanças curriculares propostas. Em toda situação a lei rege os encaminhamentos das decisões. Nada se faz que não esteja definido na legislação. Apóia-se num trabalho burocrático, tecnicista. Esta proposta trabalha o conheci-



mento oficial representativo de configurações ideológicas dos interesses da classe hegemônica. A própria escolha do conhecimento escolar, freqüentemente se baseia em pressuposições ideológicas que fornecem as regras para o pensamento e a ação dos educadores.

Os conteúdos trabalhados estão de forma sutil na legislação e servem aos interesses dos opressores, provocando adaptação à situação de opressão. Condiciona à conformidade com convenções, praxis sem sentido, domesticação das consciências, do comportamento dos indivíduos e dos grupos.

ENFOQUE PROBLEMATIZADOR

O segundo enfoque, "problematizador" ou de transformação social, está embasado na preocupação e no respeito do educando como sujeito de sua própria história, culminando na visualização de uma sociedade em que os indivíduos assumam o compromisso profissional com essa mesma sociedade.

O clima que se evidencia nesse enfoque permite um ambiente de trabalho de confiança, de ajuda e de respeito às condições reais dos que estão envolvidos. Esse clima também propicia um pensamento crítico que representa a mola propulsora que leva o educando a pensar e repensar a realidade, favorecendo o aparecimento de opiniões discordantes, que geram um processo de debate, culminando na elucidação de caminhos e trajetórias a serem percorridas como uma tarefa global para o equilíbrio próprio da

sociedade.

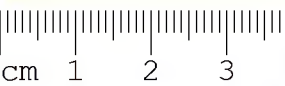
A reflexão crítica direciona, pois, para um conhecimento que não é livresco, formal ou dissociado da realidade, mas sobretudo para um ato criativo libertador e solidário. Há uma nítida preocupação com o conteúdo próprio do Currículo qual seja: a realidade social, política e econômica da sociedade em que vive.

Constituem preocupação dos educadores e uma reflexão constante as seguintes indagações: a quem deve servir a educação, quais seus objetivos: com que recursos poderão contar? Nesse sentido, a visão de homem compromissado com a sociedade estará presente nos atos educativos, demonstrando a formação do indivíduo de acordo com a dada filosofia. É, portanto, essa filosofia adotada que dará direção ao currículo, à caminhada que, tanto educadores quanto educandos farão de modo integrado, coeso, interligado.

A busca constante desse enfoque é a existência de uma sociedade aberta isto é, democrática, participativa, crítica, permitindo aos indivíduos que nela convivem a procura permanente de sua mútua humanização.

As propostas operacionais que viabilizam este enfoque são:

O currículo como base para reconstrução social. Nessa proposta, procura-se identificar o papel da educação no contexto sócio-cultural. Os fins da educação são aqui considerados em termos de experiências globais. O educando identifica-se como um agente de transformação



social.

O currículo se organiza e se desenvolve com base nos princípios que orientam e promovem a transformação social de maneira evolutiva e ao mesmo tempo servem de base para a difusão de inovações.

A segunda proposta de viabilização refere-se ao *currículo como instrumento político*. Aqui o currículo serve de veículo para implementar reformas que respondam aos problemas sociais e educacionais. Indica a função política que podem assumir as decisões curriculares dentro do contexto nacional. O currículo pode ser trabalhado como um instrumento libertador, com o qual se estimula os educandos a utilizar de uma maneira crítica e criativa sua realidade e a descobrir a maneira de participar na transformação de seu meio.

O currículo pode oferecer uma oportunidade para que cada pessoa ou grupo de pessoas exerça um papel mais decisivo na configuração e determinação de seu próprio futuro e tenha maior controle das variáveis que afetam sua vida.

Para que possamos compreender como um enfoque curricular está presente nas diferentes concepções passaremos a análise de alguns autores que tratam do assunto:

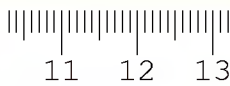
Maria Irma Sarubbi¹, analisando uma série de definições de currículo, cita Gagné, identificando o currículo como

“uma série de unidades de conteúdo” correspondendo ao conceito mais tradicional. No Brasil, durante quase todo o período imperial e a primeira República, o Colégio Pedro II serviu de marco na definição de conteúdos que deveriam ser seguidos pelas demais escolas que desejassem ser equiparadas a ele. Uma concepção um pouco mais ampla que a tradicional é a de Calixto Suárez Gomes, também citado por Sarubbi, “conjunto de atividades de aprendizagem realizadas pelos alunos na escola sob a direção do professor levando em consideração o fim da educação”.

Uma concepção que identifica o enfoque “bancário” ou de conservação social, é citada por Albert Victor Kelly²: “O currículo é o oferecimento de conhecimentos, habilidades e atitudes socialmente valorizados e postos à disposição dos estudantes através de uma variedade de arranjos, durante o tempo em que eles estão na escola, na Faculdade ou Universidade”. Verifica-se, nesse conceito, que o conhecimento está pronto, identificadas as atitudes que serão valorizadas, estando tudo à disposição do aluno, bastando a ele somente ir buscar, ou solicitar durante o tempo em que estiver na escola.

(1) SARUBBI, Maria Irma Rosa. *Curriculum*. Buenos Aires, Stella, 1970.

(2) KELLY, Albert Victor, *O currículo; teoria e prática*. São Paulo, Harbra, 1981.



Charles R. Christine & Dorothy V. Christine³ — definem currículo como: "Plano detalhado para obter mudanças desejáveis na conduta do aluno". Vejam a que corresponde essa concepção, levando em consideração que o currículo deve trabalhar "mudanças desejáveis" na conduta do aluno. Perguntamos a quem essas mudanças são consideradas desejáveis? Ao aluno? A concepção fala em "conduta", portanto, toma o ponto de vista comportamental. O currículo vai ser bom se efetivamente mudar a conduta esperada do aluno. Não se cogita o trabalhar a reflexão com o aluno, como uma proposta de desenvolvimento da consciência crítica.

Um conceito mais abrangente e que vem ao encontro ao que agora estamos tentando trabalhar é o apresentado pela Professora Maria Nilde Mascelani⁴ estabelecendo que currículo é o "conjunto organizado de experiências, de vivências e de situações estimuladoras do desenvolvimento humano". Percebe-se, aqui, como o enfoque problematizador ou de transformação social está presente, objetivando trabalhar todo o ser humano, em sua globalidade. Vive-se aquilo que se diz, pratica-se aquilo que se prega. É, portanto, estimulador, rico, dinâmico e

gerador de atividades educacionais significativas para o ser e para a comunidade em que vive.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, é sem sombra de dúvida a execução do currículo um grande compromisso que deve ser assumido por professores, funcionários e alunos de instituições educacionais. Execução essa que se fará sempre em grupo e jamais individualmente.

Situações aparecerão em que todos deverão analisar os textos legais e deles retirar as interpretações necessárias que subsidiarão as propostas de reformulação curricular. Necessário se torna captar as mensagens desses textos e enxergar até onde querem ir e, a partir daí, propor alternativas de soluções para os problemas existentes.

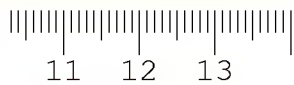
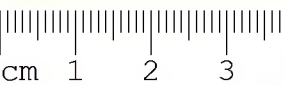
É necessário que os currículos, refletidos e trabalhados nos cursos, não sejam relações de disciplinas com a respectiva carga horária, mas sobretudo propostas que deverão ser vividas pelos alunos e professores durante o curso e que venham servir de suporte para o profissional do futuro.

Esse suporte não será exclusivamente fundamentado em um tecnicismo, que implicaria numa concepção de "indivíduo adestrado"; ao contrário, visa a um tipo de profissional comprometido com a realidade em que vive, lutando para que ela se modifique.

Um currículo que busque vivências

(3) CHRISTINE, Charles T. & CHRISTINE, Dorothy V. *Guia practica para el currículo y la instrucción*. Buenos Aires, Guadalupe, 1973.

(4) MASCELANI, Maria Nilde. *Currículo: a distorção de um conceito*. (Texto mimeografado).



constantes, deve conseqüentemente trabalhar os problemas que afligem a comunidade e transformá-los em temas em torno dos quais encontre uma configuração dinâmica e estimulante de reflexões constantes. Nesse ambiente, o aluno não cultivará um clima de passividade, mas sim o confronto de idéias e a debates cada vez mais enriquecedores, não só para um futuro profissional, apenas, mas acima de tudo, como ser humano autodeterminado. Os processos de estimulação do pensamento crítico, do ponto de vista do currículo aqui focado, visam formar no futuro profissional um forte senso de responsabilidade quanto ao futuro da sociedade, situando-o na esfera de liberdade, que permite rejeitar condições mutiladoras e que através do papel crítico da consciência do homem, permiti-

te que ele consiga agir como ser humano livre, fazendo a sua história.

Ao Bibliotecário não fica apenas o desempenho de funções técnicas, de eficiência e rapidez, mas acima de tudo um papel educativo visualizando dias melhores para um povo tão sofrido e distante das possibilidades de contato com os vários meios de comunicação. Mas não se deve esquecer que o cidadão, que não tem essas condições, é um ser humilde que também faz cultura, assim como contribui para a riqueza da perpetuação da história de seu povo. É aí que o bibliotecário tem um grande compromisso com esse humilde cidadão, com a sociedade que lhe deu a oportunidade de profissionalizar-se e, acima de tudo, consigo mesmo como um ser de raciocínio lógico, crítico e libertador.



A GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA: PERSPECTIVA FACE AO NOVO CURRÍCULO MÍNIMO

Maria Martha de Carvalho*

RESUMO

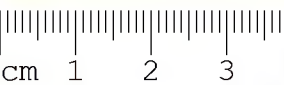
Considerações sobre o novo currículo aprovado pelo Conselho Federal de Educação e sobre dificuldades na sua implantação.

Apresenta sugestões para solucionar os problemas mais sérios, que são os de infra-estrutura: preparação de corpo docente; critérios de seleção de alunos e a adequação da biblioteca do próprio curso. Finaliza enfatizando o papel da ABEED na promoção de um maior entrosamento entre os cursos e seus docentes.

O Currículo Mínimo de Biblioteconomia, aprovado pelo Conselho Federal de Educação (CFE), em 1962, constituiu marco significativo para a Biblioteconomia brasileira e fator decisivo para se conseguir o tão almejado nível universitário para os bibliotecários. Também foi ele que procurou conciliar as duas correntes de influência na formação de bibliotecários: a francesa ou humanista e a americana ou tecnicista. Por ter sido a primeira iniciativa de padronização, a implantação do currículo mínimo trouxe inúmeras dificuldades às Escolas. A inclusão das matérias culturais, com vista a fornecer embasamento ao bibliotecário, para exercício de atividades, tais como:

Palavra chave – Currículo: Biblioteconomia.
Graduação ABEED: Função

* Professora da Escola de Biblioteconomia da UFMG. Assessora da Biblioteca Central da UFMG.



A GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA: PERSPECTIVA FACE AO NOVO CURRÍCULO MÍNIMO

SUMMARY

Considerations on the new minimum curriculum approved by the Government Education Council and on the difficulties for its establishment.

It presents suggestions to solve the most serious problems, which are the infra-structure ones: preparation of the teaching body; criteria for selection of students and the library adjustment to the course itself. It ends giving emphasis to the role of ABEBED in the promotion of a bigger adaptation between the courses and the teaching staff.

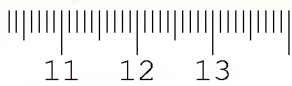
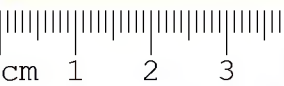
Keyword – *Curriculum: Librarianship. ABEBED graduation: function*

Classificação e Referência, não foi bem interpretada. Os professores recrutados para lecionar essas disciplinas não se integraram realmente ao curso e não se definiu o por que lecionar Evolução do Pensamento Filosófico e Científico; Introdução aos Estudos Históricos e Sociais; História da Arte numa Escola de Biblioteconomia.

Além disso, a falta de recursos humanos e financeiros levou algumas escolas a destinar carga horária reduzida para as disciplinas culturais. E, o que foi mais grave, a posicioná-las indevidamente no plano do curso visando a oferecê-las a 2 ou 3 turmas ao mesmo tempo.

Por não ter um objetivo bem definido e com número de horas reduzido, as disciplinas culturais pouco a pouco se transformaram em “ornamentais”. A utilidade delas passou a ser para atrair candidatos para o vestibular, já que as disciplinas técnicas, por serem muito específicas, não serviam como atrativo.

Em decorrência da insatisfação reinante, propostas de mudança do currículo começaram a aparecer. Constata-se total falta de consistência nas propostas apresentadas até 1971. O que se propunha, em 1965, não apareceu na proposta de 1968 e, isto, mais uma vez, ocorreu em 1971. A maioria das matérias propostas não passava de desdobramentos ou mudanças de terminologia. As escolas se esqueciam que tinham liberdade para fazer isso sem que fosse necessário alterar o currículo mínimo no CFE. Frustradas as tentativas de mudança do currículo acima mencionadas, o assunto volta a apa-



recer na pauta das reuniões da ABEED.

Em 1976, na reunião realizada em Campinas, foi criada uma comissão formada de representantes da UFMG, UFPE e UFPR. A referida comissão deveria preparar um ante-projeto para posterior discussão em âmbito nacional. Os estudos foram feitos em cada um dos estados integrantes da comissão tendo sido constituídas equipes locais de trabalho. Após uma análise, os 3 estudos das equipes estaduais deram origem a um único documento.

Demonstrando maior maturidade, o documento elaborado pela comissão levou em consideração questões básicas para a mudança do currículo, expressas nos seguintes pontos:

- 1 A mudança de currículo mínimo se impõe como consequência de uma mudança social maior.
 - 2 A necessidade dessa mudança se evidencia quando o profissional já não corresponde totalmente às exigências sociais.
 - 3 Deve-se delinear o produto final que se pretende, em vista das necessidades e tendências da sociedade.
 - 4 O profissional que se deseja formar deve responder à situação social apresentada, e ser um agente de transformação e desenvolvimento da sociedade em que está inserido.”
- (1)

Foi esse mesmo documento que constituiu a base para que um grupo de professores de São Paulo (USO), Paraná, Paraíba, Santa Catarina, Minas Gerais,

Brasília e o IBICT elaborasse, por solicitação do MEC, o ante-projeto de currículo mínimo, encaminhado finalmente ao CFE.

Após luta que durou mais de 6 anos, o novo currículo mínimo foi aprovado com alterações. Essas alterações, em parte, prejudicaram a filosofia que orientou a proposta de mudança. Mas ainda resta a possibilidade de amenizar os prejuízos quando as escolas elaborarem seus currículos plenos.

Passados exatamente 20 anos, tempo que vigorou o currículo mínimo anterior, vamos iniciar uma nova etapa no ensino da Biblioteconomia Brasileira.

Estado atual

No momento, as 30 escolas de Biblioteconomia existentes no país estão envolvidas na elaboração de seus currículos plenos. Por uma razão inexplicável, a Resolução de CFE, que aprovou o currículo mínimo, fez a nosso ver uma exigência esdrúxula: as Escolas terão de submeter ao CFE, cada uma de “per-si”, seu currículo pleno. Estariam os legisladores duvidando da capacidade ou seriedade dos responsáveis pelo ensino em nossa área? Em caso afirmativo: teríamos dado prova de incompetência em ocasiões anteriores? Prefiro pensar ser essa uma inovação do CFE e que irá fazer a mesma exigência para todas as áreas.

Mas não cabe agora discutir e sim envidar esforços para que o plano de cada curso considere as peculiaridades



A GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA: PERSPECTIVA FACE AO NOVO CURRÍCULO MÍNIMO

regionais que estão a exigir formação de profissionais diversificados para atender às necessidades específicas da região.

Vale lembrar que a simples extensão do curso, aumento de 3 para 4 anos, pode representar um ônus para instituições e alunos se não houver uma contra partida significativa para o aprimoramento do profissional que se deseja formar. Isso reforça o que já foi dito por Polke "Mudança curricular requer liderança comprometida para transpor a apatia profissional e encaminhar mudanças graduais que facilitem o advento de um novo ensino. Esta liderança teria que criar uma estratégia na busca de meios e modos pelos quais esta nova mudança contribua para mudança efetiva na educação do bibliotecário brasileiro." (2)

As escolas, mais uma vez, serão colocadas à prova na elaboração do currículo pleno. Deverão enfatizar os aspectos sociais da Biblioteconomia, mas ao dar ênfase não poderão perder de vista a dimensão técnica que sempre foi peculiar a ela. Mas, como a Biblioteconomia é uma profissão social por excelência, vale a pena correr o risco até ver o novo profissional produzido.

Infra-estrutura dos cursos

Já se disse que uma escola se faz com professores e alunos. Para completar eu diria que a biblioteca também constitui elemento básico na infra-estrutura da Escola.

No Brasil, pela necessidade urgente de formar bibliotecários, as escolas

foram criadas sem estar devidamente preparadas. Mas não é o momento de criticar o que foi feito e sim tentar corrigir as deficiências.

Corpo docente

Um dos pilares de uma escola é, sem dúvida, seu corpo docente. Para que haja um bom desempenho, a equipe de professores deve estar integrada e em constante contato. A existência apenas de professores de tempo parcial leva a um estado geral de acomodação tornando difícil, se não impossível, qualquer entrosamento entre os colegas. O tempo parcial, como norma geral, prejudica não só a realização de atividades de pesquisa mas, também, qualquer espécie de trabalho em equipe. Isso sem falar no prejuízo para o próprio ensino, pois ao professor não sobra tempo para aprimorar os conhecimentos que irá transmitir aos alunos.

No recrutamento ou seleção de professores, uma prática que as escolas deveriam evitar é a de admitir recém-formados, sem qualquer experiência profissional ou treinamento didático, para assumir todas as responsabilidades de uma disciplina. O ideal seria admitir os recém-formados como colaboradores ou auxiliares para trabalhar sob a orientação de um professor experiente. Dessa maneira, a escola estimularia a formação de novos professores que, no futuro, reforçaria os quadros de docentes. Na maioria das escolas, atualmente, é reduzido esse quadro.

Essas situações trazem inúmeros prejuízos não só para o conceito da escola



como para o aproveitamento dos alunos. Se o objetivo precípuo das escolas é formar profissionais criativos, dotados de iniciativa, a primeira medida a ser tomada deverá ser a melhoria do corpo docente. Precisamos, de maneira acelerada, aumentar o número de professores de tempo integral em nossas escolas. Em 1963 as Normas de Medellin (3) recomendavam que as Escolas deveriam ter um mínimo de 3 professores em tempo integral.

Mas, passados 20 anos, quando aquele mínimo já deveria ter sido ampliado, constatamos, com certa tristeza, que a maioria das escolas brasileiras ainda continua funcionando sem professores em tempo integral. Outro problema que precisa ser urgentemente enfrentado pelas escolas é o da capacitação docente. Devem as escolas se conscientizar que seus professores precisam possuir a mesma qualificação dos professores das outras unidades universitárias. Deverão ser dadas oportunidades aos professores para se aperfeiçoar, através de seminários, participação em cursos de especialização, mestrado e doutorado. Nesse esforço de capacitação dos docentes as escolas, em nenhum momento, devem se esquecer da formação didática, pois não basta saber "o que" transmitir mas também "como transmitir".

Corpo discente

A matéria prima das escolas de Biblioteconomia é seu corpo discente. É essa matéria prima que deve ser trabalhada para no final se transformar nos profis-

sionais criativos que todos desejamos.

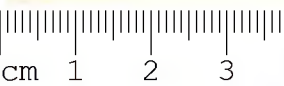
As motivações para estudar Biblioteconomia são variadas. Há os que se sentem atraídos pela Biblioteconomia; os que querem um curso que lhes dê um diploma universitário sem muito esforço; os que querem ocupar o tempo com alguma coisa.

As escolas recebem também os que, por duas ou mais vezes, tentaram o vestibular para outros cursos e que chegam à Biblioteconomia sem saber o que realmente querem. E, por falar, em vestibular, algo está errado. O sistema vigente não é eliminatório mas apenas classificatório. E, por não existir grande competição na área de Biblioteconomia, o total de pontos dos primeiros colocados não lhes permitiria atingir nem mesmo os últimos lugares em alguns cursos.

Diante dessa realidade, muito importante será a missão dos professores que motivarão os alunos para que, pouco a pouco, descubram a razão de estar na escola e qual o papel do bibliotecário na sociedade.

Biblioteca

A biblioteca, como suporte no processo ensino-aprendizagem, é um fato que não se discute; porém, ainda constitui um sonho contar-se com uma bibliografia mínima para formar os acervos das bibliotecas nas escolas de Biblioteconomia. Os acervos dessas bibliotecas, assim como os serviços que oferecem, estão longe — salvo raras exceções — de atenderem satisfatoriamente aos alunos e professores.



A GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA: PERSPECTIVA FACE AO NOVO CURRÍCULO MÍNIMO

Um plano de reforço bibliotecário trará benefícios para o ensino, a pesquisa, mas a aquisição desse material e a assinatura de periódicos cada dia que passa se tornam mais dispendiosas. Para sair desse impasse, talvez a solução fosse desenvolver um programa cooperativo em que todas as escolas do País pudessem compartilhar os recursos bibliográficos diminuindo sensivelmente as despesas. Seria, então, recomendável que as escolas unissem esforços e, sob a coordenação de algum órgão, no caso a ABEBD ou o IBICT, formassem um catálogo coletivo de livros e periódicos. Contando com esse instrumento passariam a utilizar o COMUT para obtenção de cópias ou empréstimos das obras.

Entrosamento entre escolas

A necessidade de manter padrões, planejar e implementar programas, constitui tarefa muito pesada para cada escola. Assim, é necessário que elas cooperem e colaborem mais do que vêm fazendo até agora para assegurar o máximo de benefício para o ensino da Biblioteconomia.

Essa colaboração poderia se desenvolver de várias maneiras:

1 Intercâmbio de professores, de um Estado ou cidade entre as escolas. Isto os auxiliaria a adquirir experiência em contextos diferentes, examinar planos de curso, trocar idéias com outros colegas sobre conteúdo programático e metodologias adotadas. Além de todas essas vantagens, teria outra que seria a de "quebrar o gelo" para futuros contatos de um

colégio invisível.

2 Preparação de material didático — As escolas poderiam colaborar entre si na preparação de materiais para ensino, traduções de artigos, de livros textos da área.

3 Organização de cursos — Para todos que estão na área de ensino, constitui ponto pacífico. Necessidade de aprimoramento dos conhecimentos dos professores. Assim, seria necessário a realização freqüente de cursos de extensão e de reciclagem para professores de uma escola, de uma região ou a nível nacional.

4 Encontro de professores, coordenadores didáticos e/ou diretores de escolas. Infelizmente, por circunstâncias diversas, nem todas as escolas estão no mesmo nível de desenvolvimento. Em vista disto, a reunião periódica de professores seria muito válida. Eles poderiam discutir problemas comuns e juntos tentar solucioná-los.

O principal objetivo da ABEBD vem ao encontro das necessidades atuais das escolas: proporcionar oportunidade para os professores de escolas brasileiras se encontrarem para discussão e resolução de problemas comuns.

Terminada a árdua missão de coordenar a reforma do currículo mínimo, cabe à ABEBD intensificar esforços para promover encontros dos professores visando ao entrosamento tão sonhado.

Conclusão

A Biblioteconomia brasileira já atingiu sua maioridade. Já não precisamos buscar



modelos estrangeiros para, sem qualquer análise, implantá-los aqui. A existência de 30 escolas, 6 cursos de pós-graduação e de 4 periódicos já estáveis na área podem confirmar isso.

Mas, no momento em que é aprovado um novo currículo mínimo para graduação, ainda se sente uma certa insegurança por parte dos docentes. Esta insegurança deixará de existir no momento em que soubermos qual o profissional que desejamos formar para a nossa realidade.

É bom lembrar que o currículo não é uma coisa estática, portanto, pode e deve ser alterado sempre que houver necessidade mas, como diz Cesarino "não a sabor de impulsos momentâneos e sim como resultado da análise da situação" (4)

Essa liberdade na elaboração do currículo pleno devidamente apoiada pela infra-estrutura das escolas constituídas pelos seus suportes, corpos docente e discente, bem como a biblioteca, contribuirá para efetiva mudança da formação

do bibliotecário brasileiro das próximas décadas.

REFERÊNCIAS

- 1 FERREIRA, Maria Luiza A. G. et al. Currículo mínimo de Biblioteconomia. *R. Esc. Bibliotecon. UFMG*, Belo Horizonte, 6(1):920-9, mar. 1977
- 2 POLKE, Ana Maria Athayde. Ensino de Biblioteconomia : manutenção ou mudança. *R. Esc. Bibliotecon. UFMG*, Belo Horizonte, 12(1):13-29, mar. 1983.
- 3 UNIVERSIDAD DE ANTIOQUIA. Escuela Interamericana de Bibliotecologia. *Normas para escuelas de bibliotecologia : informes de las Mesas de estudio de la preparacion de los bibliotecarios en la America Latina*. Medellin, Colombia, Editorial Universidad Antioquia, 1968.
- 4 CESARINO, Maria Augusta da Nobrega. O ensino da biblioteconomia: um currículo a ser mudado. *R. Esc. Bibliotecon. UFMG*, Belo Horizonte, 2(1):43-59, mar. 1973.



O ESTÁGIO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO BIBLIOTECÁRIO

Elza Corrêa Granja*

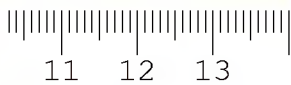
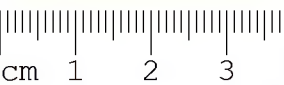
RESUMO

Discute questões sobre teoria e prática posicionando o estágio como elemento facilitador da aproximação entre "saber e fazer". Estágio não pode ser visto como mero treinamento mas como forma de complementação e aprimoramento educacional. Sua validade, entretanto depende de um currículo bem ministrado e da qualidade da prática oferecida: variedade de experiências; competência do supervisor; satisfação das necessidades e interesses do aluno etc. Discute, ainda, a função e a época da realização do estágio; o retorno da experiência do ponto de vista crítico, para debate entre aluno e supervisor; a viabilidade no mercado de trabalho; a questão da coordenação, que inclui desde o planejamento, programação e supervisão e avaliação do estágio. Por fim, são apresentadas seis su-

Examinando a evolução do ensino de Biblioteconomia no Brasil verificamos que este recai ora sobre a prática, ora sobre a teoria.

Segundo GUEDES⁴ houve grande interesse pela prática nas duas primeiras fases de desenvolvimento da educação bibliotecária. Já na década de 1950 a 60 observa-se um certo declínio da prática e uma tendência geral em afirmar o valor teórico (predomínio do currículo acadêmico) e estabelecer uma hierarquização dentro da harmonia das correntes teórica e prática, sempre prevalecendo princípios sobre as normas práticas.

* Professora do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da USP.
Bibliotecária Chefe da Seção de Biblioteca e Documentação do Instituto de Psicologia da USP.



gestões para o melhor tratamento do tema.

Palavra chave – *Biblioteconomia: teoria e prática. Estágios*

SUMMARY

It holds questions on theory and practice, placing the stage as an element that facilitates the approaching between "knowing and doing". This stage should not be considered as a mere training, but as an educational complementation and accomplishment. Its validity, however depends on a well-done curriculum and on the quality of the offered practice: variety of experiences; efficiency of the supervisor; satisfaction of the student's necessities and interests etc.

It still puts on discussion the function and period of the stage; the experience's return from the critical point of view, to be argued between the student and the supervisor; its viability in the labour market; the question of coordination – which includes since the planning, programme, supervision and evaluation of the stage. At last, six suggestions are presented viewing the best treatment of this theme.

Keywords – *Librarianship: Theory and practice. Stages.*

Ainda conforme aquela autora, "a partir de 1970, houve uma inclinação no sentido de reviver a experiência prática; pesquisas e estudos foram feitos e, atualmente, a prática é considerada relevante para a formação profissional do bibliotecário" (GUEDES, 1979).

A prática em Biblioteconomia não é, portanto, um assunto novo mas um problema comum à maioria dos cursos de biblioteconomia.

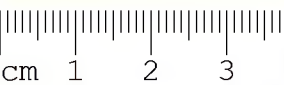
É evidente que, em qualquer formação, é necessário, para não dizermos imprescindível, uma aproximação entre a teoria e a prática. E o estágio é visto como elemento facilitador dessa aproximação.

Desnecessário, portanto, falar aqui da sua importância no processo ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, na formação profissional superior.

Entretanto, é preciso que deixemos claro o que entendemos por estágio, ou seja, qual o conceito que dele temos, sob pena de vermos sua importância confirmada ou sensivelmente reduzida.

O estágio não pode ser visto como mero treinamento prático a que se submete o aluno no decorrer de sua formação até alcançar a graduação. Definí-lo desta forma seria estreitar não só as perspectivas que um programa de estágio pode oferecer, mas subestimar a própria Biblioteconomia enquanto área de atuação confiada a profissional de nível superior.

Periam Danton² afirma que "uma escola de Biblioteconomia não pode concentrar seus esforços, exclusivamente, nas necessidades e práticas comuns tra-



O ESTÁGIO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO BIBLIOTECÁRIO

dicionais das bibliotecas; deve propor e incentivar idéias novas, pesquisar o antigo, reexaminar o aceito, experimentar o não experimentado e servir de guia, visando à inovação dentro de sua especialidade."

Se é verdade que a teoria isenta de prática é estéril e que a prática sem teoria é inconseqüente, o estágio deverá ter por objetivo viabilizar e consolidar esta união entre o ensino teórico e o prático, entre o SABER e o FAZER.

Esta união só ocorre quando há um entrosamento entre a experiência no campo e o currículo acadêmico. Um estágio que poucas opções oferece ao aluno, pouco acrescentará também à sua instrução teórica.

Às vezes o estágio deturpa a idéia inicial do estudante, quando ele se agarra à primeira oportunidade com a possibilidade de conseguir emprego. Como consequência acontece, muitas vezes, perdermos um bom estudante e ganharmos um péssimo profissional.

Por outro lado, um currículo fraco ou mal ministrado poderá emprestar ao estágio, ou seja, à prática, uma importância exagerada.

Há que se ter cuidado, portanto, em não conferir ao estágio objetivos inerentes ao currículo que, de maneira alguma, deverão ser transferidos à experiência no campo, sob alegação de que a prática responderá por essa ou aquela aquisição de conhecimento.

Portanto, a validade do estágio, enquanto elemento de complementação e aprimoramento educacional, estará na dependência direta de um currículo bem

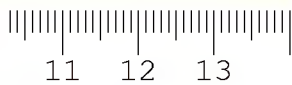
ministrado e da qualidade da prática oferecida, no que diz respeito à variedade da experiência, competência dos supervisores, interesses e possibilidades oferecidas pela instituição e satisfação de necessidades do estagiário, ou seja, motivação.

Não podemos esquecer que os comportamentos decorrem da motivação. No estudante essa motivação se manifesta através da necessidade de fazer um trabalho que satisfaça por si só. Um fator importante para obter satisfação no trabalho, é assegurar entendimento e encorajar o estagiário a refletir sobre o trabalho que realiza e não apenas a executá-lo mecanicamente.

Feitas estas considerações, quanto à importância, objetivo e validade do estágio, poderíamos perguntar qual seria o momento adequado para a realização do estágio em Biblioteconomia?

É comum, por parte das empresas e entidades ligadas a treinamento, recrutar para estágio estudantes de dois últimos semestres de cursos de ensino superior ou profissionalizante. As escolas de Biblioteconomia que vinham adotando o estágio curricular obrigatório estabeleceram essa prática em geral no último semestre. Com a aprovação do novo currículo mínimo pelo Conselho Federal de Educação, fica estabelecido que todas as escolas de Biblioteconomia deverão exigir estágio de, no mínimo 250 horas; não tenho condições de afirmar, mas parece que a maior parte das escolas colocou esse estágio nos últimos semestres do curso.

Apesar dessa maior incidência do está-



gio nos últimos semestres, pesquisa realizada pela professora Jahira Corrêa dos Santos⁵, em sua tese de mestrado apresentada à UFRS (1975), demonstrou não haver diferença positiva significativa no desempenho de alunos que estagiaram durante os três primeiros semestres, e que, portanto, não haviam cursado ainda as disciplinas profissionalizantes, e aqueles que estagiaram no último semestre do curso. Essa mesma pesquisa revela que a motivação do aluno foi fator preponderante no desempenho do estágio.

É discutível, portanto, a obrigatoriedade da realização do estágio no último semestre do curso.

Tendo em vista que o estagiário não é um profissional, mas um estudante em busca de treinamento complementar de caráter profissionalizante, acredito que esta complementação pode ser igualmente valiosa quando acompanha a evolução do conhecimento adquirido em sala de aula e à medida que o curso se desenvolve.

É necessário que os alunos demonstrem sua capacidade de fazer algo com o conhecimento adquirido, isto é, que possam aplicar a informação recebida em novas situações e problemas e, tudo leva a crer, que a retenção do aprendido será maior e melhor se esta aplicação for paralela ao momento da aprendizagem. Há um outro fator ainda a ser considerado e que diz respeito à oportunidade do aluno trazer para o supervisor as dificuldades enfrentadas quando do desempenho que, colocadas para análise, em muito ampliarão os conhecimentos ante-

riormente adquiridos.

Para aqueles que julgam mais conveniente a realização do estágio no último semestre letivo, a vantagem estaria no conhecimento já acumulado pelo aluno que teria sua percepção de realidade já ampliada e estaria em condições de igualdade ampliar sua interação com o campo de trabalho. O aluno se sentiria mais capacitado e, portanto, mais seguro para, com o conhecimento e prática adquiridos anteriormente, melhor direcionar seus interesses e objetivos e, de comum acordo com o supervisor, poderá manifestar seus interesses e dirigir sua prática para uma área, tipo de biblioteca ou serviço para o qual se sinta mais inclinado.

Vejamos qual a viabilidade de que estágios, assim planejados (durante ou no fim do curso), possam ser postos em prática, ou seja, quais as oportunidades que o contexto profissional atual e o mercado de trabalho oferecem ao estagiário para complementar sua formação.

Se levarmos em consideração o estado atual de grande parte de nossas bibliotecas — apresentando limitações de todo o tipo como falta de recursos humanos, financeiros, ausência de equipamentos modernos e procedimentos técnicos desatualizados e inoperantes — somos obrigados a pôr em dúvida a contribuição que tais estágios possam oferecer. Daí enfatizarmos a necessidade de que a entidade ou empresa interessada em receber o estagiário disponha *realmente* de condições que favoreçam o ensino prático, compatíveis com a formação do estudante e em harmonia com os programas esco-



lares.

Estas condições se aplicam também aos recursos humanos disponíveis. Para se formar um bom profissional é preciso que aquele que o treina e orienta *seja* um bom profissional.

É preciso, por outro lado, que o estágio seja objeto de um cuidadoso planejamento, programação, acompanhamento e avaliação, tanto por parte da escola quanto da entidade interessada em receber o estagiário.

Infelizmente não contamos com estudos e pesquisas que nos permitam avaliar a contribuição que os estágios curriculares obrigatórios vêm emprestando à formação do bibliotecário. Parece evidente, entretanto, que não estão atendendo à motivação do estudante. Entretanto, verificamos um interesse cada vez maior por parte das empresas em assinar convênios com as escolas com a finalidade de receber estudantes-estagiários em seu serviços.

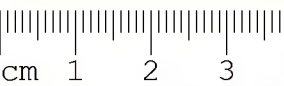
No último relatório do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE)¹ pudemos constatar que 36.497 estudantes no Brasil procuraram esse Centro, tendo sido colocados em estágio 22.165. Nesse mesmo ano 962 novas empresas/ entidades/ instituições firmaram convênio com CIEE que, somadas a 546 outras já cadastradas em 1981, o que gerou um total de 1.645 entidades que concederam estágios para estudantes. Houve um dispêndio total de bolsas-auxílio concedidas a estagiários pelo CIEE no valor de Cr\$ 4.468.000.016 (quatro bilhões, quatrocentos e sessenta e oito milhões e dezesseis cruzeiros).

Já a Fundação do Desenvolvimento Administrativo³, mais conhecida por FUNDAP, mantém, desde 1980, um programa de bolsas para aprimoramento de estudantes de cursos regulares de nível técnico e superior para a realização de estágios junto a órgãos da Administração Centralizada e Autarquia do Estado. Em seu relatório de 1982, verificamos que contratou, através desse programa, 2.000 estudantes de nível técnico (30%) e superior (70%), na capital (65%) e no interior (35%) por períodos de 6 a 12 meses.

Esses dados nos levam a pensar se o estagiário não estaria sendo visto como mão de obra barata e concorrente aos profissionais.

Se, por um lado, o estudante não deve ver o estágio como emprego, uma vez que, nem sempre, a esta altura de sua formação, já tem um objetivo definido, por outro lado, é preciso que as escolas de Biblioteconomia tenham uma participação maior no planejamento, programação, supervisão e avaliação dos estágios com vista a evitarem desvios nos objetivos dessa atividade. Por sua vez, a entidade que recebe o estagiário deve estar consciente de que seu objetivo maior é formar bons profissionais que contribuirão, por sua vez, para impedir o "envelhecimento" dos quadros funcionais da entidade, na medida em que o estagiário constitui um eficiente veículo de renovação de tecnologias e metodologias operacionais.

O estágio é, portanto, uma responsabilidade que deve ser partilhada pelas escolas de Biblioteconomia em perfeito



entrosamento com as entidades que recebem os estagiários. Para tanto procuramos elaborar algumas sugestões, a título de contribuição:

- 1 Estabelecer critérios para credenciamento das entidades interessadas em receber estagiários junto à Escola ou Universidade responsável pela habilitação profissional.
- 2 Celebrar convênios apenas com as entidades/ empresas que ofereçam serviços e condições considerados adequados ou de relevância para a formação profissional do bibliotecário.
- 3 Viabilizar e consolidar a concessão de bolsas-estágio, em sistema de custos partilhado (entidade/ escola) e em número adequado para o período de 6 a 12 meses.
- 4 Estabelecer critérios a serem observados nos programas de treinamento.
- 5 Designar professores que deverão responder unicamente pela disciplina estágio supervisionado, tendo por responsabilidade o planejamento, promoção, acompanhamento e avaliação cuidadosa do estágio.
- 6 Desenvolver estudos periódicos em

relação ao currículo acadêmico no sentido de obter o maior entrosamento possível entre aquele e o programa de estágio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA – *Informativo CIEE, Relatório-Síntese*. São Paulo, CIEE, 1983.
- 2 DANTON, P. K. – *Education for librarianship: criticism, dilemmas and proposals*. New York, Columbia University School of Library Service, 1946.
- 3 FUNDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO – *Relatório Anual de Atividades – 1982*. São Paulo, FUNDAP, 1983.
- 4 GUEDES, M. Z. – *Estágio supervisionado em bibliotecas: proposição e validade de um currículo para ensino baseado na competência*. Curitiba, 1979. Tese (mestrado) Setor de Educação, UFPr.
- 5 SANTOS, J. C. – *Estágio e desempenho do aluno do curso de Biblioteconomia*. Porto Alegre, 1975. Tese (Mestrado) PUC, RGS.



FORMAÇÃO PROFISSIONAL E AS PERSPECTIVAS DO BIBLIOTECÁRIO

Cléa Dubeux Pinto Pimentel*

RESUMO

Identifica fatores condicionantes da evolução político-cultural e econômica brasileira, analisando a atuação do bibliotecário no mercado de trabalho. Reflete sobre as tendências atuais e futuras na área da ciência e tecnologia para um prognóstico sobre as perspectivas do bibliotecário, da Biblioteconomia e da Ciência da Informação.

Cursos de graduação devem preparar bibliotecários generalistas, deixando as especializações para depois.

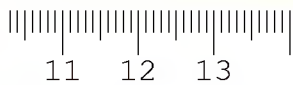
A melhora da formação profissional não depende apenas do novo currículo, mas de conteúdo programático, estratégia pedagógica, mudanças de atitudes, trabalhos práticos e grupamentos.

Principais instrumentos para o aluno são-reflexão, crítica, criação, antecipação.

Em primeiro lugar desejo agradecer aos organizadores desta Jornada pelo enorme privilégio de estar hoje aqui com vocês, falando sobre formação profissional que é um dos pontos-chave de toda a problemática da Biblioteconomia brasileira. Desejo parabenizar a todos por essa iniciativa, pelo esforço desse trabalho, e vamos esperar que os resultados dos debates que aqui serão realizados possam contribuir para uma melhor adequação dos currículos à realidade da nossa sociedade e às expectativas do mercado de trabalho.

Falar sobre formação profissional e perspectivas do bibliotecário no Brasil, leva-nos, necessariamente, numa primeira

* Professora adjunta da Universidade Federal de Pernambuco. Presidente da ABEBD. Convidada especial para abertura da Jornada.



Palavra chave – *Bibliotecário: formação Tendências atuais. Perspectivas futuras.*

SUMMARY

It identifies conditioning factors of the educational political and economical Brazilian evolution, analysing the performance of the librarian in the labour market. It studies the present and future tendencies in the areas of science and technology for a prognosis on the perspectives of the Librarian, the Librarianship and of the Science of Information.

The graduation courses should prepare generalized librarians, leaving socializations afterwards.

The improvement of the professional development does not depend only on the new curriculum, but on the programable content, the teaching strategy, the change of attitudes, practical works and groupworks.

The main tools for the student are: reflection, criticism, creation, anticipation.

Keyword – *Librarian: education Present tendencies. Future perspectives*

abordagem do assunto, ou seja, identificar os fatores condicionantes de nossa própria evolução político-cultural e econômica. Leva-nos, também, a analisar a atuação do bibliotecário, ontem e hoje, no mercado de trabalho, para colhermos experiências e refletirmos demoradamente sobre os caminhos do futuro. Leva-nos ainda a analisar as tendências atuais e futuras na área da ciência e tecnologia para termos um prognóstico mais realista das perspectivas da Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação.

A descoberta e a realização plena do bibliotecário brasileiro somente se fará na medida em que superarmos os graves problemas de atuação profissional. Esta é a grande tarefa que temos diante de nós. Este é o desafio maior aos profissionais e professores conscientes.

A interdependência entre a sociedade e a universidade tem sido continuamente fraudada em sua relação de SER, ao mesmo tempo, causa e efeito de transformações sócio-econômicas, exibindo um desencontro lamentável entre formas políticas e formas culturais.

Estamos a quinhentos anos do descobrimento do Brasil e ainda direcionados para o "além-mar", absorvendo no consumo imediato muita coisa que nos vem de fora; inclusive os padrões de comportamento, as realizações e os atestados de proficiência. As nossas bibliotecas, criadas na inspiração de modelos estrangeiros, deixaram-nos como herança o gosto pelo que vem de fora, pelo formal, sem enfrentar e apurar a essência.

Buscando apenas o formal, sacrifican-



FORMAÇÃO PROFISSIONAL E AS PERSPECTIVAS DO BIBLIOTECÁRIO

do o autêntico, as bibliotecas brasileiras têm, dessa forma, fachadas magestosas e interiores açanhados. A missão da biblioteca continua esterilizada em compartimentos estanques, assépticos, rotulados e inoperantes. A formação do bibliotecário, como de qualquer outro profissional, reflete esse permanente emparedamento, alheia à realidade local, pouco se comunicando entre si e, nacionalmente, apenas via DDD.

A formação do bibliotecário no Brasil, desde o Curso da Biblioteca Nacional até os atuais, descreve um movimento pendular de amplitude variável, marcado por uma realidade social e tecnológica. Produto de uma destinação prática, atendida por uma possibilidade técnica, ao sopro de uma expressão formal puramente subjetiva, não pode a Biblioteconomia fugir à sua missão de testemunha da realidade. E os produtos estão aí, materializados nas bibliotecas, centros de documentação e de informações. Essas bibliotecas e serviços retratam a sociedade a que pertencem.

Ampliando seu campo, o bibliotecário deve hoje afinar a sua competência com os apelos à tecnização, fazendo prevalecer, porém, a visão humanística, única capaz de conferir unicidade ao seu trabalho. Também na estruturação do ensino cumpre preservar a unidade para que a formação do bibliotecário se faça na visão global do homem.

Convivendo ora com os cursos de Informática, ora com os cursos de Comunicação Social, de Arquivologia, de Museologia, de Ciências Sociais e Aplicadas, a

Biblioteconomia terminou sempre por proclamar a sua autonomia no campo do ensino. E o que poderia ter sido a sua auto-afirmação no contínuo evoluir, acompanhando as exigências de época, terminou por significar o seu isolamento. Os Departamentos, Cursos e Escolas de Biblioteconomia estão perdendo contato com a realidade, mas querem participar da história estando ausente do mundo. Sem uma visão crítica da história e do momento político em que está inserida, sem pesquisa científica, sem proposta, não tem condições de participar da vida nacional. Quer se apresentar como unida e coordenada, mas, carece de visão global. Sua mensagem não consegue comover os dirigentes nem o povo. Simetricamente disposta na Universidade, não participa do saber universal, do mesmo modo em que a própria Universidade deixa de participar da vida da comunidade.

O bibliotecário se fecha na sua biblioteca, trabalha quase em segredo, improvisa-se num "sabe-tudo". Solitário, percebe que os seus dons se transformaram em obstáculos para novas percepções. O seu conhecimento se cristalizou como única verdade, fez dogmas das conclusões parciais e sua verdade impede a compreensão do processo vital de mudança.

A conversão do bibliotecário em técnico dinâmico, com espírito renovador e criativo, é certamente um processo longo que precisa começar na escola. Toda revisão é sempre penosa, por conter possibilidades de conflitos. A coragem de recomeçar a cada dia é virtude desconhecida por muitos. São poucos os que se dis-



põem a parar por força das exigências do mercado, ao se designar bibliotecário escolar, bibliotecário universitário, etc.. Mas, a Biblioteconomia se relaciona com o todo, indivisível, solução e não supressão de problemas.

A formação do bibliotecário se confunde, pois, com a própria imagem que o profisional apresenta na sua atuação na comunidade. E tal atuação não pode se reduzir a um exercício meramente técnico ou cultural de uma profissão. É muito mais a participação do homem no processo político de seu país. Mesmo quando a Escola se omite em pensar o significado da função social da biblioteca, preocupando-se mais em formar especialistas, o bibliotecário como profissional, não somente participa do todo, mas reivindica que todos participem.

O sistema capaz de levar à formação do bibliotecário consciente na sua participação criadora deve estar logicamente acima de normas e padrões rígidos de funcionamento. Apoia-se muito mais em autêntica vivência, alimentando a criatividade sempre desperta, associadas ao conhecimento científico atualizado.

Dentro dessas expectativas, a Associação Brasileira do Ensino de Biblioteconomia e Documentação vem conduzindo o processo de reformulação do currículo do curso de Biblioteconomia, salientando a urgência de adequar a formação dos futuros profissionais às necessidades de um mercado em fase de rápida e profunda transformação. Tem sido enfatizada a importância de ser feito um estudo mais profundo para saber o

que o mercado precisa, incorporando-se ao ensino de Biblioteconomia as novas tendências da Ciência da Informação, imprimindo assim uma nova filosofia à profissão.

A realização dos Seminários de Otimização do Ensino de Biblioteconomia, realizados no final de 1982 em 80% das Escolas de Biblioteconomia existentes no país, como primeiro passo para implantação do novo currículo mínimo, apresentaram excelentes resultados, exatamente pela oportunidade de reflexão que o mesmo provocou no pessoal docente. Em muitos casos, tais reflexões permitirão, a elaboração de diagnósticos realistas sobre a situação atual do ensino de Biblioteconomia e conseqüentes alternativas de soluções para os problemas identificados. Muitas escolas concluíram que o ensino vem apresentando um crescente empobrecimento. As características de má qualidade do ensino têm, de modo geral, relação com:

- a) o ensino ser concebido em função das características e necessidades de um hipotético aluno típico;
- b) a predominância da valorização do comportamento do docente e não do comportamento do aluno;
- c) a utilização de estratégias superadas, inadequadas e ineficazes;
- d) o processo de avaliação de aprendizagem centrado em memorização de normas e padronização de rotinas;
- e) a carência ou subutilização de materiais instrucionais que permitam um aprendizado agradável, ativo e eficiente.



FORMAÇÃO PROFISSIONAL E AS PERSPECTIVAS DO BIBLIOTECÁRIO

Estas posições vêm conduzindo a formulação de princípios e ideais para o ensino de Biblioteconomia, fundamentados em uma prospecção do futuro da sociedade, a qual assume a forma de um conjunto de hipóteses explícitas a respeito de suas tendências políticas, econômicas, sociais, científicas, tecnológicas, culturais e comportamentais.

O conjunto de hipóteses destina-se a possibilitar a antecipação de problemas e a inferência de oportunidades — vale dizer, de desafios — para o novo bibliotecário que deverá surgir a partir da vigência do novo currículo mínimo.

O pressuposto básico adotado quanto à sociedade brasileira do futuro é o de que, a médio prazo, o país superará o atual ciclo de dificuldades econômicas e de transição política. A sociedade civil assumirá níveis crescentes de mobilização e organização, ampliando e multiplicando as demandas de grupos e classes sociais no sentido de participar da resolução dos problemas do seu interesse.

No setor da ciência e da tecnologia, o pressuposto básico é de que o país continuará assimilando os conhecimentos científicos e os avanços tecnológicos contemporâneos. Algumas premissas são incontestáveis:

a) a produção mundial de conhecimento científico e de tecnologia continuará crescendo numa progressão geométrica de razão positiva;

b) o Brasil continuará direcionando-se para o "além-mar", importando e assimilando maciçamente as tecnologias mais modernas e sofisticadas — mesmo

no caso em que o estágio de desenvolvimento econômico não os requeira essencialmente — e desenvolverá, paralelamente, uma certa capacidade própria de produção científica e tecnológica;

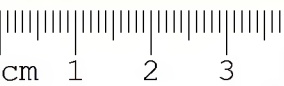
c) as inovações tecnológicas no tocante aos processadores de informações e os meios de comunicação serão rapidamente assimiladas pelas empresas de maior porte, pelo setor público e pelas classes sociais de maior renda;

d) o barateamento dos processadores de informação continuará ocorrendo — em decorrência da miniaturização dos componentes e da elevação das escalas de produção — de modo que estes produtos serão cada vez mais acessíveis à população;

e) os computadores, dos mais variados tipos, desde máquinas de calcular mais simples até os tradutores de línguas estrangeiras e os computadores domésticos — se infiltrarão de tal modo em cada atividade humana que o seu auxílio não poderá mais ser dispensado;

f) mudanças igualmente substanciais deverão verificar-se no terreno das telecomunicações, seja no tocante à comunicação à distância ou a sistemas de informações especializadas e acessíveis a qualquer terminal doméstico, seja no que se refere a equipamento, destacando-se o vídeo-cassete e o vídeo-texto, como os próximos produtos de consumo de massa neste domínio;

g) no campo do conhecimento cientí-



fico e tecnológico admite-se que teorias, modelos e instrumentos surgirão e serão reformulados e aperfeiçoados com rapidez crescente, de modo tal que os conhecimentos adquiridos pelas pessoas, em dado momento, tenderão à obsolescência em prazos cada vez mais curtos.

A hipótese central, com relação às tendências culturais e comportamentais, é a de que a sociedade brasileira assumirá traços culturais mais homogêneos. Neste terreno, considera-se que:

— a disseminação da televisão será definitiva e alcançará praticamente toda a população do país, independentemente de sua localização;

— a difusão de informações continuará acelerada e as mensagens dos meios de comunicação de massa assumirão importância crescente na formação de atitudes e comportamentos humanos;

— é provável que ocorra uma homogeneização de valores e traços culturais através da imposição dos padrões e costumes das cidades geradoras de mensagens (programações nacionais de TV);

— paralelamente, a população estará mais bem informada e capacitada a participar a respeito de fatos e debates de repercussão nacional e mundial;

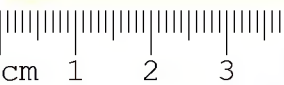
— a educação será cada vez mais valorizada como um requisito indispensável à obtenção de emprego e como um instrumento de ascensão social.

Todas estas hipóteses são pertinentes. Algumas, inclusive, já estão ocorrendo. Hoje já estamos assistindo a uma grande revolução na reprografia e a tendência

será continuar evoluindo na procura de melhor qualidade e de menor custo, impostos pela concorrência entre fabricantes. A mais sensacional novidade na área da reprografia é a máquina que copia em papel projetada na tela da TV ou no terminal do computador. Brevemente teremos no Brasil as fotocopiadoras a cores e o "raio laser". As novidades na fotografia também são bastantes significativas. A Sony anuncia para 1985 a câmera sem filme, chamada MAVICA, que registra a imagem sobre um suporte magnético o qual permite, imediatamente, sem laboratório nem manipulação, projetar a imagem numa tela de televisão comum mediante um "leitor" especial que será lançado ao mesmo tempo.¹

Registra-se hoje, nos Estados Unidos, o fenômeno de que os computadores estão ampliando o mercado de executivos a nível de gerente em diversas organizações. Até setembro deste ano a DIGITAL IMAGENS CORPORATION estará inaugurando em McLean, Virginia, uma indústria capaz de fabricar entre 1 milhão e 3 milhões de COMPACT DISC, de leitura a raio laser no primeiro ano de atividade. Essa indústria será a primeira a produzir nos Estados Unidos discos para o processo que tornou obsoleto o sistema de discos analógicos. Atualmente, o suprimento desses discos está sendo feito por uma indústria na Alemanha, pertencente à POLYGRAM, e duas no Japão controladas pela SONY e pela DENON²

Ninguém desconhece o sucesso que os vídeo-jogos DACTARI estão conseguindo



entre crianças e adultos, nos últimos tempos, assim como os mini-jogos eletrônicos japoneses. Os vídeo-jogos DACTARI, com mais de 150 programas de jogos de aventuras, esportes educacionais, de estratégia e de sorte, começam a influir nos seus admiradores para o uso da microinformática.

Os últimos lançamentos em micro-computadores, como o TK82-C e TK85, o UNITRON AP II, já estão tendo ampla aceitação e emprego no Brasil, sendo os computadores pessoais largamente vendidos. Além desses, temos ainda o Rádio Shack TRS 80 modelo IV, que é um microcomputador a cores, com amplos recursos e grande capacidade gráfica.

Também, hoje, na Alemanha, o mercado de vídeo-cassetes parece uma feira livre depois do meio-dia, com tomates e bananas estragadas sendo arrematados a preços simbólicos. Um aparelho sofisticado, importado do Japão, pode ser comprado atualmente por 330 dólares, e uma grande firma distribuidora de café vendeu um lote de 100 mil vídeo-cassetes em suas lanchonetes a preços incrivelmente baixos.²

No dia 12 de maio de 1983 a Gazeta Mercantil, de São Paulo, publicou uma reportagem sobre o vídeo-texto onde lia-se: "O senhor X, 45 anos, com nove anos de experiência na gerência de uma companhia multinacional em São Paulo, está procurando emprego. Ele datilografa seu "curriculum vitae" e pretensões salariais num teclado eletrônico, inserindo seu anúncio de "procura-se. emprego" nas telas de TV espalhadas por empresas de toda a

cidade — e fica sentado esperando pelo toque do telefone".³ Essa é uma das idéias por trás de um sofisticado sistema de vídeo-texto que a Matra, companhia francesa, fabricante de armas e produtos eletrônicos, está apresentando no Brasil. O serviço de vídeo-texto foi oficialmente inaugurado em São Paulo, em colaboração com a TELESP, em abril de 1983, com mais de mil assinantes. Trata-se de um sistema-piloto ligando terminais em residências e companhias a base de dados que fornecem informações sobre tudo, desde taxas de câmbio e preços de açoes até os programas de teatro e cardápios de restaurantes.

Todas essas tendências no tratamento e uso da informação são muito promissoras. Segundo Robredo, "a Biblioteconomia, a Documentação e a Ciência da Informação estão sendo repensadas no mundo inteiro, uma vez que o livro e o documento impresso já não são mais os instrumentos privilegiados para transmitir os conhecimentos ou conservar a memória. As inovações tecnológicas obrigam a mudar o conceito de documento que aparece como sinônimo de suporte físico de dados, de informações no sentido o mais amplo possível."⁴

Nesse contexto as bibliotecas também estarão mudando. Poderíamos mesmo perguntar: será que existirão dentro de alguns anos bibliotecas como as que temos hoje em dia? Elas não terão novas estruturas, novas apresentações, novo "lay-out", nova dinâmica?

Todos estes desafios exigirão que a formação do bibliotecário seja totalmente



reformulada e adequada à demanda desse novo currículo. Os profissionais que serão formados pelo novo currículo do curso de Biblioteconomia terão que enfrentar essa nova realidade e isso não é apenas uma previsão futurista. É quase que imediato. Tais profissionais deverão começar a atuar no mercado de trabalho em fins desta década e em maior plenitude a partir de 1990.

Vislumbram-se para o bibliotecário grandes oportunidades de atuação profissional. Ainda segundo Robredo, "com todo esse avanço de tecnologia e de processamento integrado de informação, firmam-se dois processos fundamentais, dos quais dependem o sucesso ou o fracasso de todas as operações de armazenagem, difusão e recuperação das informações que são:

- a representação condensada das características dos documentos;
- a representação condensada do conteúdo dos documentos.

Esses processos se assemelham ao trabalho que várias gerações de bibliotecários vêm desenvolvendo através de catalogação ou descrição bibliográfica e classificação/indexação, com a análise temática da informação. Assim, os profissionais que melhor e mais rapidamente podem contribuir, após treinados nas novas tecnologias, são os bibliotecários. E não poderá deixar de acontecer que a demanda de profissionais, capazes de processar os documentos os mais diversos para seu posterior tratamento informatizado, deverá aumentar dia-a-dia para trabalhar nas empresas as mais diversas."⁴

A necessidade de incorporar as novas tecnologias ao cabedal de conhecimento dos bibliotecários deverá ser intensificada nos próximos anos, visando a criação de sistemas locais e regionais em condições de funcionamento lógico e próprio ao nível dos usuários. Dessa posição, sem dúvida, surgirão novos modelos de bibliotecas públicas, escolares, universitárias, especializadas.

As idéias estão no ar. Estão surgindo no mundo inteiro novos conceitos de biblioteca. O Centro Georges Pompidou, em Paris, é um exemplo desse novo conceito de biblioteca pública. Uma biblioteca que seja vista como pólo de informação, cultura e arte. Aqui no Brasil, felizmente, a idéia já está chegando.⁵

São Paulo já tem a Biblioteca Geral do Centro Cultural, recém-inaugurada, que é um modelo novo de biblioteca pública. A Revista ISTO É, no seu número de 16 de março de 1983, fez uma reportagem sobre o assunto e enfatiza que na nova biblioteca do Centro Cultural de São Paulo "não se deve sentar e esperar para que um funcionário localize e deposite sobre a mesa o livro solicitado: usuário mesmo descobre onde está seu volume predileto após manusear um teclado-fichário à sua disposição, logo à entrada. O acervo é composto de mais de um milhão de volumes, incluindo-se livros, revistas, jornais, vídeo-cassetes, discos, slides, etc..."⁶

As mudanças que estão acontecendo na produção do saber e no tratamento da informação já começaram a influir nas decisões dos responsáveis pela formação



profissional do bibliotecário no Brasil, na elaboração dos novos currículos plenos dos cursos de Biblioteconomia. A melhoria da formação profissional, porém, não depende apenas de um novo currículo mínimo, mas de uma série de fatores como conteúdo programáticos, metodologias de ensino, estratégias pedagógicas, mudanças de atitudes, trabalhos práticos, equipamentos, etc..

Não vale mudar o currículo se não mudarem também as estratégias de ensino e especialmente o comportamento do professor na sala de aula. Mas estas mudanças não podem ser isoladas e deverão ser assumidas pela Escola, numa decisão política. O atual sistema de ensino é inadequado ao momento presente e ao futuro contexto sócio-econômico-político-tecnológico. Não adianta "remendá-lo". O momento é propício ao início das inovações necessárias para plantar o sistema do futuro. Quem não tiver medo de inovar terá maiores possibilidades de êxito. As mudanças de comportamento pedagógico não dependem muito de dinheiro, dependem muito mais de criatividade e ousadia para correr riscos. O preço do medo de errar é o imobilismo a curto prazo, o anacronismo a médio prazo e a morte a longo prazo.

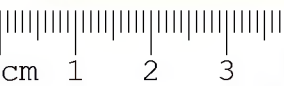
Os educadores têm afirmado que a característica da má qualidade do ensino é a crescente dificuldade do aluno em pensar, criticar, criar e, em última instância, decidir responsabilmente, e tornar-se um profissional incorporado criativamente à sociedade. Esta tendência está correlacionada com as atuais práticas educacio-

nais e, em parte, decorre delas, quando a Escola apoia a aula expositiva em lugar da realização vivencial e da memorização de informações ao invés de racionalização do conhecimento.

Os alunos, ao saírem da Escola para trabalhar, encontram dificuldades em relação ao emprego. Primeiro, ressalte-se porque o número de empregos é muito reduzido e segundo porque não sabem, muitas vezes, sequer decidir pela compra de um equipamento e escolher estratégias de ação para dinamização de um serviço, requisitos necessários para o exercício profissional do bibliotecário.

Infelizmente, constatamos que uma parcela significativa dos alunos demonstra uma baixa capacidade de extrair de um texto a idéia principal e emitir uma opinião crítica através de um julgamento de valor. Também não é comum encontrar alunos capazes de narrar fatos de suas próprias experiências, num texto de pelo menos 20 linhas, sem cometer erros primários de ortografia, concordância e encadeamento lógico. Conclui-se que o aluno não foi e nem está sendo educado devidamente, porque não aprendeu como aprender e que não aprendeu como se ajustar e mudar.

Os professores, por outro lado, empregam métodos e técnicas de ensino totalmente superados. Utilizam essencialmente a palavra com baixíssima participação do aluno. Devido às condições existentes, os professores não são levados a mudar a forma de ensinar. Com baixos salários, sem motivações, com sobrecargas de trabalho, os professores cumprem a carga



horária sem um maior envolvimento com os alunos.

Mesmo considerando toda essa conjuntura, a formação profissional do bibliotecário deverá tomar novos rumos a partir de 1984. Há uma preocupação por parte da ABEBD em estabelecer princípios e diretrizes que possam nortear a preparação dos novos currículos plenos dos cursos de Biblioteconomia. Neste sentido, a ABEBD apresentou às Escolas um conjunto de idéias para o novo curso de Biblioteconomia, as quais reúnem as opções e proposições de nível hierárquico mais elevado do processo de planejamento curricular. As formulações desse nível assume, portanto, um caráter eminentemente político e tem por finalidade indicar o que pode ser feito. As opções apresentadas possuem uma conotação de ideais, algo que mesmo não podendo ser atingido dentro de um horizonte definido de tempo, deve ser perseguido.

Perseguir ideais que dentro das condições atuais e potenciais ou previsíveis, podem ser inatingíveis é uma peculiaridade do homem e de alguns sistemas sociais dos quais participa. O importante, portanto, não está tanto em atingir um ideal, mas em aproximar-se continuamente dele, o que caracteriza, então, a realização de um progresso.

O novo currículo do Curso de Biblioteconomia deverá influenciar os professores na concepção de uma "escola nova" ou da "escola ideal" para o Brasil. Essa "escola" deverá estar comprometida com o ensino de boa qualidade e representar um ideal pedagógico a ser seguido.

Esse ensino de boa qualidade é aquele que procura formar o profissional reflexivo, crítico, criativo e antecipativo.

Portanto, na "escola ideal" o currículo estará centrado em habilidades mentais e vinculado aos valores da comunidade. Os conteúdos programáticos das disciplinas deverão refletir as dimensões de passado, presente e futuro. Conseqüentemente, a escola ideal poderá ser chamada de "escola do futuro" porque há mais do que um desejo de que ela exista; há uma decisão de todos nós de torná-la uma realidade.

O curso de Biblioteconomia tem como função primordial formar o bibliotecário para atuar no mercado de trabalho que é formado tradicionalmente por bibliotecas públicas, escolares, universitárias, empresariais e nos serviços de informações em diferentes níveis. Os cursos de graduação em Biblioteconomia devem, antes de tudo, preparar bibliotecários generalistas, capazes de administrar bibliotecas e serviços de informações documentárias e gerenciais que possuem situações peculiaríssimas. As especializações são posteriores, a partir da graduação, quando então os aspectos particulares serão estudados exaustivamente.

O bibliotecário de que o país precisa hoje é precisará sempre, deverá, acima de tudo, decidir sobre situações não previstas. Estas demandam talento e habilidade.

A formação profissional entendida como um processo educativo, de recriação, carrega em si mesma potência e condições para fazer as pessoas se comportarem frente ao mundo como um



artista perante uma obra de arte. Seu poder — tanto quanto sua fraqueza — decorre do fato de que ninguém se educa sozinho, nem educa outrém, senão que as pessoas se educam mutuamente numa ação e convívio permanente. E nesse processo de convivência as pessoas se introjetam valores, normas e sanções, como também desenvolvem a capacidade de refletir sobre o que ocorre no seu ambiente e no mundo. E é, ainda, através dele que descobrem o futuro como matéria ao seu alcance e sobre ele se dispõem a criar.

Antecipar, refletir, criar, eis os principais instrumentos. Dominar as formas de antecipar o futuro constitui a base do aprendizado, seja dos alunos, seja da comunidade. Por outro lado, refletir e criar são instrumentos preferenciais para superar determinismos, heranças e condicionamentos culturais, restrições históricas, sem que isso signifique um abandono dos valores imutáveis do "dever ser".

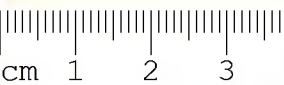
A reflexão, se verdadeira, conduz à ação e esta, por seu turno, com toda a

sabedoria que gera, passa a ser objeto de reflexão.

Para criar, há todo o futuro que precisa ser construído no presente. Assim, ao aceitar a idéia de que o futuro organiza a mudança, a formação profissional deverá construir esse futuro.

Referências Bibliográficas

- 1 ANON. Adeus ao filme: importantes inovações na fotografia. *VEJA*, 27 jan., 1982, p. 82.
- 2 WAACK, W. Videocassetes mostram a guerra Japão x Europa. *Jornal do Brasil*, 2 jan. 1983, Caderno especial, p. 3.
- 3 MARSH, D. Videotexto: São Paulo, mercado-teste. *Gazeta Mercantil*, 12 maio 1983, p. 18.
- 4 ROBREDO, J. *Evolução dos conceitos e das necessidades informacionais*. Brasília, Depto. Biblioteconomia UNB, 1982
- 5 FILLET, R. *Centre Georges Pompidou*. Paris, 1968.
- 6 ISTO É. São Paulo, v. 7, n. 325, 16 mar. 1983, p. 45.



ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA – PÓS GRADUAÇÃO

Jeannette Marguerite Kremer*

RESUMO

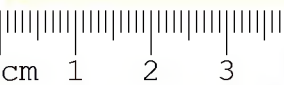
A implantação dos cursos de pós-graduação stricto sensu em Biblioteconomia e Ciência da Informação da década de setenta no IBICT, UFMG, PUC CAMP, USP, UnB e UFPb. Os produtos dos cursos: formação de recursos humanos para ensino e pesquisa, pesquisas e desenvolvimento de literatura nacional de Biblioteconomia e Ciência da Informação. A consolidação dos cursos discutida sob o ponto de vista do II Plano Nacional de Pós-Graduação e perspectivas futuras. As novas normas de funcionamento e credenciamento de cursos de pós-graduação fixadas pela Resolução nº 5 de 10 de março de 1983 do Conselho Federal de Educação. O papel da CAPES no credenciamento, avaliação e financiamento da pós-graduação. A avaliação dos cursos de Biblioteconomia e Ciência da

1 Os cursos de pós-graduação

A pós-graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação *stricto sensu* no Brasil é bastante recente e, conseqüentemente, ainda não se consolidou, Entretanto, já é a principal geradora das pesquisas realizadas na área, embora seu potencial ainda não tenha sido suficientemente explorado.

Em 1970 foi criado o curso de pós-graduação em Ciência da Informação do IBICT, transferido recentemente por convênio para a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Os cursos de pós-graduação em Biblioteconomia propriamente ditos foram todos criados entre 1976 e 1978: na Universidade Federal de Minas Gerais (criado em 1976, credenciado em 1980),

* Professora Adjunta da Escola de Biblioteconomia da UFMG.



Informação em 1983.

Palavra chave – *Cursos de pós-graduação; Biblioteconomia*

SUMMARY

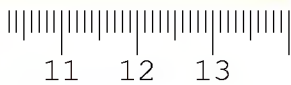
The installation of post graduation courses stricto-sensu in Librarianship and Science of Information from the 70 years' decade in the IBICT, UFMG, PUC CAMP, UnB and UFPB. The products out of the courses: development of human resources for teaching and research, and development of national literature of Librarianship and Science of Information. The consolidation of the courses discussed under the point of view of the II National Plan of Post-graduation e future perspectives. The new rules of working and credentials of the post-graduation courses stated by the Resolution nbr. 5 of the 10th of March, 1983 from the Government Education Council. The task of CAPES in the credentials, evaluation and financing of post-graduation. The evaluation of Librarianship and Science of Information courses in 1983.

Keywords – *Post-graduation courses; Librarianship.*

na Pontfícia Universidade Católica de Campinas (criado em 1977), na Universidade de Brasília (criado em 1978, credenciado em 1982), e na Universidade Federal da Paraíba (criado também em 1978). Além desses cursos, há ainda uma área de opção em Biblioteconomia e Documentação na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, no seu curso de pós-graduação em Ciência da Comunicação, a nível de mestrado desde 1972, e a nível de doutorado a partir de 1980.

A pós-graduação tem por objetivo a formação de pessoal qualificado para o exercício das atividades de pesquisa e de magistério superior. Percebe-se que esse objetivo vem sendo gradativamente alcançado, pois os cursos de graduação e de pós-graduação já contam com um número crescente de mestres formados no Brasil em seus corpos docentes. Esse número foi ainda reforçado por mestres e doutores formados no exterior desde o final da última década. Deve-se ressaltar, entretanto, que algumas regiões foram mais privilegiadas do que outras, pois enquanto em algumas a maioria dos docentes teve a oportunidade de cursar a pós-graduação, noutras observa-se uma situação inversa.

Embora se observe que há algum esforço em fazer pesquisa a nível de graduação em algumas poucas escolas, somente nos cursos de pós-graduação a produtividade em pesquisa está se tornando expressiva, tanto em relação à quantidade quanto à qualidade. A falta de tradição em pesquisa na área ainda prejudica sua



consolidação, mas os progressos no seu desenvolvimento são bastante visíveis.

Entre os produtos da pesquisa estão a melhoria do ensino, com professores mais qualificados, a busca de soluções adequadas e não mais importadas para os problemas nacionais e regionais, e o desenvolvimento de uma literatura brasileira em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Constituindo os cursos de pós-graduação os núcleos institucionais da pesquisa, sua consolidação torna-se então prioritária em qualquer plano de desenvolvimento da área.

Infelizmente, apesar da sua reconhecida importância, as atividades de ensino e pesquisa não são auto-financeáveis. Apesar de serem academicamente institucionalizadas, elas continuam financeiramente instáveis. Essa situação prejudica a pós-graduação, pois sem um fluxo contínuo de recursos públicos sua consolidação não será alcançada.

2 II Plano Nacional de Pós-Graduação

O II Plano Nacional de Pós-Graduação, decreto n. 87.814 de 16/11/82, fixa objetivos, prioridades e diretrizes que consubstanciam a política do Ministério da Educação e Cultura para a pós-graduação. Seu objetivo central "consiste na formação de recursos humanos qualificados para atividades docentes, de pesquisa em todas as suas modalidades, e técnicas, para atendimento às demandas dos setores público e privado. Por recurso humano qualificado, entende-se aquele dotado da capacidade de atuar na fronteira de uma

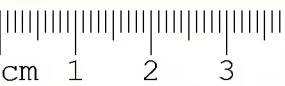
especialidade, não só ao ponto de estar em condições de reproduzir o conhecimento que lhe é transmitido, o que apenas representa a capacidade efetiva de incorporá-lo, mas também de colaborar para o seu avanço, com contribuições significativas, o que representa o domínio real daquela especialidade." Levando em consideração os desníveis regionais e institucionais, reconhece que "especialmente as regiões mais pobres necessitam de recursos humanos capazes de enfrentar com competência os problemas fundamentais que marcam a sua realidade sócio-econômica."

São as seguintes as premissas que fundamentam a Política Nacional de Pós-Graduação:

— a existência de um número crescente de profissionais, pesquisadores e docentes altamente qualificados viabiliza um desenvolvimento científico, tecnológico e cultural próprio e representa garantia real para a afirmação dos valores genuinamente brasileiros;

— a consolidação da pós-graduação depende de um sistema universitário e de institutos de pesquisa, estável e dinâmico em todos os seus níveis e setores, e o seu desenvolvimento pressupõe a existência de condições materiais e institucionais indispensáveis para a plena realização de suas finalidades;

— a pós-graduação baseia-se na existência de docentes e pesquisadores efetivamente engajados na produção de novos conhecimentos científicos,



tecnológicos ou culturais, em instituições que lhes garantam adequada dedicação horária, carga de ensino compatível com a pesquisa e as outras formas de produção intelectual, além de instalações e infra-estrutura necessárias;

– o desenvolvimento da pós-graduação depende igualmente da reformulação da estrutura e do funcionamento das instituições acadêmicas que carecem de uma maior dinamização e de uma desburocratização internas;

– a existência de fontes múltiplas de financiamento, cuja atuação contribua para o êxito da Política Nacional de Pós-Graduação, é considerada um fator indispensável na complementação dos recursos orçamentários das instituições, no processo de implantação, desenvolvimento e maturação de um moderno complexo de pesquisa e pós-graduação."

Ainda falta muito para se chegar a uma situação ideal, mas é interessante notar que as necessidades e problemas da pós-graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação são as mesmas apresentadas pela pós-graduação em geral. Os maiores problemas na área continuam sendo o reduzido número de docentes orientadores e pesquisadores altamente qualificados, e a falta de financiamento para as pesquisas, que é mais marcante na área das Ciências Sociais do que em outras tradicionalmente mais privilegiadas.

A falta de tradição de pesquisa e a

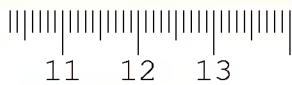
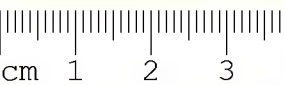
obrigatoriedade de se fazer pesquisa na pós-graduação sem uma infra-estrutura consolidada, engendra a seguinte situação apontada no Plano:

"— A insistência indiscriminada e formal na necessidade de pesquisa engendra, em muitos casos, uma pesquisa de qualidade duvidosa e destinada unicamente ao preenchimento de preceitos burocráticos. Simultaneamente, constata-se por vezes um desperdício de tempo e esforço na utilização de pessoal altamente qualificado, em atividades de ensino e administrativas, que nem sempre se amoldam às características do pesquisador ou cuja carga horária inviabiliza a realização de pesquisa. Em outros casos, prevalece uma situação de certo isolamento do pesquisador, que permanece sem maiores estímulos para uma produção intelectual contínua."

Entretanto, com todos esses problemas, "é dos centros de pós-graduação que procede hoje a maior parte do conhecimento produzido no país e uma contribuição significativa em algumas áreas de tecnologia avançada, equiparáveis ao que é produzido nas melhores universidades e centros de pesquisas estrangeiros."

Entre os objetivos básicos do Plano Nacional da Pós-graduação é importante salientar os seguintes pontos:

"... Todos os esforços de consolidação e de desenvolvimento implícitos neste Plano têm como meta o aumento qualitativo do desempenho do sistema como um todo, criando



estímulos e condições favoráveis, bem como acionando mecanismos de acompanhamento e avaliação.”

“Em passado recente, quase todos os programas que revelaram iniciativa ou potencial de produtividade e desenvolvimento obtiveram recursos, embora nem todos os investimentos tenham apresentado os resultados esperados, enquanto um ou outro grupo promissor ficou sem o devido apoio. Cabe, doravante, apoiar prioritariamente a consolidação do bom e do promissor. Do mesmo modo, será mantido o apoio a novas especialidades e centros que, anteriormente deficientes, logrem alcançar a elevação dos padrões de qualidade de sua produção. Serão reforçados ainda os incentivos, independentemente de instituição ou especialidade, a indivíduos ou pequenos núcleos desde que apresentem potencial de criatividade e boa qualidade.”

“... um acompanhamento mais eficaz permitirá que se reduza a destinação indevida de recursos da pós-graduação a outras finalidades que não as suas específicas...”

É ainda importante salientar, entre as prioridades e diretrizes do Plano, algumas que devem servir de alerta para os cursos de pós-graduação, pois delas pode depender a sua sobrevivência:

“...A mensuração de qualidade é complexa e não conta com nenhum processo isento de controvérsia. Torna-se assim indispensável contar

com a participação ativa da comunidade e de todos os componentes do sistema. Instrumento relevante neste processo será a ampla utilização de consultores científicos para cada especialidade cujos pareceres, bem como os critérios utilizados, serão sistematicamente levados ao conhecimento dos programas avaliados.”

“Para a avaliação de projetos, o mais importante será a exigência de qualidade. Esta incidirá tanto sobre a instituição a receber apoio quanto sobre o mérito do pedido e os resultados finais esperados...”

“Cabe à própria universidade ou instituição acadêmica zelar pela qualidade de seus cursos de pós-graduação, fortalecendo o que é bom e promissor, desestimulando os que não têm maiores possibilidades de recuperação. Os instrumentos de que dispõem as agências governamentais terão caráter complementar, no sentido de reforçar o empenho da própria instituição no apoio às iniciativas bem sucedidas e na gradativa desativação do que, de comum acordo, for considerado como não correspondendo às exigências mínimas de qualidade e desempenho. Para tal é preciso que as universidades e instituições de pós-graduação procedam periodicamente a uma avaliação crítica do seu desempenho e de sua própria produtividade.”

É interessante mencionar ainda que o



Plano pretende também incentivar os cursos de pós-graduação *lato sensu*:

“Alguns tipos de pós-graduação *lato sensu*”, nas diferentes áreas, serão incentivados a um revigoreamento e uma estruturação qualitativa, para que possam passar a figurar como alternativas para os alunos e para os demandantes de mão-de-obra altamente especializada e sejam, assim, compatíveis com as outras opções do sistema.”

O Plano finaliza estabelecendo que, “em termos operacionais, todos os esforços de coordenação e integração do sistema objetivarão prioritariamente conferir a este uma maior estabilidade política e financeira, assim como diminuir as disparidades regionais, institucionais e setoriais que hoje marcam a sua realidade.” Essas palavras, como todo o Plano, podem ser consideradas como uma expressão de otimismo em relação ao futuro da pós-graduação e da pesquisa no Brasil, mesmo nestes tempos de crise econômica.

3 A Resolução 5/83 do CFE

O Conselho Federal de Educação fixou novas normas de funcionamento e de credenciamento dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* na sua Resolução nº 5, de 10 de março de 1983. Essas normas são de grande interesse, pois apenas os diplomas outorgados por cursos credenciados gozam de validade nacional. Atualmente, apenas dois cursos na área, os da Universidade Federal de Minas Gerais e da Universidade de Brasília,

são credenciados.

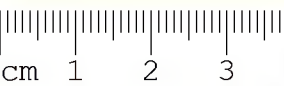
As normas visam claramente a uma melhor qualidade do ensino e da pesquisa. O ítem que pode afetar mais os cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação é o que diz respeito à qualificação dos seus docentes, pois o número de doutores no Brasil ainda é muito reduzido:

“Art. 7º — Aos docentes de curso de pós-graduação exigir-se-á exercício de atividade criadora, demonstrada pela produção de trabalhos originais de valor comprovado em sua área de atuação, e formação acadêmica adequada, representada pelo título de doutor ou equivalente. Parágrafo único: Em casos especiais, a juízo de CFR, o título de doutor poderá ser dispensado desde que o docente tenha alta qualificação por sua experiência e conhecimento em seu campo de atividade.

Art. 8º — Exigir-se-á dos docentes-pesquisadores, em especial dos orientadores, além das qualificações constantes do artigo anterior, dedicação à pesquisa e ao ensino, em condições de formar ambiente favorável à atividade criadora.”

4 O papel da CAPES e a avaliação dos Cursos

A CAPES tem por função coordenar a política nacional de pós-graduação. Para poder atender aos 1.042 cursos de pós-graduação *scrito sensu* do país, começou a implementar a partir de 1976 um siste-



ma de acompanhamento e avaliação desses cursos. Esse sistema permite registrar a evolução da pós-graduação brasileira, avaliar a qualidade do desempenho dos cursos a partir de critérios estabelecidos, e gerar a memória da pós-graduação.

A avaliação é baseada nos relatórios anuais preenchidos pelos cursos e relatórios de visitas, e envolve a equipe técnica da CAPES e o corpo de Consultores Científicos. Os resultados são enviados para os cursos e Pró-Reitorias ou Comissões de Pós-Graduação. Com esse mecanismo intensificou-se o debate em torno da pós-graduação e dos critérios de avaliação, com visíveis benefícios para os cursos.

Desde janeiro de 1981 vem sendo desenvolvido o sistema CFE/CAPES, que consiste na cooperação técnica entre o Conselho Federal de Educação e a CAPES nos processos de credenciamento de cursos. A CAPES fornece um relatório técnico sobre o curso que solicita seu credenciamento, baseado na Memória da Pós-Graduação, e resultados das avaliações anuais e da visita feita por uma Comissão Verificadora ao Curso. A vantagem principal desse sistema é que os processos de credenciamento passaram a ser melhor instruídos, beneficiando assim os cursos.

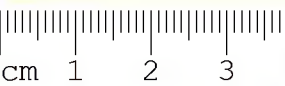
As avaliações dos cursos adquirem uma importância sem precedentes pois, conforme estabelecido pelo II Plano Nacional de Pós-Graduação, o apoio financeiro passa a ser dado de acordo com as suas qualificações, sendo favorecidos os cursos mais promissores. Deve-se salientar que a

verba procedente dos cofres públicos para a pós-graduação é distribuída pela CAPES. Os Cursos com conceitos A e B recebem suas verbas sem maiores discussões, enquanto que os outros com conceitos mais baixos devem apresentar seus planos de melhoria para fazerem jus ao apoio financeiro. Além da verba necessária ao funcionamento dos cursos, a CAPES ainda distribui para cada curso um determinado número de bolsas de estudo, incluindo as do PICD, sendo essas últimas geralmente concedidas apenas a cursos com conceitos A e B.

Na última avaliação dos cinco cursos de mestrado em Biblioteconomia e Ciência da Informação realizada em junho de 1983, notaram-se visíveis progressos tanto na qualificação dos corpos docentes quanto na sua produtividade, mas ainda não se pode dizer que foram alcançados os níveis desejados. Pela primeira vez na área atingiu-se o conceito A, atribuído aos cursos da Universidade Federal de Minas Gerais e da Universidade de Brasília. Os outros cursos apresentaram também um bom desenvolvimento em relação às avaliações anteriores.

Os cursos ainda não atingiram os níveis de qualificação docente a nível de doutorado ou equivalente, conforme foi estabelecido pela Resolução 5/83 do Conselho Federal de Educação. Entretanto, há uma evolução gradativa, ano a ano, na qualificação dos corpos docentes. Ainda há, conseqüentemente, necessidade de apoio ao treinamento de professores.

A demanda aos cursos vem aumentando também gradativamente, sendo bastan-



te salutar que os cursos sejam procurados não só por bibliotecários, como também por especialistas de outras áreas. O tempo de titulação, entretanto, continua alto, apesar de não haver mais, na maioria dos cursos, insuficiência de professores orientadores. Há também alunos que deixam de elaborar suas dissertações, desistindo do título de mestre, contentando-se com o título de especialista. Isso pode ser um sinal de que haveria talvez necessidade de mais cursos de especialização na área.

Verifica-se uma evidente evolução de linhas e projetos de pesquisa, apesar da falta de tradição nessa área. As pesquisas são ainda bastante descritivas e empíricas, não se notam pesquisas de ponta, mas parece haver uma grande preocupação com os problemas nacionais e, nalguns casos, regionais. Sendo uma área nova, o mais importante não é o aspecto qualitativo, mas a regularidade da produção científica e sua divulgação em veículos os mais diversos. Ha efetiva participa-

ção em congressos, seminários e outros eventos. Deve-se ressaltar ainda que, além da produtividade científica, é necessária a publicação de obras que subsidiem o esforço didático tanto na graduação quanto na pós-graduação.

Apesar dos visíveis progressos, ainda não se atingiu a maturidade e a consolidação dos cursos de pós-graduação e do seu esforço de pesquisa, por serem tão recentes no Brasil. Entretanto, essa maturidade poderá ser atingida em futuro próximo, contanto que os investimentos na sua melhoria tenham um fluxo estável e apresentem o mínimo necessário. Deve-se principalmente continuar investindo na qualificação dos corpos docentes e na infra-estrutura necessária à pesquisa. Um ponto positivo dos cursos é a tendência para a identificação e exploração das vocações regionais. Além disso, é também bastante salutar o intercâmbio de informações e de professores entre os cinco cursos de mestrado.



REFLEXÕES SOBRE "EDUCAÇÃO CONTÍNUA PARA O BIBLIOTECÁRIO"

Neusa Dias de Macedo*

RESUMO

Associam-se mudanças com impactos de novas tecnologias para enfatizar que as coisas acontecem tão rapidamente que podem perturbar os indivíduos se os mesmos não se atualizarem. As profissões sofrem ainda mais o peso das mudanças de suas funções e atividades, mormente aquelas de área multidisciplinar como a Biblioteconomia, Necessário se faz contínua renovação do seu perfil a fim de possibilitar programações da educação contínua. O próprio indivíduo precisa cuidar da sua atualização, mas também as associações, empresas e escolas. Analisa-se o contexto americano para confronto da situação brasileira. Apresentam, ainda, sugestões para a EC dos bibliotecários, examinam-se questões para pesquisa sobre EC e são feitas cinco recomendações finais para solução de problemas de EC.

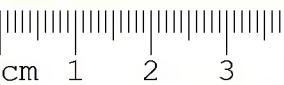
1 PRELIMINARES

Vários profissionais, entre eles o bibliotecário, têm enfrentado, nestes momentos de crise, o desemprego, o sub-emprego, as rejeições nos recrutamentos. Relacionando esses fatos com má capacitação profissional, vê-se que a simples posse de um diploma não é tudo.

De fato, a situação acima pode também ser relacionada com as pessoas que queimam etapas saltando de um supletivo para curso superior, daqueles que não se engajaram seriamente nos estudos ou receberam formação inadequada.

No momento, cumpre chamar atenção para o tipo de ensino meramente livres-

* Professora do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.



Palavra-chave: *Educação contínua para bibliotecário: Revisão; Programações.*

ABSTRACT

Association is made of social changes with new technologies in order to emphasize that things happen so quickly that can disturb the individuals if they not keep up with knowledge. Professions also suffer the changes in their functions and activities, mainly in librarianship, a multidisciplinary subject. Regular analysis and renewing of profile should be done in order to program the continuing library education. EC scene in USA is focused in contrast to the one in Brazil. Individuals themselves take care of their own EC, but associations, library agencies and library schools should coordinate their efforts to offer accessible programs of EC to the library community. Suggestions are presented to EC; ideas for new researches are examined pointed out and final recommendations for solution to the problems on EC are made.

Key words: *Continuing library education. Review. Programs.*

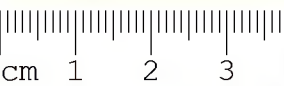
co e tecnicista, deixando de fornecer ao estudante instrumentais que o torne capaz de transferir conhecimentos a novas situações e obter informações de modo independente; enfim, que o prepare para continuamente se educar.

É preciso salientar que por melhor padrão que a escola alcance, nunca poderá entregar um indivíduo "acabado" à sociedade. As rápidas mudanças sociais e os avanços tecnológicos abalam a cada passo as profissões, mudando e estendendo suas funções, suas atividades. Ficarão para trás todos aqueles que não se atualizarem, que não adquirirem arraigado hábito de leitura, de freqüência aos eventos de classe e cursos, de participação nas associações etc.

O mundo vira rapidamente, sem que as pessoas se dêem conta. Novas modas surgem, valores, filosofia de vida, ideologia mudam ou se firmam. Se a geração antiga não se amoldar ao novo contexto, pais entrarão em conflito com filhos; professores com alunos; chefes com empregados etc.

A onda moderna é a participação. No que tange à educação, as novas concepções visam à preparação do jovem para o trabalho futuro. A UNESCO, em seu "Aprender a Ser", bem explícita que o fim da educação "não é só preparar jovens para um ofício determinado para a vida, mas melhorar também a modalidade profissional e suscitar um permanente desejo de aprender".

Se o cidadão sair da escola com o ardente desejo de aprender e com armas para prosseguir a auto-educação, meio



caminho andado! De outro lado, se várias agências se incumbirem de propiciar-lhe educação contínua, a questão da obsolescência de conhecimentos poderá ser solucionada.

Que fique bem claro: a escola sozinha não poderá se responsabilizar pela manutenção da educação permanente. Em primeiro lugar, os próprios indivíduos devem conscientizar-se dessa necessidade e programar os meios de sua atualização, de seu auto-desenvolvimento. Depois, as agências de caráter educacional, cultural e associativo devem prover para a educação contínua aos cidadãos de sua cidade, região ou país.

No campo da Biblioteconomia, quais são essas agências, qual o grau de competência de cada uma, como deve ser iniciado um movimento de conscientização para a educação contínua são questões que devem ser discutidas neste encontro.

2 CONFIGURAÇÃO DA "EDUCAÇÃO CONTINUADA" PARA BIBLIOTECÁRIOS

2.1 *Que é educação continuada?*

De um modo geral, EC é o processo de educação iniciado pelo indivíduo na infância e continuado ao longo de sua vida. Enfim, é o processo de educação permanente. Como diz Paulo Freire, em *Pedagogia do Oprimido*, "educação contínua é o permanente viver, aprender".

É importante destacar que o homem adulto, segundo a concepção da antropologia moderna, é um ser que está cons-

tantemente mudando sua concepção de vida. Dependendo, pois, da sua motivação interior e das oportunidades que a sociedade puder oferecer, estará sempre aprofundando conhecimentos, mudando o comportamento, se desenvolvendo...

Falando, agora, de profissionais, todos nós sabemos que eles estão muito mais expostos às mudanças do conhecimento e das técnicas do que as pessoas em geral. Logo, é conveniente que toda profissão seja objeto de contínuas análises para determinação de seu perfil e reformulação do currículo escolar. No caso da Biblioteconomia brasileira, não tem sido dada a devida atenção para esse aspecto.

Indicadores dessa omissão são a pouca literatura existente sobre educação e ensino, a inexistência de planejamentos de EC e a falta de avaliação dos cursos oferecidos por instituições de ensino e de pesquisa e por agências de trabalho.

Como o contexto norte-americano está avançado em matéria de EC, recorramos a ele para obter alguns parâmetros que propiciem discussões nesta jornada.

2.2 *Configuração norte-americana*

A Educação Contínua, nos Estados Unidos, teve franco desenvolvimento na década de 70. Passada a fase de conscientização, estão eles preocupados com a avaliação do que já foi feito. Mesmo assim os norte-americanos declaram que não existe um conceito bem claro de EC.

A EC esteve relacionada primeiramente com a extensão de conhecimentos da área



REFLEXÕES SOBRE "EDUCAÇÃO CONTÍNUA PARA O BIBLIOTECÁRIO"

de interesse de cada profissional. O profissional, antes de tudo, é uma pessoa que deve estar sempre se enriquecendo cultural e socialmente. Por isso, parece estar mudando o conceito para um sentido mais largo de atualização de conhecimento, não exclusivo a questões técnicas.

Por que esta mudança? Porque, sendo a Biblioteconomia uma área generalista, a renovação de conhecimentos se faz em multifacetados aspectos e atividades, em variadas disciplinas.

Para os americanos a "continuing education" já recebeu letra maiúscula e tem cabeçalho próprio na *Library Literature*. Em 1974, criaram a CLENE (Continuing Library Education Network, cujo propósito é coordenar a educação do bibliotecário a nível nacional, bem como divulgar as programações da EC. A Association of American Schools — que corresponde à ABEED — conta já com um Comitê, o qual promove anualmente um encontro sobre EC. Ultimamente foi criado um Comitê só para estatísticos em EC. O *Journal of Education for Librarianship* já inclui uma Seção para Continuing Education.

Geneviève M. Casey, professora da Library School da Wayne State University, Detroit, USA, em palestra proferida no Departamento de Biblioteconomia e Documentação da ECA/USP, em 22 de maio de 1979, determina três áreas como as mais solicitadas para EC nos Estados Unidos da América. São elas: administração de bibliotecas; uso da automação e de outras tecnologias; serviços a grupos sociais (idosos, excepcionais, deficientes

físicos, imigrantes, funcionários públicos, etc.).

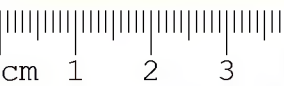
A conferencista chamou atenção para quatro questões que achava difíceis de serem respondidas de imediato, e que neste momento podem ser levantadas para suscitar discussões e paralelos com o nosso contexto:

- 1) Quem deve patrocinar a Educação Contínua?
- 2) Como atingir, num país de grande dimensão, as pessoas mais necessitadas?
- 3) Como poderá ser reconhecida a Educação Contínua para ascendência funcional?
- 4) Como deve ser compartilhada a responsabilidade da Educação Contínua entre as várias agências nela engajada?

Creemos que com os pontos levantados sobre EC e com algumas questões em pendência, pode-se refletir à volta do contexto brasileiro.

2.3 Configuração brasileira

Configurar a situação da Educação Contínua do bibliotecário brasileiro, demandaria levantamentos e estudos — que não puderam ser realizados para este encontro. Este momento, no entanto, poderá constituir excelente oportunidade para iniciar uma fase de conscientização sobre o assunto. Foi por esta razão que intentamos aplicar um questionário, aos bibliotecários presentes nesta Jornada, a fim de conseguir uma pequena amostra de configuração de situação brasileira em Educação Contínua. Esperamos, também, que outros colegas se empenhem



em pesquisas deste gênero.

Resta-nos, agora, refletir em voz alta sobre que informações devem ser coletadas para identificar o que se tem feito e o que deverá ser feito neste país em relação à Educação Contínua. Aproveitando as próprias perguntas do questionário em apreço, vejamos:

1) Quais têm sido os hábitos do bibliotecário brasileiro para sua atualização na Educação Contínua?

— Por meio de que tipos de instrumentos? leitura; participação em conclaves, reuniões associativas, grupos de trabalhos, cursos?

— O. que lê? — revistas; trabalhos de congresso, ou não lê?

— Através de que agência tem obtido EC? — escolas; associações; próprio local de trabalho; outras instituições? Quais são essas agências? Os cursos têm sido bons, regulares ou maus?

— Qual foi a experiência mais válida neste particular, a fim de que se possa avaliar o melhor tipo de EC?

2) Que obstáculos ou razões têm levado este profissional a não manter-se atualizado? — falta de motivação; de tempo; de recursos financeiros; de abertura no trabalho; ou pela longa distância onde se realiza o curso?

3) Em que ocasiões o profissional é levado a se reciclar? — quando se sentiu defasado; em horas de concursos; para ascendência funcional; para enriquecer currículo; atraído pela divulgação de cursos; outras situações.

4) Quais são os assuntos de interesse des-

te profissional, tanto do ponto de vista técnico como de cultura geral?

5) Que tipo de agências devem responsabilizar-se pela EC? — escolas; associações de classe; instituições de trabalhos; setores do governo; o próprio profissional; ou por compartilhamento de responsabilidade?

6) Qual a forma mais conveniente para cursos de EC? — cursos compactos ou mais extensivos; em que período: manhã, tarde, noite, fins de tarde, sábados e domingos ou só aos sábados? Pagos ou gratuitos — outras alternativas, Quais as formas de seleção e avaliação de aprendizagem? Quais as pessoas mais indicadas a ministrar tais cursos: professores; profissionais experimentados; outros? Número ideal de alunos em cada classe: 20, 30, mais?

Correlacionando os dados obtidos com a proveniência geográfica dos informantes; com as escolas cursadas; com o grau de formação pós-universitária, etc., poderemos, então, traçar um quadro de Educação Contínua e pensar em planejamento para esse fim.

Finalmente, vamos ensaiar algumas sugestões fruto mais de espontaneidade do que de alguém que é especialista no assunto, com o fim de provocar discussão.

3 SUGESTÕES

1 *Clube de Leitura*

Em nossa opinião, o meio mais fácil e cômodo de Educação Contínua é a leitura, principalmente das revistas espe-



cializadas. Se o bibliotecário não puder assinar revistas, que utilize as bibliotecas das Escolas, das Associações. Se cabe á escola desenvolver o hábito da leitura de revistas, caberia às associações cultivar esse hábito por meio de um Clube de Leitura. Programações periódicas deveriam ser feitas no sentido de trazer os associados à sede, num determinado dia, para que se discutissem leituras de artigos mais representativos ou temas novos. Um associado que dominasse o tema proposto poderia coordenar as discussões.

Voltando de cada congresso, os participantes poderiam se reunir com grupos de interessados a fim de que eles tomassem conhecimento de temas novos e, pudessem programar a leitura dos principais trabalhos incluídos nos anais. Os participantes deveriam se encontrar em bibliotecas de escolas de Biblioteconomia e Associações, para empréstimos. Instrumentos de alerta, como os preparados pelo IBICT, deveriam ser divulgados em locais visíveis e com sinais chamativos em cores etc.

2 *Colégios Invisíveis entre Bibliotecários*

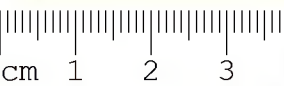
Deveriam ser formados, entre colegas da mesma turma ou por afinidades várias, "grupos de leitura e informação", para passagem de informações novas, troca de material da área de interesse, preparação de resumo etc. Assim, um permanente desenvolvimento profisisonal estaria sendo cercado por meio dessas relações inter-pessoais.

3 *Programações em audiovisuais e por correspondência*

Como o problema dos profissionais, em geral é falta de tempo, recursos e técnicas deveriam serem utilizados no sentido de produzir programas audiovisuais, fitas gravadas, cursos por correspondência etc. Associações e grandes bibliotecas poderiam ter aparelhos receptores para assistência aos cursos, bem como poderiam reproduzir cursos vários em forma gráfica. As Associações, que estão sempre precisando de dinheiro, poderiam preparar cursos curtos de Educação Contínua, por meio de correspondência, e vender "pacotes" de novos conhecimentos.

4 RECOMENDAÇÕES FINAIS

- 4.1 Que órgãos de classe — como FEBAB e ABEBD — realizem seminários sobre EC, bem como incentivarem pesquisas e análises com o fim de diagnosticar a situação nacional nesse setor.
- 4.2 Que se iniciem planejamentos sérios, em termos regionais e nacionais, para se atingir linhas de verdadeira EC para bibliotecários.
- 4.3 Que escolas, associações de trabalho conjuguem esforços para oferecer programas de EC de modo acessível a toda comunidade bibliotecária, levando em conta:
 - a) preços módicos;



- b) horários convenientes;
- c) acessibilidade de local;
- d) programas adequados a cada grupo.

4.4 Que, além dos meios formais e informais comuns de EC, se criem "Clubes de Leitura" nas Associações, para leitura e discussão de temas novos abordados em revistas e Anais de congresso, bem como se façam experimentações com tecnologia audiovisual moderna e cursos por correspondência para oferecimento de pacotes de "Educação Contínua".

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1 BELL, Jo Ann. The role of library schools in providing continuing education for the profession. *Journal of Education for Librarianship*. 19(3):248-59, 1979.
- 2 COLLET, Heloisa Gouvêa. *Educação permanente – uma abordagem metodológica*. Rio de Janeiro, SENAC, 1976.
- 3 CASEY, Geneviève M. A educação continuada na área de Biblioteconomia nos Estados Unidos. *R. bras. Bibliotecon. e Doc.*, São Paulo, 13(1/2)79-83, jan./jun. 1980.
- 4 STIEG, Margareth F. Continuing education and the reference librarian in the academic research library. *Library Journal*, 105(22):2547-51, Dec. 1980.

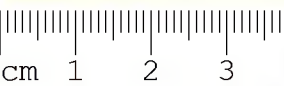
EDUCAÇÃO CONTÍNUA DO BIBLIOTECÁRIO

– Estudo exploratório a ser realizado por Neusa Dias de Macedo – ECA/USP –

II JORNADA PAULISTA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO
Piracicaba, SP, 1 a 3 de julho de 1983

QUESTIONÁRIO

- 1 – Local de residência _____ 2 – Escola em que se formou _____
_____ Local _____ 3 – Local de trabalho _____
_____ Tipo de trabalho _____
- 4 – Cursou () ou está cursando () pós-graduação? A nível de mestrado ()
Especialização () Outros () Especifique _____
- 5 – Você se atualiza profissionalmente? SIM () NÃO ()
Se o faz, atualiza-se:



REFLEXÕES SOBRE "EDUCAÇÃO CONTÍNUA PARA O BIBLIOTECÁRIO"

5.1 – *Por meio de leitura*

- a) Revistas especializadas nacionais () estrangeiras ()
- b) Trabalhos de congressos/Anais ()
- c) Outros () Especifique _____
- d) Não têm oportunidade de ler ()

5.2 – *Por meios informais*

- a) Conversas com colegas () Quem mais?
- b) Congressos e outros encontros ()
- c) Reuniões associativas gerais () Em "grupos de trabalho" ()
- d) Outros () Especifique _____

5.3 – *Por meio de cursos curtos* (não os de pós-graduação)

- a) De escolas () Ex.
Bom () Regular () Ruim ()
- b) De associações () Ex.
Bom () Regular () Ruim ()
- c) Do local de trabalho () Especifique _____
Bom () Regular () Ruim ()
- d) Dê outras instituições de trabalho () Ex. _____
Bom () Regular () Ruim ()

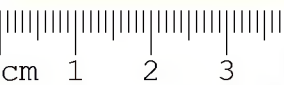
6 – Qual foi a experiência mais válida de sua "educação contínua?" _____

7 – Tem deixado de manter-se atualizado, por:

- a) Falta de motivação SIM () NÃO ()
- b) Falta de tempo SIM () NÃO ()
- c) Falta de recursos financeiros SIM () NÃO ()
- d) Falta de abertura no trabalho SIM () NÃO ()
- e) Locais dos cursos inacessíveis SIM () NÃO ()
- f) Outros () Especifique _____

8 – Em que ocasiões tem procurado cursos de reciclagem?

- a) Quando sentiu defasagem nos seus conhecimentos ()
- b) Na hora dos concursos ()
- c) Quando sentiu necessidade de obtenção de certificados ()



para ascendência funcional

- d) Quando precisou enriquecer o currículo ()
- e) Atraído pela divulgação dos cursos ()
- f) Outros () Especifique _____

9 – Quais são os assuntos de maior interesse para a sua “Educação Contínua”?

- a) Assuntos técnicos _____
- b) Assuntos gerais ou culturais _____

10 – Que instituições devem responsabilizar-se pela “Educação Contínua”:

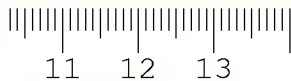
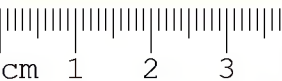
- a) Escolas / Universidades ()
- b) Órgãos associativos ()
- c) Empresas/Bibliotecas (local de trabalho) ()
- d) Setores de governo ()
- e) O próprio profissional ()
- f) Compartilhamento de responsabilidades () Entre quais instituições? _____

11 – Qual seria a forma mais conveniente para a montagem de um curso de “Educação Contínua” para bibliotecários:

- a) Curso curto, compacto () Mais extensivo ()
- b) Qual o horário mais conveniente:
De manhã () À tarde () À noite () Fins de tarde ()
Sábados e domingos () somente aos sábados ()
- c) Pago () Até quanto _____ financiado ()
Com bolsa () Gratuito () Outros () Especifique _____
- d) Como deverá ser feita a seleção?
Por ordem de inscrição () Currículo () Por ano de formatura ()
Esse tipo de curso não pode ter seleção () Outros () Especifique _____
- f) As pessoas mais indicadas para ministrar este tipo de curso são:
Professores () Profissionais experimentados () Outros ()
Especifique _____
- g) O número ideal de alunos em cada classe é:
Até 20 () Até 30 () Mais do que 30 ()
- h) o melhor tipo de avaliação do aluno é:
Teste () Prova () Trabalhos () Não deve haver avaliação ()
Outros () Especifique _____



12 – Comentários e sugestões



MERCADO DE TRABALHO

Oswaldo Francisco de Almeida Júnior*

RESUMO

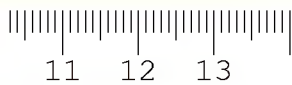
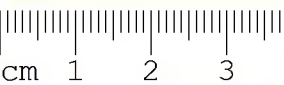
Dois pesquisas realizadas em São Paulo, uma em 1980, permitiram levantar alguns questionamentos e analisar em projeção o que o bibliotecário enfrenta a partir dos itens emprego e salário; outra, realizada em 1982, um estudo de caso, com alunos formados em 1981, apresenta dados sobre salários pagos a profissionais da área em vários Estados. Em cima desses dados, pretende-se discutir a situação de mercado de trabalho e salário do profissional Bibliotecário.

SUMMARY

Two research studies were held in São Paulo; one of them in 1980, lead to some questions and to a deep analysi of what the librarian faces, beginning

Acho que vou falar sobre algo que não interessa muito ao profissional bibliotecário. E não interessa porque nas análises como se verá que se seguem, para o Bibliotecário, tudo está perfeito, certo, corretíssimo. Não interessa porque o Bibliotecário pretende usufruir um *status* onde não é adequada a luta por melhores salários, por melhores condições de trabalho, por mais emprego. "Roupa suja se lava em casa" é o que ouvimos normalmente. "É importante que nossos problemas não ultrapassem as fronteiras da profissão: o Bibliotecário é aquele que trabalha com a cultura, com o conhecimento humano". Ele está acima das intempéries que afligem outras classes, outros profissio-

* Presidente da Associação Paulista de Bibliotecário. Bibliotecário da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.



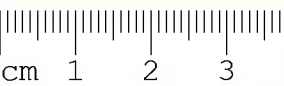
MERCADO DE TRABALHO

with employment and salary; another one, which took place in 1982, a case study, with students graduated in 1981, presents data on the salaries paid to professionals of this area in several states. Based upon these data, we intend to discuss the job market situation as well as the salary of the professional librarian.

nais. Em suma, quero crer que o que se ouviu pode ser resumido em: "Ser bibliotecário é algo mais como, padecer no paraíso".

O nosso tema é "Mercado de Trabalho". A experiência que todos nós temos em Cursos, Palestras, Encontros, Congressos, etc., nos aponta que, invariavelmente, itens como: O Mercado de Trabalho, o Salário recebido pelos profissionais, as condições de trabalho, quando lembrados, o que é raro, são colocados à parte, são relegados à um plano secundário. Partindo do pressuposto de que o problema existe, duas razões para a não discussão, para o não debate, são facilmente identificáveis:

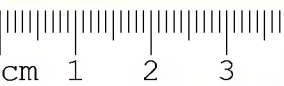
- 1) Os representantes da classe, aqueles que dirigem os rumos e destinos da classe, não estão interessados em levar em luta nesse campo. Normalmente, procuram esconder uma realidade clara, onipresente.
- 2) O segundo item são os próprios Bibliotecários. Realmente, nossos profissionais são apáticos, não exigem, não reivindicam nada. Acomodados, estão satisfeitos. A APBESP – Associação Profissional dos Bibliotecários do Estado de São Paulo – promoveu vários encontros, várias palestras. Os temas referiam-se, normalmente, a Salário, Mercado de Trabalho, etc. Foram feitos debates e discussões sobre o tema. Para uma das palestras, inclusive, convidamos um representante do DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Eco-



nômicos. A participação dos Bibliotecários foi pequena.

Quando acontecem discussões sobre os problemas enfrentados pelos Bibliotecários quando atuando profissionalmente, recai-se, invariavelmente, na Formação. As soluções, infere-se, estão restritas à modificação do currículo das Escolas de Biblioteconomia e ao acréscimo de mais um ano na duração do curso. Esses dois pontos foram "sanados". A partir de 1984, o curso de Biblioteconomia será obrigatoriamente de 4 anos. O currículo mínimo foi alterado, O estágio obrigatório, corresponderá a 10% do total da carga horária. Todos os problemas da classe serão resolvidos? É óbvio que não. Quando isso ficar claro e evidente, voltaremos a questionar o ensino. As críticas recairão sobre erros na formulação do novo currículo, sobre o despreparo dos professores, sobre a falta de Bibliotecas-Laboratório, etc. E por que? Porque os problemas do profissional Bibliotecário não serão sanados somente com essas alterações e, dessa forma, teremos que procurar um novo, ou o mesmo, culpado. Eu não estou dizendo que o curso de Biblioteconomia é maravilhoso. Não estou dizendo que as Escolas são bem equipadas e que todos os professores possuem uma formação ótima e estão totalmente preparados para ministrarem um curso decente. Não estou dizendo que os alunos possuem um nível excepcional. Não estou dizendo que o currículo está perfeito e que existe uma total adequação entre ele e as exigências do Mercado de Trabalho. Não estou dizendo que o

ensino, que a formação do Bibliotecário não tem parcela (e grande) de culpa nos problemas enfrentados pelos profissionais. Não, o que eu tento mostrar é que, comodamente, o Bibliotecário procura se excluir, procura se coligar à parte das causas dos problemas que enfrenta. Na medida em que se joga a culpa de tudo sobre o ensino, ele, Bibliotecário, se exclui pois, enquanto aluno, não "pode" interferir no curso. Logo, ele não é responsável pelo despreparo dos profissionais. Se atentarmos devidamente para o que ouvimos, a gente vai reparar que dificilmente alguém diz: "Eu não fui ou não estou preparado para exercer a profissão" ou "Nós, alunos do tal ano de tal Faculdade possuímos um nível muito baixo". O que se ouve é: "A classe onde estudei tinha um nível baixíssimo". Veja, a classe, não eu. Numa pesquisa feita com os profissionais Bibliotecários de Belo Horizonte, publicada na Revista de Biblioteconomia de Brasília, no item sobre as dificuldades encontradas pelos Bibliotecários no desempenho de suas atividades, 58,2% das respostas apontaram a insuficiência de recursos materiais e as instalações deficientes como causas dessas dificuldades. "Outras dificuldades apontadas foram a administração superior deficiente, desconhecimento da área de especialização, excesso de demanda ou informação, desinteresse do usuário, desconhecimento de línguas, pessoal técnico desatualizado e administração da Biblioteca deficiente. Apenas 1,7% dos Bibliotecários apontaram o despreparo profissional como uma dificuldade signi-



ficativa". Vejam, o Bibliotecário, enquanto indivíduo, nunca se acha despreparado.

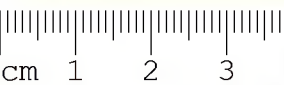
Voltando ao que dizia anteriormente, o profissional de nossa categoria sempre coloca a culpa dos problemas da classe em algo, em alguma coisa que não ele mesmo. O caso, por exemplo, das Associações: o que se diz comumente é que elas nada fazem pelos associados. Assim sendo, poucos se filiam e mesmo entre os que o fazem, poucos pagam regularmente suas anuidades, e um mínimo deles participam das atividades das Associações. A APB é um exemplo. Há pouco, ela soltou um comunicado onde se aventa a possibilidade inclusive de encerrar suas atividades, principalmente porque o número de pessoas que pagaram suas anuidades em 1983 foi baixo. Dessa forma, ela encontra enormes dificuldades e se desgasta apenas tentando se manter. Para quem não conhece, não sabe ou mesmo não acredita nos trabalhos das Associações, nada melhor do que participar desses trabalhos. Participando, nós podemos, de forma consciente, tecer críticas ou assumir e nos engajar em atividades condizentes e coerentes com nossas idéias.

Falamos até agora sobre "problemas" que o profissional Bibliotecário enfrenta. Problemas de um modo amplo. Vamos especificar e analisar um deles: o Mercado de Trabalho. Como está o Mercado de Trabalho do Bibliotecário? A demanda é maior que a procura ou é maior que a demanda? Existem muitos profissionais desempregados?

Embora muitos digam o contrário,

parece claro que existem mais Bibliotecários que empregos. A demanda por Bibliotecários é menor do que a quantidade de profissionais lançados ao Mercado pelas Escolas de Biblioteconomia.

O problema da falta de emprego não é privilégio nosso. O Sindicato dos Engenheiros, por exemplo, há algum tempo atrás, calculava o número de profissionais daquela categoria desempregados ou atuando em outra profissão, no Estado de São Paulo, em aproximadamente 10.000. São 10.000 engenheiros desempregados ou atuando em outro campo só no Estado de São Paulo. Isso antes do aprofundamento da crise econômica que atravessamos. Eles não ficaram envergonhados ou constrangidos em apresentar por toda a sociedade o problema. Isso porque só se resolve uma situação quando ela é conhecida, questionada e debatida. Em nada diminuiu a visão que se tem desse profissional, pelo fato de, agora, sabermos da quantidade de desempregados nela existentes. Pelo contrário, acho que uma profissão deve ser respeitada quando procura solucionar seus problemas. Num programa sobre profissões, apresentado pela TV Cultura, ficam explícitas as desavenças internas, os problemas que várias categorias enfrentam. Quando foi focalizada a nossa profissão, ficou evidente o problema do estágio. Por que? Quer me parecer que o aluno tem pouca, ou quase nenhuma possibilidade de expressar o que realmente o preocupa. Ele não tem canais de contato com os profissionais. Não existe um vínculo maior entre eles e aqueles que já



se formaram. Os estudantes não sabem, em sua grande maioria, o que os esperam após o término do curso. Então, nada mais natural que utilizar aquele programa para solicitar aos profissionais, que tenham respeito e consideração para com seus problemas (deles estudantes). Sabemos que os estágios são, normalmente, mal dirigidos e os estagiários, aturados simplesmente. Eles são vistos como aqueles que só atrapalham, aqueles que não produzem e, por isso, devem fazer aqueles serviços que nenhum profissional quer fazer.

Durante o programa, não falamos sobre a falta de empregos, sobre o baixo salário que recebemos. Ficamos com medo de tocar em pontos que poderiam depreciar o Bibliotecário. Mas vejamos: possuímos, hoje, 10 Escolas de Biblioteconomia em todo o Estado. O número de formados lançado à cata de emprego por ano é enorme. É hora de bloquearmos a proliferação dessas Faculdades. Agora, quem sabe dessa situação? Apenas os Bibliotecários. Que grau de pressão podemos exercer sobre o governo, sobre o Conselho Federal e Estadual de Educação, sobre as autoridades competentes se o assunto é discutido e conhecido apenas entre nós? Por outro lado, os empresários, os patrões, além dos Bibliotecários, também sabem do problema. Sabem, não por interesse em conhecer a classe ou porque divulgamos nossos problemas — eles sabem porque, quando abrem uma vaga em suas empresas, o número de profissionais que se candidatam a ela é grande. Quando o salário para essa vaga está em aberto

e cada um dos candidatos apresenta sua proposta, o disparate entre elas é enorme. Como prova disso, vamos verificar 2 tabelas salariais, obviamente a título normais, ou seja, apenas como recomendação. Uma delas foi apresentada pela Associação de Bibliotecários do Paraná e publicada na circular 7/8, de julho/agosto de 1982 da Associação Paulista de Bibliotecários (APB). A outra, elaborada pela Associação Rio-Grandense, resolução n. 1/82, foi publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, caderno Indústria e Comércio, de 13 de julho de 1982. Atualizando algumas sugestões de salários ficariam:

Por exemplo:

- salário/hora: numa das tabelas — Cr\$ 2.101,95 aproximadamente.
- na outra: Cr\$ 4.694,76 aproximadamente.

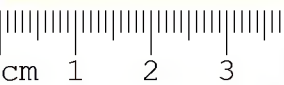
Outro exemplo:

- “levantamento bibliográfico por ano e por parte consultada, até um limite de 10 referências” (texto semelhante às 2 tabelas)
- numa das tabelas: Cr\$ 1.104,07 aproximadamente
- na outra: Cr\$ 6.259,68 aproximadamente

referências adicionais:

- numa das tabelas: Cr\$ 72,45
- na outra: Cr\$ 1.738,80

Um trabalho de levantamento bibliográfico onde se consultasse um ano de uma fonte bibliográfica e arrolássemos, por exemplo, 50 referências, cobraríamos,



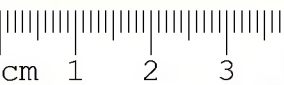
seguinto uma das tabelas: Cr\$ 4.002,07 e, seguindo a outra: Cr\$ 75.811,68. a 1a. cobra apenas quase 20 vezes menos que a 2a.

Os Conselhos Regionais foram proibidos de elaborar ou divulgar tabelas salariais para orientar seus filiados. As Associações apenas podem fazê-lo em caráter normativo, ou seja, apenas como sugestão. Qual a solução para evitar essas tabelas discrepantes? Apenas um Sindicato tem condições de orientar os profissionais através de uma tabela salarial única e legal, na medida em que ele pode solicitar ou exigir se for o caso, um piso salarial para a classe. Infelizmente, até hoje, passados 21 anos do reconhecimento da nossa profissão, não possuímos Sindicato em nenhum dos Estados. É triste, mas real. Há 4 anos e meio, a APBESP luta para criar um Sindicato, o primeiro do Brasil, aqui em São Paulo. o trabalho foi lento, nossa gente espera concretizar esse objetivo até, no máximo, o próximo ano. Com a concretização do Sindicato, nada estará resolvido, mas teremos respaldo, principalmente legal, para iniciarmos e exigirmos soluções para muitos dos nossos problemas.

Voltando ao problema, uma pergunta se faz necessária: O Bibliotecário tem um nível salarial condizente com suas funções, ou melhor, condizente com seu desempenho? Quanto ganha o Bibliotecário?

Eu gostaria de apresentar o resultado de duas pesquisas efetuadas aqui em São Paulo. A primeira, promovida pela APBESP, possuía como objetivo princi-

pal, conhecer o profissional Bibliotecário do Estado. Os testes foram enviados e recebidos durante o 1º trimestre de 1980. Alguns dos resultados: o Bibliotecário do Estado de São Paulo é jovem: 57% possuem até 30 anos e 77% até 35 anos. 92% são do sexo feminino; o número de solteiros e casados só equivalem 47% se formaram pela Fundação Escola de Sociologia e política de São Paulo; 6% cursavam outra Faculdade após o término do curso de Biblioteconomia; 19% cursavam algum curso de especialização, extensão universitária ou pós-graduação na área; 8% trabalhavam na área e fora dela; 5% trabalhavam exclusivamente fora da área de Biblioteconomia; 60% trabalhavam 40 horas semanais; 86% percebiam menos que Cr\$ 22.000,00, sendo que a maior proporção estava entre Cr\$ 14.000,00 à Cr\$ 18.000,00. Atualizados, seguindo os índices do INPC, esses salários corresponderiam hoje à aproximadamente, Cr\$ 150.000,00 à Cr\$ 190.000,00, o que daria uma média salarial de aproximadamente: Cr\$ 170.000,00. Embora recebendo esse salário, 62% achavam seu salário entre regular e ótimo. Apenas 17% acharam seu salário muito ruim. É bom lembrar que 10% dos questionados recebiam entre Cr\$ 6.000,00 e Cr\$ 8.000,00, o que equivale hoje à Cr\$ 65.000 à Cr\$ 87.000. Estranha essa postura do profissional face a seu salário? Nem tanto, Parece-nos que ela não é apenas uma característica do Bibliotecário Paulista. Vejamos: na pesquisa realizada em Belo Horizonte, e que já mencionei no início desta exposição encontramos, na análise



dos resultados, o seguinte texto:

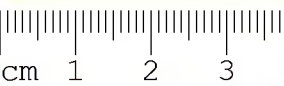
“Observa-se que há uma relativa satisfação com o salário recebido, uma vez que a expectativa salarial é pouco mais que o salário recebido. 66,0% dos profissionais são remunerados na faixa entre 3 a 9 salários mínimos e 65% desses profissionais consideraram que a faixa salarial para o bibliotecário deveria ser entre 6 e 12 salários mínimos. Daí se conclui que o Bibliotecário não é ambicioso; pelo contrário, ele tem uma atitude passiva diante da realidade profissional.”

Outro trecho na análise dos resultados dessa mesma pesquisa, vem corroborar com a hipótese. O texto é o seguinte: “A boa remuneração, o prestígio a importância social, e um futuro estável e seguro não são condições significativas (6,6%) de satisfação profissional.”

A 2a. pesquisa foi efetuada em outubro do ano passado e sairá na íntegra no número 4 da Palavra-Chave. Na verdade, trata-se de um estudo de “caso”. Foram contatadas todas as alunas que formaram o 3º ano A, do Curso de Biblioteconomia da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo e que se formaram no final do ano de 1981. Após 10 meses de formadas, procuramos saber qual a situação delas quanto a emprego, salário, etc. Vejam bem: 10 meses após a conclusão do curso, apenas 35,71% das ex-alunas, conseguiram emprego como Bibliotecárias. Apenas 35,71%, enquanto 60,72%, quase 61% delas, não atuavam como profes-

sionais. Uma das entrevistadas conseguiu uma vaga como Professora de Biblioteconomia e Arquivística em um curso de Secretariado, nível Colegial ou, como queiram, 2º grau. Esse campo de atuação não é muito procurado pelos profissionais Bibliotecários. Não existe muito interesse por essa área. Dessa forma, em muitas escolas, o curso é ministrado por professores que desconhecem completamente o assunto, acarretando assim, o fornecimento de informações errôneas, além de transmitirem uma imagem falsa, inverídica e deturpada de nós, profissionais Bibliotecários, e de nossa profissão.

Voltando à pesquisa: dos 35% das alunas que atuavam como profissionais, apenas 30% delas, o que corresponde 10,72% do total, conseguiram seus empregos imediatamente após a conclusão do curso. Traduzindo isso: o total de pessoas entrevistadas foi de 28. Dessas, apenas 10 estavam empregadas como Bibliotecárias e, dessas 10, apenas 3 conseguiram o emprego de forma imediata. Das 28, apenas 8 estavam empregadas após 6 meses de formadas e apenas 10 delas exerciam a profissão após 10 meses da conclusão do curso. Nesse ritmo, 1 emprego ao mês, somente após 2 anos e 4 meses, esse grupo de alunas será absorvido pelo Mercado de Trabalho. Isso, caso não aconteçam, como diria o Delfim, intempéries não manipuláveis (por nós Bibliotecários, é claro) como o agravamento (se é que seja possível) da crise econômica, quantidade excessiva de novos profissionais lançados ao mercado



pelas Escolas, o que levaria, fatalmente, a uma desindexação e a um expurgo do mercado de trabalho para as pesquisadoras.

Dentre as quais não atuavam como Bibliotecárias, 33,33% estavam empregadas como auxiliares. Esse número é significativo, na medida em que temos um grande percentual de profissionais oferecendo sua força de trabalho especializada (em parte, é claro) e recebendo como auxiliares. O pior, todos nós sabemos, é que muitas empresas, conhecedoras do fato, aproveitam esses funcionários na execução de tarefas que não lhes competem, evitando assim, a contratação de profissionais. A permanência dessas pessoas nesses cargos, pode ser explicada por várias maneiras, sendo que as principais seriam: o escasso mercado de trabalho, a expectativa de uma oportunidade na própria empresa e o baixo salário oferecido aos Bibliotecários.

Voltando aos dados da pesquisa, agora abordando os salários, eu gostaria de, rapidamente, apresentar as respostas obtidas:

Não quis responder	— 1
4h — 35.000,00	— 1
6h — 40.000,00	— 1
8h — 44.000,00	— 2
8h — 50.000,00	— 1
8h — 70.000,00	— 1
8h — 80.000,00	— 1
8h — 90.174,00	— 2

Total 10

O menor salário pago, proporcionalmente, ou seja, Cr\$ 44.000 por 8 horas

diárias de trabalho, equivaliam a menos que 2 salários mínimos vigentes. Considerando que a faixa imediatamente superior percebida pouco mais que 2 salários mínimos, podemos afirmar que, aproximadamente, 45% das entrevistadas recebiam em torno de 2 salários mínimos, o que, atualizados, dariam hoje, menos que Cr\$ 70.000,00.

No cômputo geral, nós temos que os salários eram inferiores à 4 salários mínimos vigentes na época o que é, na melhor das hipóteses, um absurdo. Poderíamos levantar o fato de já se terem passados 8 meses da pesquisa. No entanto, esse tempo de nada pode ter alterado, de forma substancial, os salários apresentados. Em primeiro lugar, é bom que se lembre, a correção semestral dos salários é exatamente isso, uma "correção" e não um aumento. A nova política salarial, com todas as suas constantes alterações, nada mais é que uma fórmula para evitar as greves e permitir às empresas a manutenção, através de uma roupagem liberal, do arrocho sobre os salários. Semestralmente os salários são corrigidos, ou seja, aplica-se sobre ele um índice, chamado INPC — Índice Nacional de Preços ao Consumidor — que nada mais é que a média dos Índices de Custo de Vida de 10 capitais do Brasil. Isso significa que o salário é acrescido de uma estranha média de aumento de custo de vida, teoricamente nacional. O "aumento" é dado (como se fosse uma benesse caída dos céus) uma vez por ano, na época do dissídio coletivo, a partir de outra estranha figura chamada Índice de Produtividade. Essa



produtividade deve ser medida pelo aumento da produção em um determinado período, em comparação a um período idêntico anterior, sem que o quadro de pessoal fosse aumentado. O Índice é estipulado, negociando e acrescido ao salário. Esses índices são irrisórios, mal atingindo 5%. Outro fator importante é a rotatividade de mão de obra, ou seja, a demissão de um funcionário, às vésperas do dissídio coletivo e a contatação de outro com salário menor ou idêntico. Todos sabem que o reajuste salarial é feito proporcionalmente aos meses trabalhados pelo funcionário (quando não se trata de salário mínimo). Ou seja, quem trabalhou na mesma empresa, os 6 meses que antecedem ao reajuste, o recebe integralmente. Quem trabalhou 5 meses recebe 5/6 deles, quem trabalhou 4 meses, 4/6, etc. Quando a empresa demite um funcionário 2 meses antes da data base do reajuste e contrata outro com igual salário, ela reajustará o salário do novo funcionário, apenas 2/6 e lucra então 4/6.

Eu apresentei os salários recebidos por aqueles que atuavam como Bibliotecários. Seria interessante, então, vermos o salário pago àqueles que estavam empregados como auxiliares. A tabela das respostas foi a seguinte:

sem resposta	— 2
6h	— 30.000,00 — 1
4h	— 75.000,00 — 1
8h	— 80.000,00 — 1
6h	— 92.000,00 — 1

Total	6
-------	---

Eu gostaria de lembrar, antes de analisarmos estas respostas e confrontá-las com a tabela anterior, que alguns dados foram checados e confirmados. Dessa forma, acreditamos que não irão pairar dúvidas sobre a veracidade das respostas.

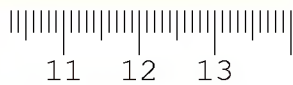
Na comparação entre as tabelas, o maior salário pago não é para uma Bibliotecária, mas sim para uma auxiliar de Biblioteca. O maior salário pago entre o grupo que exercia a profissão era de Cr\$ 90.174,00 por 8 horas diárias, enquanto o maior salário pago entre os auxiliares era de Cr\$ 92.000,00 por 6 horas diárias. Proporcionalmente, dentro do grupo analisado, pagava-se melhor ao auxiliar do que ao Bibliotecário.

Quando solicitadas a opinarem sobre a situação salarial do Bibliotecário, as pesquisadas responderam da seguinte forma:

as Bibliotecárias inicialmente:

Baixíssimo, Horrível, Ruim, Baixo, Pobre, Pouco, Um pouco baixo, Pouco razoável.

As repostas foram anotadas exatamente como fornecidas. Se atentarmos para as respostas, notaremos que os termos que realmente demonstram um grande descontentamento com o salário, vejam, um grande descontentamento, foram: Baixíssimo e Horrível, que correspondem a 20% do total de opiniões. Lembrando que 45% percebiam em torno de 2 salários mínimos, concluímos que, mesmo assim, não existia consciência de que o salário pago era péssimo e não condizente ao trabalho e a uma profissão universitária. Quanto à parcela ainda (sejam os otimistas) não Bibliotecária, as opiniões



foram mais contundentes:

Péssimo, Ruim, Razoável, Muito Baixo, Não muito bem pago, Baixo, Catastrófico, Muito mal.

Neste caso, os termos demonstram um grande descontentamento com o salário: Péssimo, Muito Baixo, Catastrófico e Muito mal, representam 60% do total de opiniões.

Se o salário não está bom, para usar um termo médio das opiniões, porque não buscar apoio de outros Bibliotecários ou, e principalmente, as Associações, e exigir delas uma atitude, obviamente participando dos trabalhos que se criarem com esse fim? Perguntamos então às ex-alunas, se estavam filiadas a alguma Associação. Do grupo das Bibliotecárias que atuavam como tais, apenas uma, uma única era associada à APB. Do grupo que não exercia a profissão, apenas 2: uma à APB e outra à APBESP. Confirma-se então, o que facilmente se observa nas Associações: o Bibliotecário não participa, nem mesmo se filiando. É bom notar que a pergunta restringiu-se apenas à filiação. Se nesse caso o número de respostas foi inexpressivo, quase nulo, o que podemos esperar de uma participação efetiva?

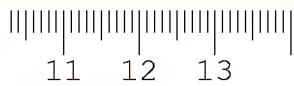
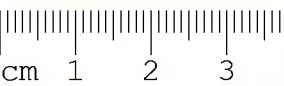
Voltando às perguntas, solicitamos opiniões sobre o Mercado de Trabalho para o Bibliotecário. As respostas foram as seguintes: para as Bibliotecárias (e convem lembrar que estou utilizando os termos Bibliotecárias e não Bibliotecários apenas como referencial. Não pretendo entrar na discussão sobre o fato de Bibliotecário ser

aquele que concluiu o curso ou aquele que trabalha como tal. Apenas uma curiosidade: quando formado, a pessoa recebe o título de Bacharel em Biblioteconomia, registra-se no CRB e possui uma carteira de identidade profissional, atestando, dessa forma, ser ela uma Bibliotecária. No entanto, legalmente, não estando exercendo a profissão, não pode ela se filiar a uma Associação Profissional e nem mesmo a um Sindicato. Em suma ela é e não é Bibliotecária). Mas, retornando às opiniões sobre o Mercado de Trabalho, as Bibliotecárias assim responderam: Ruim, Difícil, Regular, Pouco valorizado, Péssimo, Razoável, Não está muito ruim.

as opiniões das não Bibliotecárias foram estas: Ruim, Não está bom, Mais ou menos, difícil, razoável, melhorando, difícil encontrar emprego, regular, péssimo, muito restrito.

Agora eu pergunto: após 10 meses de formadas, não encontrando emprego na área, como é possível que praticamente 40% das opiniões sobre o Mercado de Trabalho sejam do tipo: mais ou menos, razoável, melhorando, regular? Passividade, acomodação, inconsciência, não necessidade de emprego?

Emir José Suaiden, num artigo sobre Mercado de Trabalho publicado na Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação de julho/dezembro de 1981, utiliza um trecho de um artigo de Murilo Bastos Cunha que diz: "uma profissão existe, porque existe uma necessidade social a ser cumprida e, ao acentuar esta necessidade — seja pela divisão de



trabalho, seja pelo tipo de organização sócio-econômica — a sociedade devolve à profissão) através da elevação do *status* ou do nível salarial) o seu reconhecimento pelo preenchimento de uma lacuna. É do conhecimento de todos que, mercê de lutas incansáveis, a importância do bibliotecário brasileiro vem, nos últimos anos, sendo reconhecida pela sociedade devido a seu importante papel a desempenhar num mundo cada vez mais ávido de resposta às suas necessidades de informação.”

O *status* do bibliotecário não se elevou. O nível salarial não cresceu, pelo contrário, diminuiu. Eu digo que diminuiu, baseado em entrevista que fizemos com Rubens Borba de Moraes e que será reproduzida em um próximo número da Palavra-Chave. Nessa entrevista, Rubens Borba de Moraes conta que, inicialmente, o Salário do Bibliotecário era equivalente a de um professor de 2º grau, o que, na época, era um bom salário. Isso era feito para poder atrair esses professores para a carreira de Bibliotecário. Então: nosso *status* não se elevou nem nosso salário cresceu. Logo: a sociedade não está reconhecendo nossa profissão porque não estamos preenchendo uma lacuna? Ou será que não existe uma necessidade social a ser cumprida? A função social do Bibliotecário é bastante clara para todos nós? Ou discutimos pouco sobre isso? Será que, na medida em que somos mantenedores do *status quo*, de uma situação vigente, na medida em que colaboramos para manter as “classes sociais” nos moldes em que se encontram, será que esta-

mos cumprindo uma missão social? Dizia Antonio Miranda que “a ideologia que motiva nossas bibliotecas é tipicamente da classe média”. Será que a lacuna que deve ser preenchida não estará esquecida pelo Bibliotecário? Não será deixando a passividade e a estagnação de lado, procurando atingir as populações mais carentes, procurando atingir aqueles que não tem acesso a quaisquer informações, que estaremos preenchendo e ocupando essa lacuna? Infelizmente, mesmo sem querer, sou obrigado a contestar o otimismo de Murilo Bastos Cunha ao final de seu texto, onde ele diz “é do conhecimento de todos que, ..., a importância do bibliotecário brasileiro vem, nos últimos anos, sendo reconhecida pela sociedade.” Não me parece ser exatamente essa a realidade. Quero crer que, se esse texto foi escrito em 1977, 5 anos depois alguns resquícios dessa afirmativa já poderiam ser vislumbrados. Acho que a luta que se trava hoje é entre os Bibliotecários, para que a própria classe comece a se reconhecer como importante. O que acontece é que o próprio Bibliotecário se menospreza e se inferioriza quando se compara com outros profissionais. Acho que estamos numa profissão com complexo de inferioridade. Talvez a terapia do joelho do Analista de Bagé surta algum efeito. Diz Rogers que o se aceitar como se é, o gostar de si mesmo, é o ponto principal para o início das transformações. Acho que é isso que a Biblioteconomia está precisando.

Voltando ao joelho, quer dizer, ao Mercado de Trabalho, no mesmo artigo,



publicado em 1981 é bom lembrar, Emir José Suaiden, timidamente, diz que: "Em termos quantitativos, o número de profissionais na área de Biblioteconomia, vem aumentando sensivelmente, através das escolas a nível de graduação e pós-graduação. No entanto, o mercado, atualmente, não tem condições de absorver uma parte ponderável desses profissionais que acabam se frustrando com a profissão". Quase ao final, o autor complementa: "Atualmente, mesmo em Brasília, onde o campo de trabalho para o Bibliotecário sempre foi um dos melhores do país, a situação não é boa, inclusive com dezenas de bibliotecários desempregados". Como principais fatores para o desemprego, o autor cita os seguintes:

1º — a atual situação econômica do país.

2º — o decreto n. 84.817, datado de 18/6/80, que proíbe a contratação de pessoal para o serviço público e das empresas vinculadas.

3º — a falta de concurso pelo DASP.

4º — o posicionamento do poder legislativo ao realizar concurso para técnico legislativo (área de pesquisa legislativa) e não especificamente para bibliotecário".

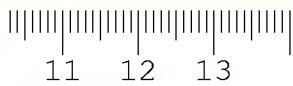
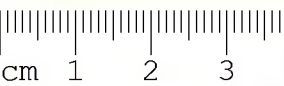
Cita ainda o fato de que "alguns profissionais passaram a ver a interiorização como uma boa alternativa para resolver o problema."

As razões me parecem poucas: eu gostaria de citar outras, talvez mais importantes que as apresentadas.

— O grande número de profissionais lançados anualmente à procura de

emprego, pela enorme quantidade de Escolas de Biblioteconomia espalhadas pelo País. Só no Estado de São Paulo, temos 10 escolas. Na capital, por exemplo, temos 3 Faculdades de Biblioteconomia: a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, a Escola de Comunicações e Artes da USP e a Faculdade Teresa Martin, uma Faculdade isolada que fica no bairro da Freguesia do Ó. Na Grande São Paulo, temos ainda a Faculdade Teresa D'Ávila, em Santo André. Quer me parecer um número excessivo de Faculdades. Como absorver, anualmente, esses novos profissionais? A Prefeitura do Município de São Paulo, quando promove concurso público para Bibliotecário, raro e concorrido, não absorve nem mesmo os alunos formados num único ano, apenas pela Sociologia e Política.

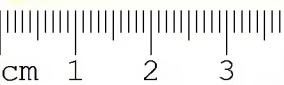
— Outra razão seria o próprio Mercado em potencial. Todo profissional Bibliotecário acredita que existe um Mercado de Trabalho em potencial nas empresas privadas. Eu, por exemplo, como profissional, não só acredito, como tenho absoluta certeza de que ele existe. No entanto, aguardamos, passivamente, que os empresários reconheça, a necessidade de nossos serviços. Dessa forma, nos acomodamos, esperando que o mercado se faça por si só. A necessidade da informação, do trabalho com a informação, a sua manipulação mais rápida, eficaz e segura, já foi sentida pelas empresas. O uso contínuo e crescente do computador, é um exem-



plo disso. No entanto, o campo de trabalho foi aberto apenas para os Analistas, os Programadores, os Operadores, enfim, apenas para aqueles que trabalham diretamente com as "máquinas". É preciso, que, ao invés de esperarmos, como esperamos os usuários em nossas Bibliotecas, a gente comece a demonstrar a necessidade de nossos serviços para as empresas; é preciso que a gente faça os empresários entenderem e se conscientizarem da importância dos serviços do Bibliotecário, principalmente, a nível de assessoria, dentro de sua empresa. Para isso é preciso que os profissionais se encontrem para debaterem, para discutirem o problema. Para isso é necessário que exista uma troca de experiências entre aqueles que já atuam em empresas e dessa forma, com debates e experiências, a gente poderá articular uma forma de atingir o empresário. Sem que a gente saia do imobilismo, esse mercado continuará, *ad aeternum*, como potencial.

- (Um parentesis: Será que a passividade do Bibliotecário não é fruto da passividade das Bibliotecas? Ou será que é o contrário? Será que existe essa relação? Bom, esse é um ponto para uma outra discussão.)
- Como terceira razão eu colocaria o fato de nossa profissão ser predominantemente feminina. Vejamos alguns trechos da pesquisa realizada em Belo Horizonte: "(O) baixo nível salarial pode estar relacionado com o cargo ocupado pelos Bibliotecários

nas instituições onde trabalham, com o baixo nível de expectativa salarial e com o fato de ser uma profissão essencialmente feminina". A baixa expectativa salarial que a pesquisa aponta e, se lembrarmos, a realizada em São Paulo, também, pode ser explicada por várias razões: desde o complexo de inferioridade do Bibliotecário — o que leva o profissional a desvalorizar o seu trabalho, vinculando-o a um salário baixo — até a utilização desse salário. Na pesquisa de Belo Horizonte, concluiu-se que "62,2% dos Bibliotecários utilizam seu salário com sua própria pessoa somente e 34,4% contribuem para a manutenção da família. Dos 62,2% que utilizam o salário com sua pessoa, 46,7% o utilizam apenas para gastos pessoais e 15,5% para manutenção própria." A partir da baixa expectativa salarial, continuam as autoras, "se conclui que o Bibliotecário não é ambicioso; pelo contrário, ele tem uma atitude passiva diante da realidade profissional". Nos comentários finais, nós lemos que "esta passividade pode ser explicada pelo fato de a profissão ser essencialmente feminina e se desenvolver principalmente em instituições, não havendo profissional autônomo". É inegável que na maioria das profissões o salário pago às mulheres é, em grande parte, inferior ao do homem. Esse não é o ideal? Não, não é o ideal, mas, infelizmente, é o real. Não podemos nos esquecer que existem uma série de leis que "protegem" as mulheres: licença



gestante, período de amamentação, necessidade de creche na empresa, etc. Essas leis, necessárias, corretas e importantes, dificultam, em uma boa parte dos casos, a entrada da mulher num determinado emprego. Devemos considerar também o fato que, normalmente, os problemas "da casa", incluindo obviamente os filhos, são resolvidos pela mulher. A empregada faltou? A escolinha não vai funcionar? O filho está doente? Quem fica com a criança? A mulher. A empresa, é lógico, considera, erradamente mas considera, esses fatores. Quando de um confronto direto entre homem e mulher, a empresa pesará os fatores mencionados. Muitos exemplos de mulheres que pleiteavam uma vaga, serem preteridas pelo fato de serem casadas ou simplesmente por serem mulher, todos nós conhecemos. Uma pergunta de múltipla escolha: O *status* de uma profissão essencialmente feminina é: a) Grande, b) Médio, c) Pequeno? A resposta certa fica por conta de cada um.

Dentro da Biblioteconomia um fato é claramente evidenciado: mesmo sendo apenas 1% do total da profissão, a quantidade de homens que atuam nas Associações é grande. Na APBESP, por exemplo, 25% da diretoria é composta por homens. Esse é um fato interessante que mereceria uma análise, obviamente numa próxima vez.

Voltando às razões para a situação do mercado de trabalho:

— Outro item seria o descaso e até me-

nosprezo do governo para com a pesquisa no Brasil. A SBPC chama atenção de todos para a queda nos recursos destinados à ciência e a tecnologia. Em 1979 esses recursos apresentavam 0,6% do PIB-Produto Interno Bruto, caindo para 0,4% em 1982. "As bolsas de pós-graduação, em nível de mestrado e doutorado tiveram em maio um reajuste de 50%, com a promessa de um 2º reajuste, de 45% em setembro. Este aumento, diz SBPC, muito inferior ao da inflação, torna praticamente insustentável a situação dos bolsistas e do próprio Sistema de pós-graduação."

Essa situação atinge a Biblioteca? É evidente que sim. Quantas Bibliotecas sobrevivem com verbas federais de uma maneira decente? Se os recursos à pesquisa científica é pequeno, que dirá aos suportes dessa pesquisa?

— Falta de conscientização do governo como um todo à importância da Biblioteca é outra razão para os problemas do nosso Mercado de Trabalho. As Bibliotecas Públicas, voltadas para a população, são raras. Quando muito, envia-se alguns livros para uma cidade e considera-se "isso" como uma Biblioteca. O déficit de Bibliotecários no Brasil é imenso. Segundo Murilo Bastos Cunha, a relação deveria ser 1 Bibliotecário para cada 200 habitantes, o que resultaria num déficit de 38.000 Bibliotecários em 1982. Faltavam 38.000 Bibliotecários no Brasil, em 1982, para cobrir a relação proposta, segundo artigo "Análise da Oferta de



Empregos para bibliotecários em bibliotecas de Brasília”, publicada no Boletim da ABDF de abr./jun. de 1982. Isso, contando que o artigo utiliza-se de dados do CFB que engloba os Bibliotecários registrados e não dos que, efetivamente, trabalhavam no campo. Na pesquisa com as alunas formadas em 1981, 39% das que não trabalhavam como Bibliotecárias estavam registradas no CRB-8 Região. Assim sendo, o déficit é maior.

- Falta da devida importância à Educação é outro fator. Veja-se o salário pago a um professor, seja ele do 1º, 2º ou 3º graus. Sabemos que não existem Bibliotecas na maioria das escolas de 1º e 2º graus. Em São Paulo, por exemplo, existe inclusive, uma lei, a nível Estadual, que exige Biblioteca e Bibliotecário em escolas com mais de 20 classes. No entanto, essa lei não é cumprida. O descaso para com a educação é quase tão grande quanto o descaso para com as Bibliotecas.
- A inferiorização do profissional não pode ser considerada como solução já que as cidades do interior, em sua grande maioria, não contam nem mesmo com Bibliotecas. Não existe, então, a necessidade do profissional. Não há mercado para que o Bibliotecário procure o interior como forma de solucionar seu problema de Mercado de Trabalho. Antes que solução, o interior é um problema. Na medida em que se criem Bibliotecas no interior, na medida em que as comunidades exijam a citação de Bibliotecas, aí sim o

Bibliotecário pode pensar no interior como forma de resolver o problema do seu emprego.

- O modelo educacional, com a criação de inúmeras faculdades, permitindo que muitas delas não tenham o mínimo de condições de funcionamento, passando por cima de vários itens, como a necessidade de uma Biblioteca razoavelmente aparelhada, o nível dos professores, as condições físicas da escola, etc., é um empecilho para o mercado de trabalho de todos os profissionais. A quantidade de formandos, como dissemos anteriormente, aliado a um péssimo nível de ensino, criam expectativas que não serão satisfeitas. Sabemos que o “exército de reserva” que dizia Marx, também está atingindo o profissional qualificado, mantendo a mão de obra barata, o que é peça fundamental da política econômica do governo, como forma de atrair investimentos estrangeiros. Esses investimentos irão melhorar a situação do Balanço de Pagamentos, o que é, hoje, muito mais prioritário do que a situação social da população.
- Outro motivo para a atual situação do mercado, seria a formação do Bibliotecário, o ensino da Biblioteconomia. O nível de ensino é baixo. Além disso, exige-se muito pouco dos alunos. Sabemos que muitos procuram o curso pelo fato de ter ele a duração de 3 anos. Não estão interessados, realmente, na profissão. Basta o certificado de conclusão, o diploma. A situação está melhorando? Não, pelo contrário.



Veja-se o caso da USP/ECA: a partir do momento que o vestibular para Biblioteconomia passa a ser independente do vestibular de Comunicações, a média de pontos para conseguir uma vaga, caiu muito. Outro exemplo: há pouco tempo, na Instituição em que trabalho, abrimos uma vaga para Auxiliar de Biblioteca. Um salário de aproximadamente Cr\$ 140.000,00 por 6 horas diárias de trabalho, atraiu muitos e muitas candidatas. Infelizmente, o nível dos testes de conhecimentos específicos e conhecimentos gerais, foi catastrófico. Ficou explícito, claro e cristalino a situação de ensino da Biblioteconomia.

A preocupação em adequar o curso com o Mercado de Trabalho, praticamente inexistente. Para se ter uma idéia, quando da alteração do currículo mínimo do curso, a APBESP, uma Associação que luta por se transformar em Sindicato, não foi ao menos consultada. Acredito que uma alteração curricular desse porte, deve contar com a participação do aluno, do professor e do profissional. Vamos aguardar os resultados das mudanças que ocorrerão.

— Por último, a falta de discussão sobre os temas de Trabalho, Salário, Condições

de Trabalho, Política Trabalhista, Sindicalização do Funcionário Público, Sindicalização do Bibliotecário, etc.

A literatura sobre o assunto, publicada nas revistas especializadas, quase que todas acadêmicas, é escassa. Como dissemos no início, existe pouco interesse sobre o assunto. Com a falta de informação sobre ele, como ampliar o debate e as discussões? Sem palestras específicas, espaços nos Congressos nas Revistas, como procurar soluções se o tema é desconhecido? A Palavra-Chave, por exemplo, é uma Revista que procura abordar temas como esse, assuntos voltados para o Bibliotecário, enquanto profissional e indivíduo. Como prosseguir sem assinaturas? A APBESP procura se transformar em Sindicato para poder lutar de forma legal e com mais força pelos problemas de salário, mercado e questões trabalhistas. Como fazê-lo sem apoio, sem filiados, sem participação?

Eu espero que os Bibliotecários comecem a se reconhecer como classe, como categoria e que a consciência da necessidade de participação aflore, sem necessidade da técnica do joelhaço.

Obrigado.



LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL

Cecília Andreotti Atienza*

RESUMO

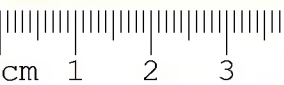
Visão retrospectiva e panorama atual em torno da regulamentação das profissões de nível universitário. Histórico da Lei n. 4.084/62 e a necessidade atual de reformulação. Princípios da Lei 4.084/62, com sugestões e justificativas de uma nova regulamentação: exercício profissional, funções privativas ou atribuíveis ao profissional bibliotecário, exercício ilegal da profissão, cargos de confiança, direção de bibliotecas e serviços de documentação. Conselhos de Biblioteconomia: como surgiram as Ordens e Conselhos Profissionais, conceito e atribuições. O problema das profissões irmãs: Bibliotecários e Arquivistas.

1 INTRODUÇÃO

Nos primeiros anos da década de 60, a classe bibliotecária sentiu a necessidade de se organizar em torno de uma legislação básica que tivesse como conteúdo as diretrizes básicas e a estrutura da profissão de bibliotecário, estabelecendo novos rumos para a profissão de acordo com a formação escolar necessária ao seu provimento e, ainda, consoante com a sua natureza, complexidade e com o grau de responsabilidade das atribuições, que lhe correspondem.

Surgiu, assim, a Lei Federal 4084, de 30.06.62, que foi a grande vitória dos profissionais bibliotecários, sem a qual,

* Bacharel em Direito e em Biblioteconomia. Diretora do Centro de Documentação e Informática da Câmara Municipal de São Paulo.



não seria possível seu enquadramento como profissão liberal.

Não podemos esquecer o esforço daqueles profissionais, que se empenharam na regulamentação da profissão de bibliotecário, lembrando que até o surgimento da lei, muitas lutas foram travadas, corajosamente, por eles.

No entanto, mesmo após a publicação da Lei 4084/62, o grupo não esmoreceu e lutou pelo regulamento da lei, através do Decreto Federal 56.725/65.

Em setembro de 1962, a FEBAB deu entrada no Ministério do Trabalho e Previdência Social, do processo n. 185.827/62, solicitando a regulamentação da lei e, para facilitar o estudo da matéria, juntou um anteprojeto de decreto.

Em julho de 1963, o MTPS encaminhou ao Excelentíssimo Presidente da República a minuta de decreto que ficou retido no DASP para exame, de 1963 a 1965.

Em 16 de agosto de 1965, foi sancionado o decreto que regulamentava a Lei 4084/62, que recebeu o número 56.725 em cujo texto apresentado pelo MTPS foi modificado pelo DASP.

Em dezembro de 1965, a FEBAB convocou as Escolas de Biblioteconomia e Associações de Bibliotecários para um encontro, no Rio de Janeiro.

No dia 12 de dezembro, foram realizados no MTPS o sorteio e eleição dos primeiros conselheiros federais e suplentes, que tomaram posse, no dia 16 de março de 1966, no Gabinete do MTPS.

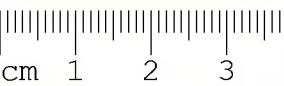
Em julho de 1966, foram criados 10 Conselhos Regionais de Biblioteconomia

e, assim foi montada a máquina de fiscalização do exercício profissional do bibliotecário.

2 NECESSIDADE DE REFORMULAÇÃO DA LEI 4084/62

Essa lei é o resultado da situação biblioteconômica correspondente ao ano de 1962. Ora, passados vinte anos de sua promulgação, ela não pode atender mais aos objetivos da época atual, pela natural evolução da profissão e as conseqüências resultantes desse fator cultural.

Tem sido uma luta constante do CFB e dos CRB a tentativa de concretizar antigas aspirações: como a de posicionar o bibliotecário dentro do cenário sócio-econômico, político e cultural brasileiro. Isto porque, toda legislação é uma norma, ou seja, a forma como vamos agir na Sociedade. Ela tem que ter fundamento, de acordo com o *valor*; e, tem que ter eficácia, conforme a concordância com os fatos. Observando, mais de perto, esta teoria tridimensional do Direito, do Prof. Miguel Reale, para quem *fato*, *valor* e *norma* estão sempre presentes e correlacionados em qualquer expressão da vida jurídica, podemos concluir que os conceitos jurídicos passam, dentro de um mesmo sistema, por uma evolução. O que hoje se entende como Biblioteca, não é a mesma coisa que se entendia no passado. A compreensão dos conceitos é mutável, tendo em vista o tempo as diferenças de ideologia a realidade demonstra que os conceitos padecem dos vícios da utilização inadequada de pala-



vas gerais, da ambigüidade e da indeterminação.

O tão ambicionado desenvolvimento profissional dos agentes bibliotecários, que altera e renova toda a estrutura social envolvida e as técnicas nela exercitadas, exige mediações e aferimentos constantes dos seus fatores de constituição, para que o ritmo da sua amplitude e da sua profundidade não se vejam diminuídas ou anuladas.

Por essa razão, a Lei Federal 4084/62 que atendeu aos reclamos da profissão, na época, não mais atende aos direitos e deveres dos profissionais da Biblioteconomia, não só em face das próprias mudanças ocorridas na sociedade brasileira, como também, com relação ao desenvolvimento da Ciência Biblioteconômica.

Existe portanto, um consenso de que é preciso reformular a legislação vigente, objetivando seu aperfeiçoamento, de modo a dar mais eficiência à atuação dos Conselhos de Biblioteconomia.

3 PRINCÍPIOS DA LEI 4084/62

3.1 *Exercício profissional*

O exercício da profissão de Bibliotecário foi objeto de disposição da Lei Federal 4084, de 30 de junho de 1962 e de sua respectiva regulamentação pelo Decreto Federal 56.725, de 16 de agosto de 1965.

Esta norma apresenta para o estudo do problema, basicamente, a disposição que exige para provimento e exercício de cargos técnicos de bibliotecários

[e documentaristas*], na administração pública, autárquica, paraestatal, empresas sob intervenção governamental ou concessionárias de serviço público, a obrigatoriedade da apresentação de diploma de bacharel em Biblioteconomia.

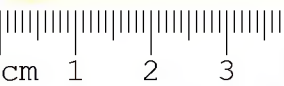
3.2 *Funções privativas ou atribuídas ao profissional bibliotecário*

O art. 1º, do diploma legislativo em questão, estabeleceu, *expressamente*, a intenção citada em primeiro lugar, ao declarar ser "a designação profissional de bibliotecários, *privativa* dos bacharéis em Biblioteconomia" como também, assim podem entender, no art. 3º, em relação ao preenchimento dos cargos da série de classes de bibliotecário [e documentarista], onde está clara a exigência peremptória do diploma para aquele fim.

3.3 *Exercício ilegal da profissão*

Porém, no art. 4º, quando diz a quem caberá o exercício da profissão de Bibliotecário, usa a palavra *permitido* e, não *privativo*, que impediria, legalmente, as aberrações que estão acontecendo no nosso país, onde pessoas *não habilitadas* estão dirigindo nossas bibliotecas e centros de documentação, muitas delas,

* Não existe, juridicamente, a profissão de documentarista. O exercício das funções de "documentarista" é sempre do profissional bibliotecário. Esta nomenclatura precisa de uma reavaliação por autoridade competente.



sob a alegação (errônea) de que os cargos são de confiança.

A lei deve indicar os casos em que se configura o exercício ilegal da profissão regulamentada. Diversos são tais casos e diversas são as condições em que eles ocorrem em relação às diferentes profissões. Seria, pois, necessário, registrar para cada uma delas, tais condições.

O primeiro caso é o da pessoa física que realiza ato ou presta serviços reservados aos profissionais, sem possuir registro no Conselho respectivo. Há, aqui, duas possibilidades: a primeira, é a de que a pessoa possua as condições necessárias para se registrar, mas não tenha obtido o registro; a segunda, é a de que a pessoa não possua tais requisitos e, portanto, nem pode pretender o registro. Mas, em ambos os casos, o exercício ilegal está configurado.

A habilitação profissional pressupõe: — preenchimento das condições de capacidade — curso, diploma, prática — o preenchimento das formalidades necessárias, isto é, o reconhecimento das condições pelo órgão competente, que é o Conselho. O bibliotecário que esteja exercendo a profissão sem estar registrado no CRB de sua região, exerce, *ilegalmente*, sua profissão.

Nos casos em que o exercício profissional é, também, facultado a pessoas jurídicas — nas condições que a Lei menciona — a falta de registro exigido em lei, também, significa exercício ilegal, mesmo que haja a participação de profissional habilitado.

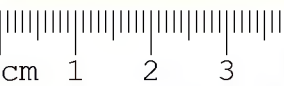
Outro caso de exercício ilegal é o do

acobertamento, ou seja, aqueles casos de pessoas dispostas a ganhar dinheiro "dando o nome" para que outros não habilitados executem o trabalho. Felizmente, esses casos são raros mas podem acontecer.

3.4 Cargos de confiança

O artigo 6º quando diz "São atribuições dos bacharéis em Biblioteconomia ...", também não deixou claro essa intenção, dando oportunidade a alguns técnicos-jurídicos de adotarem a tese, segundo a qual a lei diz que são *atribuíveis* aos bacharéis em Biblioteconomia as tarefas relacionadas no artigo mencionado, sem afirmar que lhes seriam, também, privativas, pretendendo, apenas, evidenciar que do exercício do cargo em comissão de direção intermediária, não se origina qualquer desvio de atribuições.

Temos, como exemplo, o caso da Biblioteca Nacional. Embora a alínea "c" do art. 6º dê como atribuição ao bacharel em Biblioteconomia "a administração e direção de bibliotecas", tivemos um não-Bibliotecário na direção da Biblioteca Nacional, sob a alegação de especialistas jurídicos ligados ao MEC de que, "segundo a Lei 4084, que regulamenta a Biblioteconomia, o diploma de bibliotecário é imprescindível para a ocupação de cargos técnicos de bibliotecários e documentaristas. A direção da Biblioteca Nacional, entretanto, não se enquadra nestas especificações, sendo um cargo de direção e assessoramento superior, com funções essencialmente administrativas". (1)



Outro exemplo a ser citado, é o caso da direção de Serviços de Documentação que, embora, expresso na alínea "d", do art. 6º, "a organização e direção dos serviços de documentação", tivemos um parecer da Consultoria Geral da República, aprovado pela Presidência da República, onde encontramos a alegação de que "a Lei 4084/62 não tornou *privativo* dos bacharéis em Biblioteconomia as funções de direção dos serviços de documentação. É aconselhável, entretanto, o recrutamento entre aqueles que tenham a qualificação de que trata a referida Lei". (6)

Esses exemplos retratam o resultado dessa omissão legislativa que permitiu a elaboração dos pareceres, acima mencionados, entendendo (esses pareceres) que o diploma legislativo em causa não deu exclusividade aos ocupantes de cargos e Bibliotecário (e Documentarista), ou que pelo menos isso não ficou expresso na lei, e consideram o diploma legal, apenas, quanto à sua interpretação literal, ou seja, onde a lei não distingue, ao intérprete não será lícito distinguir.

A gravidade, nesses casos, reside no fato (como aconteceu com o Parecer 382 - H/66, de autoria do Consultor Geral da República, Dr. Adroaldo Mesquita da Costa de que esses pareceres, quando aprovados pela Presidência da República, não se pode recusar sua aplicação na esfera administrativa, embora essa exigência de habilitação seja perfeitemen-

te legal, quando entendida à luz da interpretação lógica da norma.**

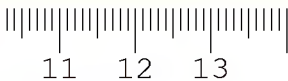
Essa gravidade aumentou de intensidade quando soubemos de outro parecer datado de 21 de julho de 1982, assinado pelo Consultor Geral da República, Dr. Paulo César Cataldo, que ratificou o Parecer CGR-382-H, de 18.8.66.

3.5 *Direção de Bibliotecas e de Serviços de Documentação*

As alíneas "c" e "d" do art. 6º declaram como "atribuição dos bacharéis em Biblioteconomia a organização, direção e execução dos serviços técnicos de repartições públicas federais, estaduais, municipais e autárquicas e empresas particulares, concernentes às matérias e atividades seguintes:

.....

** ao "caput" do art. 6º deve ser nova redação como: "são atribuições *privativas* dos bacharéis em Biblioteconomia...". E, para resolver, definitivamente, o problema de "cargos de confiança", deve ser acrescentada uma alínea nesse mesmo artigo, referente às atribuições, constando do seguinte: "o exercício de cargos ou funções de direção, chefia e encarregatura, em caráter efetivo, em comissão ou mediante contrato, nas áreas abrangidas pelas bibliotecas, bancos de dados bibliográficos, redes, sistemas, centros e serviços de documentação e/ou informação e demais entidades e/ou instituições que tenham como objetivo o armazenamento e/ou a disseminação da informação em qualquer área de atividade intelectual". (21)



c) a administração e direção de bibliotecas;

d) a organização e direção dos serviços de documentação;

.....

Ora, hoje temos que fazer a interpretação lógica, extensiva, dessas alíneas, uma vez que além de bibliotecas de uma forma pura, temos em razão do desenvolvimento dessas mesmas bibliotecas, "o planejamento, assessoramento, consultoria, organização, implantação, administração e direção de bibliotecas, bancos de dados bibliográficos, redes, sistemas, serviços e centros de documentação e/ou informação e demais entidades e/ou instituições que tenham como objetivo o armazenamento e/ou disseminação da informação em qualquer área de atividade intelectual". (21)

A aplicação desse preceito contido no art. 6º esbarra numa indagação: o que é *biblioteca*? O que se entende por *serviços de documentação*? E poderíamos aplicar o mesmo critério para qualquer espécie de biblioteca dentro da heterogeneidade de situações existentes? — ou, mesmo, identificar a todas sob a mesma denominação, no seu sentido legal? E, ainda, quanto aos centros de documentação, como ficaríamos? — ou, ainda, fazer as mesmas exigências, para todos eles? Acreditamos que não.

Essa dificuldade existe na Lei 4084/62, pois os termos "Biblioteca" e "serviços de documentação" são carentes de definição. Caberia, pelos menos distinguir entre uma biblioteca como entidade autônoma e outra, que é, apenas, uma

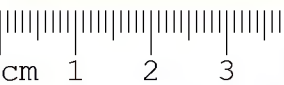
coleção de textos para consulta, servindo em caráter suplementar a uma atividade principal. Mesmo no primeiro caso, uma biblioteca, que seja, em si mesmo, uma entidade, pode ser tão modesta que não se concebe exigir à sua administração um profissional qualificado.

Quanto aos serviços de documentação, precisaríamos de uma conceituação legal para bancos de dados bibliográficos, redes, sistemas, centros e serviços de documentação e/ou informação e outras denominações que possa surgir com o desenvolvimento da Ciência da Informação.

A perfeita interpretação da regra contida nas alíneas "c" e "d", do art. 6º, conforme redação da Lei 4082/62, exige atenção ao conceito de "Bibliotecas" e de "serviços de documentação".

Esse dispositivo não é auto-aplicável, sendo carente de regulamentação que tenha validade normativa. Para a obtenção desse caráter normativo, é necessário que essas medidas sejam emanadas do órgão autorizado que, no caso, é o CFB. Essa autorização está consignada na alínea "f" do art. 15 da Lei 4084/62 e que dá como atribuição do CFB a de "expedir as resoluções que se tornem necessárias para a fiel interpretação e execução da presente Lei" Podemos citar, como exemplo, a Resolução CFB 131, de 21.10.75 que interpretou e definiu o campo de aplicação do art. 3º da mencionada Lei e que deu solução aos processos referentes à questão.

É obrigação dos Conselhos adotar esse critério, uma vez que a própria Lei



manda. Àquele órgão cabe, portanto, não a outro qualquer, persistindo a omissão regulamentadora do Poder Executivo, deliberar sobre o âmbito exato da aplicação da regra, não somente quando esta é lacônica, senão também, quando é, absolutamente, impreciso o seu objeto.

4 DOS CONSELHOS DE BIBLIOTECONOMIA

4.1 *Como surgiram as Ordens e os Conselhos*

Muitos bibliotecários perguntam: por que a existência de Conselhos? Qual a sua finalidade? Por que somos obrigados a pagar uma taxa anual?

Para responder a essas perguntas, vamos, em primeiro lugar, examinar o conceito de "Conselho", partindo de seu histórico.

A instituição das ordens e conselhos deu-se com o advento da Resolução de 1930, tendo por objetivo transferir para os profissionais intelectuais, também chamados com impropriedade de linguagem, "liberais", o controle do exercício de suas atividades.

O primeiro deles nasceu em forma de corporação profissional, ou seja, a Ordem dos Advogados do Brasil, criada como pessoa jurídica de direito público, cujo órgão de cúpula é o Conselho.

Em 11 de dezembro de 1933, surgiu o segundo deles, regulando a profissão dos Engenheiros, Arquitetos e Agrimensores, hoje denominado Conselho de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

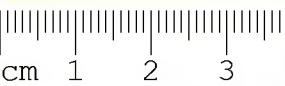
A partir dessas duas instituições, permitiu-se, em escala cada vez maior, que os profissionais fiscalizassem, eles próprios, o exercício de sua profissão, tal como já se fazia, entre os advogados e engenheiros.

Hoje, temos uma série de Conselhos Profissionais, que não são, apenas, instituições meramente fiscalizadoras e punitivas, mas possuem nova roupagem, mais atual, que os transformaram em molas propulsoras e incentivadoras do progresso brasileiro, procurando preservar as funções e postos técnicos, para os profissionais realmente qualificados, punindo o mau exercício profissional e valorizando a escolaridade e nível intelectual daqueles que exercem, no país, de forma consciente, as várias modalidades de sua profissão.

4.2 *Conceito de Conselhos*

Conselhos são autarquias federais destinadas a fiscalizar as profissões, protegendo o público contra os maus profissionais ou contra aqueles que nem assim podem ser chamados e, ainda, para atender aos interesses dos profissionais. Isto, significa, que cada profissão é fiscalizada por uma autarquia constituída pelo Conselho Federal e pelos Regionais em seu conjunto. A autarquia é uma só.

Os Conselhos Federal e Regionais são órgãos auxiliares da administração que, mediante a fiscalização e aprimoramentos profissionais, devem ter a preocupação de proteger a comunidade contra o mau exercício profissional, seja por parte de



leigos, seja por parte de profissionais inescrupulosos.

Fiscalização não implica, exclusivamente, em aplicar sanções ou em exercer ações repressivas mas é, antes de tudo, orientar, preventivamente.

Assim, os Conselhos devem ser entendidos como órgãos públicos (que é o que são), exercendo uma função pública, dentro do poder de polícia que cabe ao Estado, administrados, por uma questão de conveniência de interesse público, pelos próprios fiscalizados. Mas, a entrega desse poder, em confiança, aos próprios fiscalizadores, não deve servir de causa a que eles o exerçam em benefício próprio, sob o manto de autoridade. Não há nenhuma justificativa ética para isso.

4.3 Atribuições dos Conselhos

As legislações de cunho profissional são, atualmente, caracterizadas pelas realizações de interesse social e humano, perdendo as características isoladas de apenas regular e fiscalizar o exercício profissional.

É preciso atentar ao fato de que a nível federal, os Conselhos profissionais são órgãos judicantes e normativos e, a nível regional, são órgãos judicantes e executores. Na verdade são em grande parte, tribunais administrativos. Vamos explicar melhor.

4.3.1 Conselho Federal como órgão normativo

Não podemos esquecer que a principal

função normativa dos Conselhos é a expedição de resoluções que não só assegurem o exato cumprimento da Lei, pelo menos tão exato quanto o entendem os que de sua aplicação são encarregados (Conselho Federal), como também estabeleçam obrigações que não contrariem expressamente o processo fixado na Lei. A variedade de tais resoluções, pode ser bastante ampla. Na Biblioteconomia, por exemplo, há toda uma gama de especialidades profissionais a regulamentar e distinguir de uma maneira genérica, pois é importante que se aproveite, mais adequadamente, o esforço daqueles que adquiriram conhecimentos maiores, a nível de extensão, especialização e pós-graduação. Lembrando sempre que a finalidade da legislação profissional não é só impedir o exercício da profissão por leigos, mas, também, facilitar o exercício da profissão para aqueles que tenham maiores condições de capacidade profissional.

Outra função normativa do Conselho Federal é a solução de dúvidas suscitadas pelos Conselhos Regionais e a resolução de casos omissos.

No primeiro caso, trata-se, frequentemente, de função exercida em grau de recurso. Assim, por exemplo, o interessado procura o Conselho Regional, tenta resolver seu caso, mas não o consegue de forma satisfatória e a matéria vai ao Conselho Federal que dará a solução. Essa decisão será transformada em Resolução (disposição normativa), que terá aplicação obrigatória para casos idênticos.

A resolução de casos omissos, entre-



tanto, padece de falta de conhecimentos jurídicos de muitos conselheiros que criam obrigações que a lei não conhece. Então, se surgir um caso que não conste na lei, de forma expressa, será estudado por um pessoal competente, recebendo o respectivo tratamento técnico, em forma de Resolução (disposição normativa de caráter obrigatório).

Ao Conselho Federal cabe, portanto, persistindo a omissão regulamentadora do Poder Executivo (que é o Decreto Federal n. 56.725, de 16.8.65), deliberar sobre o âmbito exato de aplicação da regra, não somente quando esta é lacônica, senão, também, por ser absolutamente impreciso o seu objeto.

4.3.2 Conselho Federal como órgão judicante

O Conselho Federal, também tem a função judicante que consiste em examinar e decidir em grau de recurso, os processos decididos pelos Conselhos Regionais, sejam de registro, sejam de infração da lei ou do código de ética. Não há, no caso, jurisdição originária, pois os casos são, em primeira instância, decididos nos Conselhos Regionais.

As decisões do Conselho Federal devem ser incorrigíveis na esfera administrativa. Alguns profissionais menos avisados pensam que podem recorrer ao Ministério do Trabalho e Previdência Social. Mas a tutela administrativa que ele exerce sobre os Conselhos profissionais tem por finalidade verificar se eles estão cumprindo as suas funções de maneira

correta, não podendo entrar no *mérito* das questões decididas. Se o interessado não se conformar com a decisão do Conselho Federal, o único recurso que existe é apelar ao Judiciário. Este recurso pode ser utilizado, também, pelos Conselhos, quando não conseguirem os resultados desejados junto aos fiscalizados.

4.3.3 Conselhos Regionais como órgãos executores

Cabe aos Conselhos Regionais cumprir, fielmente, as obrigações contidas em lei e/ou resoluções do Conselho Federal.

Entre suas atribuições podemos citar o seguinte:

Os Conselhos são órgãos de registro dos profissionais, cabendo-lhes avaliar os documentos necessários à competente inscrição e declarar, em função dos mesmos a habilitação do profissional.

Com este registro, surge a obrigação de uma fiscalização permanente que evite a atuação dos maus profissionais. Devemos lembrar que o título não é prova, apenas presunção de competência profissional. Se o profissional demonstra o contrário, isto é, demonstra ser incompetente, então, após processo regular, sua licença deve ser suspensa ou cancelada. Na prática, tais suspensões têm se dado mais por falta de cumprimento de dispositivos legais (registro e pagamento de anuidade), ou por infração de dispositivos da ética.

Outra função, é exigir o registro das bibliotecas.



Cabe, também, aos Conselhos Regionais, responder a consultas sobre matérias relativas ao exercício da profissão. Tais consultas podem, naturalmente, ter sua resposta sujeita a recursos, pois nada impede que o interessado procure modificar uma resposta que não considere satisfatória.

4.3.4 Conselhos Regionais como órgãos judicantes

Os Conselhos Regionais, também, têm a função judicante que consiste em examinar e decidir os processos originários do CRB. Pode acontecer que o interessado não se conforme com a decisão do CRB e entre com o recurso próprio.

Os recursos são sempre voluntários, isto é, os interessados recorrem de decisões dos Conselhos Regionais que lhes sejam adversas.

Pode haver recurso "ex-officio"?

Ernst Mühr diz, em seu artigo publicado no Estado de São Paulo, que "nossa prática diz-nos que sim. Em certos casos as resoluções de Conselho Federal já exigem a homologação, por ele de certas decisões dos Conselhos Regionais. Subentende-se, assim, o recurso "ex-officio". Mas não é raro que decisões, em nível regional, visivelmente inconvenientes ou injustas, são tomadas em virtude de resoluções ou de jurisprudência internas dos Conselhos. Em tais casos, o recurso "ex-officio", a quem possui também poder normativo, seria a solução mais apropriada e a lei deveria prever a hipótese".

4.3.5 Eleições nos Conselhos

Parece-nos mais conveniente o princípio da representação dos grupos do que o da eleição geral. Atualmente, a eleição geral existe, mas, em alguns casos, prevalece a representação por grupos e, em outros, faz-se questão de que um dos grupos representados seja o das escolas superiores. Em outros, devem, também, estar representadas as associações. A eleição geral exige uma campanha eleitoral. E, uma campanha acaba resultando em políticos profissionais. Certamente, isso não é vantajoso para o órgão de fiscalização.

Por outro lado, a composição dos Conselhos, parte com representantes das escolas, parte com os de associações profissionais, sem dúvida atende mais aos interesses da fiscalização do exercício. Os representantes das escolas definem os limites das atribuições e, por outro lado, procuram acomodar os currículos às necessidades do exercício da profissão. Os representantes das associações, por sua vez, defendem os diferentes pontos de vista dos praticantes da profissão, sem que haja perigo de uma maioria impor seu ponto de vista à minoria.

4.3.6 Gratificações a Conselheiros

Somos de parecer contrário ao pagamento de gratificação aos dirigentes e conselheiros das autarquias de fiscalização profissional, isto porque a auto-fiscalização das profissões só pode ser bem feita, se exercida como "munus", como pres-



tação de serviço desinteressado à Nação e à classe fiscalizada. No momento em que essa fiscalização se tornar profissão, serão atraídos a ela não os verdadeiros profissionais da classe, mas os que disso queiram fazer meio de vida. E não nos parece que o conceito de auto-fiscalização permita essa modalidade.

4.3.7 Outras atribuições

Cabe, ainda, ao Conselho Federal:

- propor ao Executivo ou Legislativo providências que venham contribuir para o aperfeiçoamento da classe e do ensino;
- colaborar com os órgãos da União e dos Estados, para o estudo dos problemas da profissão, inclusive dos salários que lhe são atribuídos, propondo as medidas capazes de oferecer melhor solução;
- promover as medidas de defesa da classe;
- estabelecer as condições para inscrição dos profissionais nos conselhos, compatibilidades e incompatibilidades, direitos e deveres, assistência e defesa, penalidades;
- organizar o próprio regimento interno;
- indicar quais as funções nas entidades, para as quais seja necessária a habilitação: há necessidade, muitas vezes, de o Conselho intervir, fazendo um levantamento dos cargos existentes em entidades e/ou instituições, públicas e privadas, e depois, declarar quais os privativos;
- fixar anuidades e taxas;
- estabelecer as atribuições dos profissionais, uma vez que, cada vez mais,

umenta a especialização na área, principalmente, mediante cursos de extensão, de especialização e de pós-graduação;

- estabelecer o código de ética ou de ontologia;
- determinar o modelo de identidade profissional, com os dizeres obrigatórios, inerentes à profissão, e,
- muitas outras ...

Aos Conselhos Regionais cabe: – executar a fiscalização profissional;

- exercer funções que mantenham a disciplina profissional;
- exercer a defesa e assistência aos profissionais inscritos;
- acompanhar o cumprimento dos deveres ditados pelas normas éticas;
- executar a cobrança das contribuições e taxas;
- elaborar o regimento interno de forma concertada com os demais Conselhos Regionais e Federal, motivo pelo qual seus regimentos internos devem obedecer às normas gerais e serem submetidos a crivo do Conselho Federal, e,
- muitas outras ...

5 POR QUE O PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO É OBRIGADO AO PAGAMENTO DE ANUIDADE AO CRB?

Esta é uma indagação comum a todos os profissionais que desconhecem a legislação específica sobre o assunto.

É necessário que os profissionais entendam o porquê dessa obrigação. Para tanto, precisam entender o conceito e a finalidade dos Conselhos profissionais.

Como já disse, os Conselhos Federal



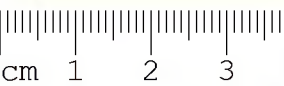
e Regionais, constituem-se numa autarquia e, salvo algumas exceções, as leis que criaram essas autarquias, ao dispor sobre anuidades e taxas a serem pagas pelos profissionais e pelas empresas, não as fixaram, transferindo a incumbência aos respectivos órgãos. Isso, também, aconteceu com a Lei Federal 4084/62, que em seu art. 26 determina que "o bacharel em Biblioteconomia, para o exercício de sua profissão, é obrigado ao registro no Conselho Regional de Biblioteconomia a cuja jurisdição estiver sujeito, ficando obrigado ao pagamento de uma anuidade ao respectivo Conselho Regional de Biblioteconomia, até o dia 31 de março de cada ano, acrescida de 20% (vinte por cento) de mora, quando exceder este prazo. E, em seu art. 28, diz: "o Poder Executivo promoverá em decreto a fixação das anuidades e taxas a que se refere os artigos 26, 29 e 30 e sua alteração só poderá ter lugar com intervalos inferiores a três anos, mediante proposta do Conselho Federal de Biblioteconomia". Assim aconteceu, como poderemos verificar, pelo Decreto Federal n. 59.769, de 16 de dezembro de 1966, que fixou, pela primeira vez, as taxas e anuidades a serem cobradas pelos Conselhos Regionais de Biblioteconomia, e pelos Decretos Federais ns. 67.380, de 14 de outubro de 1970 e 73.167, de 20 de novembro de 1973 e 78.879, de 20 de dezembro de 1976, que alteraram, respectivamente, os valores das anuidades e taxas a serem cobradas pelos Conselhos Regionais de Biblioteconomia.

Até 1973, os valores eram determina-

dos através de decretos. Em 1976, o Decreto 78.978 modificou a sistemática, introduzindo autorização ao Conselho Federal de Biblioteconomia, para fixar, mediante resolução anual, o valor das anuidades e demais taxas, tendo em vista, os percentuais incidentes sobre o maior valor de referência vigente,

Em 1982, foi enviada ao Congresso Nacional uma mensagem do Exmo. Sr. Ministro do Trabalho, com o projeto de lei dispondo sobre a fixação do valor das anuidades e taxas devidas aos órgãos fiscalizadores do exercício profissional. Na exposição de motivos, o Sr. Ministro do Trabalho explica o sentido desse projeto, dizendo que "as leis que criaram aqueles autarquias, ao disporem sobre anuidades e taxas a serem pagas pelos profissionais e pelas empresas não as fixaram, transferindo a incumbência aos respectivos órgãos". (19). Diz ainda que "o poder delegado, expresso ou tacitamente, para determinar o montante das anuidades e taxas, tem sido, vez ou outra, atacado pelos profissionais ou empresas aos quais são impostas, seja porque inconformados com os valores ou critérios pelos Conselhos seja porque contestam a própria legalidade da delegação. Cria-se, assim, nível de incerteza sobre o direito aplicável, ou sobre os limites do seu regular exercício, que desatende o interesse público e sobrecarga inutilmente os serviços de prestação jurisdicional do Estado". (19)

Diz, também, que "evidencia-se, assim, a conveniência, quando não a necessidade, de dar á matéria tratamento legal que,



ainda que não tomando partido conceitual sobre a situação ora existente, possa eliminar as causas do desentendimento que se vem alastrando indesejavelmente". (19)

E, assim, surgiu a Lei Federal 6994, de 26 de maio de 1982, que dispõe sobre a fixação do valor das anuidades e taxas devidas aos órgãos fiscalizadores do exercício profissional que obriga a todo profissional e empresa a pagar ao respectivo Conselho Regional de sua profissão, o valor estabelecido por lei.

Atualmente, essa lei permite que o Conselho Federal de cada profissão fixe até o limite de duas vezes o Maior Valor de Referência – MVR, vigente no país. O valor correspondente a uma vez o MVR, é de Cr\$ 11.225,00 (onze mil e duzentos e vinte e cinco cruzeiros), vigente de 1.11.82 a 30.4.83.

Ora, o Conselho de Biblioteconomia baixou uma Resolução de n. 288/82, estipulando o valor máximo (que seria de duas vezes o MVR) permitido por lei, mas que felizmente, teve o bom senso de revogar, baixando uma outra, de n. 289/82, que fixou em pouco mais que uma vez o MVR, considerando que os bibliotecários não são bem pagos no país.

O § 2º do art. 1º da Lei 6.994/82, ainda diz que "o pagamento da anuidade será efetuado ao órgão regional da respectiva jurisdição, até 31 de março de cada ano, com desconto de 10% (dez por cento), ou em até 3 (três) parcelas, sem descontos, corrigidas segundo os índices das Obrigações Reajustáveis do

Tesouro Nacional – ORTN; se forem pagas após o vencimento, acrescidas da multa de 10% (dez por cento) e juros de 12% (doze por cento), calculados sobre o valor corrigido".

Por essa razão, os profissionais bibliotecários, em São Paulo, receberam um "cartão de cobrança" do Banco Itaú S.A., com 4 (quatro) folhas, sendo que a primeira estava destinada a quem fosse pagar à vista. Como o valor da anuidade fixada pelo CFB corresponde a Cr\$ 12.000,00, com os 10% (dez por cento) de descontos permitido pela Lei Federal 6.994/82 aos profissionais de todas as profissões, o título veio no valor de Cr\$ 10.800,00. Aqueles que optaram pelo pagamento em três prestações, também, permitido pela Lei Federal 6994/82, utilizaram as três folhas posteriores, com o valor de Cr\$ 4.000,00 cada uma, perfazendo o total de Cr\$ 12.000,00, isto é, sem descontos e sem juros.

O Decreto Federal n. 88.268, de 30 de abril de 1983, já determinou o MVR vigente para o período de 1.5.83 a 31.10.83, que é de Cr\$ 17.106,90.

A Resolução CFB 289, de 29 de outubro de 1982, no art. 5º, em seu parágrafo único, facultou "ao Conselho Regional conceder isenção da anuidade do respectivo exercício, quando do registro do profissional comprovadamente carente".

O profissional que estiver em exercício e não cumprir sua obrigação, ainda que com atraso, ficará inscrito na Dívi-



da Ativa, mediante processo regular.

6 DIFERENÇA ENTRE CONSELHO, SINDICATO E ASSOCIAÇÃO

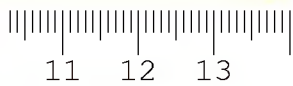
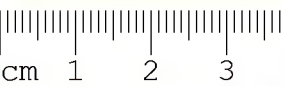
CONSELHO: — Os Conselhos são órgãos que executam atividades típicas da Administração Pública, notadamente funções de controle do exercício profissional, por delegação do Poder Público, gozando institucionalmente de certas prerrogativas. Vale acentuar que o registro profissional é requisito prévio ao próprio exercício da profissão.

A contribuição para os Conselhos é obrigatória enquanto que facultativa para as associações profissionais e sindicatos. Os servidores públicos não podem sindicalizar-se, mas estão obrigados a contribuir para os Conselhos disciplinadores da profissão.

ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL: — É a que reúne profissionais com atividade ou profissão idênticas, similares ou conexas. Seu escopo pode ser científico, social, de defesa e coordenação dos interesses econômicos ou profissionais da classe etc. A liberdade de associação, para fins lícitos, é assegurada pela Constituição, no § 28 do art. 153. A associação pode ser o primeiro passo para a organização de um sindicato, quando representa os interesses da classe, expressado pelo grau de coesão e consciência dos direitos que lhe são comuns. Todavia, só representa seus associados, no que se distingue do sindicato que, por força da lei, representa todos os membros de uma categoria ou profissional liberal (CLT, art. 513).

Antes do Decreto n. 1402, de 5.7.1939, a expressão *associação profissional* era sinônimo de *sindicato*. Entretanto, o referido decreto distinguiu ambas as associações, sendo que a primeira passou a ser o estágio obrigatório por que passa o sindicato, antes de adquirir personalidade jurídica como tal e, conseqüentemente, as prerrogativas que lhe são deferidas por lei.

ASSOCIAÇÃO SINDICAL: — É constituída para fins e na forma do art. 511 da CLT e registrada de acordo com o art. 558 da mesma Consolidação. Ao Sindicato é inerente a liberdade de filiação, na sua característica forma de associação facultativa (art. 166 do CF), tendo como finalidade precípua defender os interesses de seus associados. A Constituição, no art. 166, garante a liberdade de associação sindical; a sua constituição, a representação legal nas convenções coletivas de trabalho e o exercício de funções delegadas de poder público são regulados pela CLT, no Tít. V e legislação pertinente. Por força do art. 513 da CLT, é o órgão que representa todos os membros de uma determinada categoria profissional, num determinado território (art. 517), sejam eles associados ou não. Sua origem está nas associações profissionais; estas, satisfeitos os requisitos do art. 515, poderão ser reconhecidas como sindicatos. A lei prevê, também, a constituição de associações sindicais de grau superior, i.e., de federações e confederações. As federações serão formadas por um número mínimo de cinco sindicatos; as confederações organizar-se-ão



com o mínimo de três federações (arts. 533 e 539). Como podemos concluir, diversa, pois, é a justificativa da existência do sindicato, da associação profissional e do Conselho profissional, cada um atuando, em área própria, autônoma e inconfundível.

7 O QUE SIGNIFICA SER INSCRITO NA DÍVIDA ATIVA

Para quem não sabe o que é Dívida Ativa, vamos, resumidamente, tentar explicar.

Dívida Ativa da Fazenda Pública, exigível por meio da ação de execução, vem a ser do crédito da Fazenda Pública originado de receitas lançadas, vencido e não liquidado dentro do prazo legal e regularmente inscrito no registro próprio.

Trata-se de crédito relativo a obrigações compulsórias "ex lege" (no caso, a anuidade a ser paga pelo profissional ao CRB) em que compete ao poder público (a Fazenda Pública), apurar e constituir o crédito, que não liquidado no vencimento, se transformará em dívida ativa.

Quem cria o título executório é a própria Fazenda Pública.

As características da Dívida Ativa (*stricto sensu*) estão compreendidas dentro das seguintes idéias:

- a) existência de uma obrigação;
- b) inadimplemento do devedor, ou seja, para o aparecimento de uma Dívida Ativa, deve haver, por parte do devedor o não cumprimento da obrigação, no prazo fixado;
- c) a obrigação da qual se originou a

dívida, é de natureza compulsória, decorrente de lei, havendo a necessidade de um lançamento ou de uma apuração, por parte da administração pública;

d) o crédito fazendário deve ser dotado de exigibilidade, sendo, pois, traduzido em quantia fixa e determinada, depois de definitivamente decididos os processos administrativos ou judiciais relativos à sua constituição;

e) a dívida deve ser inscrita no registro próprio, uma vez vencido o crédito e não liquidado dentro do prazo legal. Para tal inscrição, deve-se (Lei 4320/64, art. 39) aguardar o término do exercício financeiro (31 de dezembro) a que corresponda o respectivo crédito; este ato da inscrição deve ser posterior ao exame, pela Fazenda Pública, da liquidez, certeza e exigibilidade da dívida.

O art. 585 — item VI, do Código de Processo Civil permite a cobrança da Dívida Ativa da Fazenda Pública por meio de ação de execução.

8 O PROBLEMA DAS PROFISSÕES IRMÃS: BIBLIOTECÁRIOS E ARQUIVISTAS

A regulamentação de uma profissão com a especificação das atividades que lhe são peculiares e para cujo exercício se exige a prova de capacitação, não deve significar o cerceamento de outras profissões igualmente habilitadas.

Na atual situação, é utópico querer parar de regulamentar profissões. Por outro lado, não é admissível que se crie número cada vez maior de Conselhos,



um conflitando com o outro.

O próximo passo desejável seria, de acordo com o nosso entendimento, uma reunião conjunta dos líderes da classe de Arquivologia e da Biblioteconomia, duas profissões já devidamente regulamentadas.

Seria conveniente que da sistemática de estabelecimento de atribuições, participassem os elementos de maior experiência na área de Conselhos e legislação profissional das duas profissões e, ainda, membros do Conselho Federal de Educação, que são os elementos que estabelecem os currículos mínimos, para discutirem problemas comuns, especialmente os de conflitos de jurisdição. Isto evitaria não só que as leis de uma se sobrepujassem à da outra, como, também, a interferência de outros órgãos, em matéria que não é de sua competência.

Há necessidade de convencer à classe profissional dos bibliotecários e arquivistas que cada um deve ceder um pouco, da autonomia que tem, para trabalhar em conjunto com outras profissões. Resistências haverá, em grande quantidade, mas cabe aos membros dos Conselhos, que tenham maior experiência, a liderança, no sentido de iniciarem essa tarefa e convencerem os restantes de que ela é necessária.

Os regulamentos das diversas profissões foram baixados, ao longo dos anos, como se cada uma delas existisse sozinha no mundo; esquecendo-se os legisladores de que não existem profissões estanques. Cada uma penetra um pouco no campo da outra, de duas ou mais. Se a legisla-

ção a respeito do assunto é omissa, cabe aos Conselhos Federais tomarem essa iniciativa, de forma conjunta. Isto só poderá trazer bons resultados, desde que haja da parte de cada um, humildade para reconhecer as áreas conflitantes.

A profissão de arquivista, embora esteja regulamentada, não possui, ainda, Conselho próprio. Não seria o caso, de duas profissões irmãs estarem lutando e congregando esforços, num mesmo Conselho, a exemplo do que acontece com os engenheiros, arquitetos e agrônomos? Não seria uma demonstração de cultura a compreensão de que duas profissões afins devem trabalhar juntas para um mesmo ideal? E, quando estiver regulamentada a profissão de Museologia, uma vez que já existe movimento nesse sentido, qual será o procedimento destas duas profissões irmãs?

Fica em aberto esta discussão, para que os colegas pensem e estudem assunto tão delicado e tão importante, nos dias de hoje.

9 CONCLUSÃO

Os profissionais bibliotecários devem-se conscientizar não só dos problemas existentes na área de Biblioteconomia como, também, da área de Arquivologia, para que se possa definir uma política de integração, onde a ação programada para o desenvolvimento proposto abrangja:

— anteprojeto de reformulação da Lei 4084/62, não esquecendo os princípios básicos da profissão irmã, constituí-



da pelos arquivistas;

— definição de atribuições específicas no âmbito da Biblioteconomia;

— reunião conjunta dos profissionais com experiência comprovada, envolvidos na área de Biblioteconomia e de Arquivologia;

— colaboração do Conselho Federal em ditar normas compatíveis ao contexto atual, não esquecendo de que os atos normativos por ele baixados têm força de lei quando suprem ou interpretam os claros de uma lei maior;

— Apresentamos algumas considerações que reputamos como básicas para demonstrar a importância do assunto, para maior compreensão dos colegas menos avisados. No entanto, não esgotamos o tema, ficando em aberto estes itens e aqueles não mencionados neste trabalho, para debates e complementações.

FONTES CONSULTADAS

1 ATIENZA, Cecília Andreotti. Revisão crítica da legislação sobre bibliotecas no Brasil. *Palavra-Chave*, São Paulo, APB-APBESP, 1:15-18, maio 1982.

2 BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. Projeto de Lei 4, de 22 de março de 1982. Dispõe sobre a fixação do valor das anuidades e taxas devidas aos órgãos fiscalizadores do exercício profissional. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, 3 abr. 1982. Sessão conjunta. p. 406, e *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, 3 jun. 1982. Sessão conjunta. p. 1062.

3 BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. Projeto de Lei 4, de 22 de março de 1982.

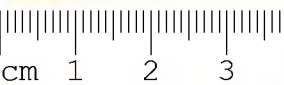
Emendas, *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, 21 abr. 1982. p. 532-535, e *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, 5 maio 1982. p. 754-757.

4 BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. Comissão Mista. Relatório 4, de 15 de junho de 1982. Da Comissão Mista do CN, incumbida de examinar e emitir relatório sobre a Mensagem 58, de 1982-CN, através da qual o senhor Presidente da República comunica haver vetado, parcialmente, o Projeto de Lei 4, de 1982, que dispõe sobre fixação do valor das anuidades e taxas devidas aos órgãos fiscalizadores do exercício profissional. *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, 19, jun. 1982. Sessão conjunta. p. 1.197.

5 BRASIL. CONSTITUIÇÃO, 1967. Emenda Constitucional 1, de 17 de outubro de 1969. Dá nova redação à Constituição de 24 de janeiro de 1967: art. 153, § 28 e art. 166. *Diário Oficial*. Brasília, 20 out. 1969. Retificado DOU, 21 out. 1969 e republicado DOU 30 out. 1969.

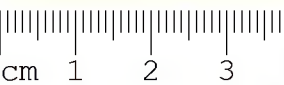
6 BRASIL. Consultoria Geral da República. Parecer 382-H, de 18 de agosto de 1966. A Lei 4084/62, não tornou privativas dos bacharéis em Biblioteconomia as funções de direção dos serviços de documentação. É aconselhável, entretanto, o recrutamento entre aqueles, que tenham a qualificação de que trata a referida lei. *Diário Oficial*, Brasília, 8 set. 1966. Sessão I, Parte I. (Observação: este parecer foi aprovado pela Presidência da República, em 2 de setembro de 1966 e encaminhado ao DASP em 8 de setembro de 1966).

7 BRASIL. Consultoria Geral da República.

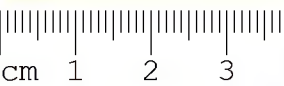


LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL

- Parecer P-020, de 21 de julho de 1982. A Lei 4084, de 1962, não tornou privativas dos bacharéis em Biblioteconomia as funções de direção dos serviços de documentação. É aconselhável, entretanto, o recrutamento entre aqueles que tenham a qualificação de que trata a referida lei. Confirmação do entendimento. *Diário Oficial*, Brasília, 4 ago. 1982. Sessão I, Parte I.
- 8 BRASIL. LEIS, decretos, etc. Lei 4084, de 30 de junho de 1962. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula o seu exercício. *Diário Oficial*, Brasília, 2 jul. 1962. Sessão I, Parte I.
- 9 BRASIL. Leis, decretos, etc. Lei 6994, de 26 de maio de 1982. Dispõe sobre a fiscalização do valor das anuidades e taxas devidas aos órgãos fiscalizadores do exercício profissional. *Diário Oficial*, Brasília, 31 maio 1982. Sessão I, Parte I.
- 10 BRASIL. Leis, decretos, etc. Decreto 1402, de 5 de julho de 1939. Regula a associação em sindicato. *Diário Oficial*, Brasília, 6 jul. 1939. Sessão I, Parte I.
- 11 BRASIL. Leis, decretos, etc. Decreto 5452, de 1 de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho: arts. 511, 513, 515, 517, 533 a 539 e 558. *Diário Oficial*, Brasília, 9 maio 1943. Sessão I, Parte I.
- 12 BRASIL. Leis, decretos, etc. Decreto 56.725, de 16 de agosto de 1965. Regulamenta a Lei 4084, de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre o exercício da profissão de bibliotecário. *Diário Oficial*, Brasília, 19 ago. 1965. Sessão I, Parte I.
- 13 BRASIL. Leis, decretos, etc. Decreto 59.769, de 16 de dezembro de 1966. Fixa as taxas e anuidades a serem cobradas pelos Conselhos Regionais de Biblioteconomia. *Diário Oficial*, Brasília, 21 dez. 1966. Sessão I, Parte I.
- 14 BRASIL. Leis, decretos, etc. Decretos 67.380, de 14 de outubro de 1970. Altera os valores das taxas e anuidades a serem cobradas pelos Conselhos Regionais de Biblioteconomia. *Diário Oficial*, Brasília, 15 out. 1970. Sessão I, Parte I.
- 15 BRASIL. leis, decretos, etc. Decreto 73.167, de 20 de novembro de 1973. Altera os valores das taxas e anuidades a serem cobradas pelos Conselhos Regionais de Biblioteconomia. *Diário Oficial*, Brasília, 21 nov. 1973. Sessão I, Parte I.
- 16 BRASIL. Leis, decretos, etc. Decreto 78.978, de 20 de dezembro de 1976. Altera os valores das anuidades e taxas a serem cobradas pelos Conselhos Regionais de Biblioteconomia. *Diário Oficial*, Brasília, 21 dez. 1976. Sessão I, Parte I.
- 17 BRASIL. Leis, decretos, etc. Decreto 67.744, de 29 de outubro de 1962. Fixa o coeficiente de atualização monetária previsto na Lei 6205, de 29 de abril de 1975. *Diário Oficial*, Brasília, 1 nov. 1982. Sessão I, Parte I.
- 18 BRASIL. Leis, decretos, etc. Decreto 88.268, de 30 de abril de 1983. Fixa o coeficiente de atualização monetária previsto na Lei 6205, de 29 de abril de 1975. *Diário Oficial*, Brasília, 2 maio 1983. Sessão I, Parte I.
- 19 BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO. Mensagem 11, de 02 de setembro de 1981. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, 3 abr. 1982. Sessão conjunta. p. 405-406.



- 20 BRASIL, Presidência da República. Mensagem 58, de 28 de maio de 1982. Dispõe sobre considerações ao Projeto de Lei 4/82, que dispõe sobre a fixação do valor das anuidades e taxas devidas aos órgãos fiscalizadores do exercício profissional. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, 3 jun. 1982. Sessão Conjunta. p. 1062.
- 21 CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. Anteprojeto de reforma da Lei 4084, de 30 de junho de 1962. Brasília, 1978.
- 22 CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. Resolução 131, de 21 de outubro de 1975, Interpretação e definição do campo de aplicação do art. 3º da Lei Federal 4084/62. *Diário Oficial*, Brasília, 21 nov. 1975. Seção I, Parte II, p. 4288.
- 23 CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. Resolução 288, de 6 de outubro de 1982. *Diário Oficial*, Brasília, 11 out. 82. Seção I, Parte II.
- 24 CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. Resolução 289, de 29 de outubro de 1982. *Diário Oficial*, Brasília, 8 nov. 1982. Seção I, Parte II, p. 20.793.
- 25 ENCICLOPÉDIA SARAIVA DO DIREITO. Comissão de Redação. Associação Profissional e Associação Sindical. São Paulo, 1979. p. 296. v. 8.
- 26 FARIA (JUNIOR), João Leão de. Ordens e Conselhos profissionais. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, 533:260-263, mar. 1980.
- 27 GIBSON, Nilson. Discurso em torno do Projeto de Lei 4, de 1982 que dispõe sobre a fixação do valor das anuidades e taxas devidas aos órgãos fiscalizadores do exercício profissional. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, 5 maio 1982. Sessão Conjunta. p. 754-757.
- 28 LACERDA, Paulo Rubens de Moraes. Parecer s.n., de 21 de abril de 1975. Bibliotecário — Exercício regular da profissão — A regra de exceção contida no art. 3º da Lei Federal 4084/62: como interpretá-la e definir seu campo de aplicação. (Observação: não foi publicado. Este parecer foi oferecido ao CFB e uma vez aprovado pelo Plenário do CFB, foi transformado na Resolução CFB-131/75).
- 29 MORAES, Bernardo Ribeiro de. Dúvida Ativa da Fazenda Pública. In: ENCICLOPÉDIA Saraiva do Direito. São Paulo, Saraiva, 1979. v. 29. p. 39-58.
- 30 MÜHR, Ernst. As bases da regulamentação profissional. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, ago. 1967.
- 31 ———. Conflitos de jurisdição. *O Estado de São Paulo*, 1 jul. 1973.
- 32 ———. Os Conselhos devem entender-se melhor. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 8 set. 1974.
- 33 ———. As dúvidas e os casos omissos. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 30 jul. 1972.
- 34 ———. Exercício ilegal de uma profissão. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 18 maio 1972.
- 35 ———. Das funções normativas. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 23 jul. 1972.
- 36 ———. Melhor seria medida geral. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 28 mar. 1976.
- 37 ———. Muitos Conselhos, muitos problemas. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 16 ago. 1970.



LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL

38 ———. Preferível será integrar Conselhos.

O Estado de São Paulo, São Paulo, 22 set. 1974.

39 ———. Regulamentação das profissões:

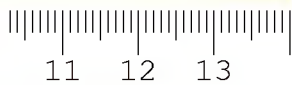
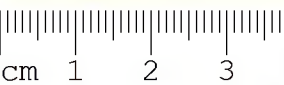
questão legal ou moral? *O Estado de São Paulo*, abr. 1968.

40 RUSSO, Laura Garcia Moreno. A legislação

profissional necessita mudar? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 6, Belo Horizonte, 4 a 10 de julho de 1971.

FONTES INDICADAS

- 1 BRASIL. Leis, decretos, etc. Lei 6546, de 4 de julho de 1978. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo. *Diário Oficial*, Brasília, 5 jul. 1978. p. 10.296.
- 2 BRASIL. Leis, decretos, etc. Decreto 82.590, de 6 de novembro de 1978, Regulamenta a Lei 6546, de 4 de julho de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e Técnico de Arquivo. *Diário Oficial*, Brasília, 7 nov. 1978. p. 17.834.

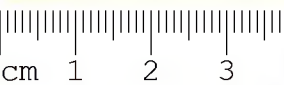


BIBLIOGRAFIA: BIBLIOTECÁRIO BRASILEIRO E SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Levantamento Bibliográfico (1963-1984)*

- ALMEIDA, O. de & NEVES, T.M.G. O bibliotecário e suas entidades profissionais. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 15(3/4); 79-90, jul/dez. 1982.
- ALMEIDA JÚNIOR, O.F. de. Editorial. *Palavra-Chave*, n.4:2, maio 1984.
- . Estudo de caso: mercado e salário. *Palavra-Chave*, n.2:13-6, maio 1984.
- AMARANTE, N.T. de S.V. *Bibliotecomista e Documentalista: análise profissiográfica*. Belém, 1973. 21p.
- ANDRADE, A. de A. Considerações sobre o recrutamento de pessoal. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 2(2):160-75, set. 1975.
- ANDRADE, D.C. de. Por que a hiena ri. *Palavra-Chave*, n.2:10, maio 1984.
- ARANOFF, K.T. O impacto do novo currículo mínimo de Biblioteconomia e Documentação da Universidade de Brasília. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, 11(2):285-97, jul/dez. 1983.
- ASCÊNCIO, E. & GIULIANO, M.M.A. Bibliotecário, duas abordagens da profissão. *Palavra-Chave*, n.2:11-2, maio 1984.
- ASSUNÇÃO, J.B. de & FIUZA, M.M. Reformulação do currículo do curso da Escola de Biblioteconomia da UFMG. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 3(2):218-33, set. 1974.
- ATHAYDE, T. de. As formigas desconhecidas. *Palavra-Chave*, n.1:4, maio 1982.

* Levantamento realizado por Rita de Cássia Rodrigues, bibliotecária da Escola de Comunicações e Artes da USP. As obras repertoriadas existem no acervo da Biblioteca da ECA.



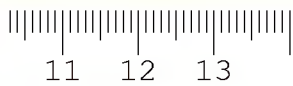
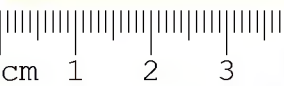
BIBLIOGRAFIA

- ATIENZA, C.A.; LIEBERT, L.H. & FAGUNDES, V.L.S. O bibliotecário: avaliação crítica e perspectivas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 10; Curitiba, 1979. *Anais*. Curitiba, A.B.P., 1979. p.74-85.
- BAUZER, R. Formação de profissionais em Ciência da Informação. *Ciência da Informação*, 8(2):75-8, 1979.
- BERAQUET, V.S.M. O efeito do novo currículo mínimo/pleno da graduação sobre o currículo da pós-graduação. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, 11(2):311-5, jul./dez. 1983.
- BIBLIOTECA — laboratório. Porto Alegre, 1972. 16p.
- BIBLIOTECONOMIA. *Boletim Informativo Mudes*, 2(8):3-4, out. 1970.
- BOTASSI, M. Bibliotecária (o): a profissão no feminino e o mercado. *Palavra-Chave*, n.4:3-4, maio 1984.
- BOTTEON, N. A Biblioteconomia em busca de novos espaços. *Shopping News*, 29 nov. 1981. p. 18.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Currículos mínimos dos cursos de graduação*. 4.ed. rev.aut. Brasília, MEC, 1981. 576p.
- BRUNETTI, I.S. & SILVA, V.A.P. Biblioteconomia brasileira: um problema dos bibliotecários. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 10, Curitiba, 1979. *Anais*. Curitiba, A.B.P., 1979. p.11-26.
- CÂMARA, J. da S. Bases fundamentais para elaboração do currículo. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, 9(1): 1-5, jan./jun. 1981.
- CAMPOS, C.M. O currículo mínimo na Escola de Biblioteconomia da Universidade de Minas Gerais: um espaço para reflexão. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, 11(2):317-22, jul./dez. 1983.
- CARREIRA de bibliotecário. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 4(1/3):73-9, jul./set. 1974.
- CARVALHO, A.O. Pós-graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação: reflexões, sugestões, experiências. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 7(2):289-309, set. 1978.
- . Pós-graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação: reflexões — sugestões, experiências. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 1, Niterói, 1978. *Anais*. Niterói, U.F.F., 1978. p.270-84.
- . Repercussão da reforma do currículo de graduação em Biblioteconomia sobre a pós-graduação. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, 11(2): 299-310, jul./dez. 1983.
- . Técnicas de ensino — três experiências. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 1(1):32-42, mar./set. 1972.
- CARVALHO, M. de L.B. de, MAGALHÃES, M.H. de A. & FERREIRA, M.L.A.G. Ensino da Ciência da Informação: bibliografia analítica. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 3(1):107-30, mar. 1974.
- CARVALHO, M.M. de. Educação para Biblioteconomia a nível de pós-gradua-



BIBLIOGRAFIA

- ção, no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 9; Porto Alegre, 1977. *Anais*. Porto Alegre, 1977.
- CARVALHO, M.M. de & VIEIRA, A. da S. A ALEBCI e a formação do bibliotecário. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 3(1):131-5, mar. 1974.
- CASA NOVA, V.L. de C. O ensino/aprendizagem da história da literatura no curso de Biblioteconomia. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 9(2):159-64, set. 1980.
- CESARINO, M.A. da N. O ensino de Biblioteconomia: um currículo a ser mudado. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 2(1):43-59, mar. 1973.
- CÓDIGO de Ética Profissional do Bibliotecário. *Boletim Informativo – CRB/8*, 6(3):1-2, jul./set. 1982.
- CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO—DF. Nova proposta de currículo mínimo. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, 11(1):137-48, jan./jun. 1983.
- CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA, 6.reg. *Legislação da profissão de bibliotecário*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1971. 38p.
- CORDEIRO, P.P. Biblioteconomia brasileira: avaliação, crítica e perspectivas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 10, Curitiba, 1979. *Anais*. Curitiba, A.B.P., 1979. p.27-49.
- CUNHA, M.B. da. O bibliotecário brasileiro na atualidade. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 5(2):178-94, set. 1976.
- CUNHA, M.L. da. *Formação profissional: documentalistas e bibliotecários*. s.n.t. 11p.
- DAMME, J. van & CARTAXO, H.M. A pós-graduação em sistemas de bibliotecas públicas: uma realidade. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, 7(2): 210-29, jul./dez. 1979.
- ELEUTÉRIO, R. Em revisão o papel do bibliotecário. *Folha de São Paulo*, 2 fev. 1984.
- ENCONTRO de professores e alunos das escolas de Biblioteconomia do Estado de São Paulo, 2. Campinas, Universidade Católica, 1969. 33p.
- ESCOLA de Biblioteconomia da UFMG – 30 anos de atividades. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 9(1):114-24, mar. 1980.
- FERRAZ, T.A. O bibliotecário, a informática e o inter-relacionamento dos profissionais que operam as bibliotecas de hoje. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 14(3/4) 204-14, jul./dez. 1981.
- FERREIRA, M.L.A.G. Seminário sobre a "formação do bibliotecário face às exigências profissionais da atualidade". *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 2(2):251-63, set. 1973.
- FERREIRA, M.L.A.G. et alii. Currículo mínimo em Biblioteconomia. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 6(1):92-9, mar. 1977.
- FERSIVA, B. Treinamento em serviço. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 1, Rio



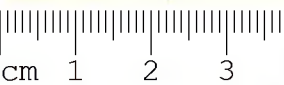
BIBLIOGRAFIA

- de Janeiro, 1975. *Anais*. Rio de Janeiro, CNPq/IBICT, 1978. p.59-66.
- FIGUEIREDO, N.M. O bibliotecário de referência: métodos e técnicas de ensino. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 13(1):55-76, mar. 1984.
- . *O bibliotecário: este desconhecido*. s.n.t.
- . *O ensino de Biblioteconomia no Brasil: relatório de equipe sobre o status quo das escolas de Biblioteconomia e Documentação, com ênfase na situação do pessoal docente*. Brasília, MEC/CAPES, 1978. 3v.
- FIUZA, M.M. A disciplina Tratamento de Materiais Especiais nos currículos de Biblioteconomia. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 9(1):42-9, mar. 1980.
- FLUSSER, V. O bibliotecário animador: considerações sobre sua formação. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 11(2):230-6, set. 1982.
- FONSECA, E.N. da. A pós-graduação em Biblioteconomia. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 3(1):27-39, mar. 1974.
- FONSECA, L. *A carreira do bibliotecário e sua legislação*. s.n.t. 15p.
- GIULIANO, M.M.A. Futuro: nas mãos da categoria. *Palavra-Chave*, n.2:12, maio 1984.
- GOMES, H.E. Experiência do IBB em programas de pós-graduação. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 3(1):13-26, mar. 1974.
- . Problemas de recursos humanos. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 1, Rio de Janeiro, 1975. *Anais*. Rio de Janeiro, CNPq/IBICT, 1978. p. 47-50.
- GONZAGA, M.A.P. Bibliotecário: uma visão crítica do profissional. *Palavra-Chave*, n.2:12-3, ago. 1982.
- HAMAR, A.A. et alii. *O treinamento de bibliotecários como técnicos de informação e a organização de núcleos de informação*. Belo Horizonte, 1971. 13p.
- JACKSON, W.V. Library education in Brazil. In: KENT, A., ed. *Encyclopedia of Library and Information Science*. New York, Marcel Dekker, 1970. v.3. p.237-59.
- KAEGBIN, P. Estudo de Biblioteconomia: o programa da Universidade de Colônia como modelo. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 12(1):30-60, mar. 1983.
- KNYCHALA, C.H. O laboratório no ensino de Biblioteconomia: coerência entre teoria e prática. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, 9(1):42-57, jan./jun. 1981.
- KOHLER, R. & TOLEDO, J. de M. Ensino de metodologia da pesquisa em Biblioteconomia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 10; Curitiba, 1979. *Anais*. Curitiba, A.B.P., 1979. p. 98-113.
- LEI 4084, de 30/6/1962. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 4; Belo Horizonte, 1971.
- LEIDE, J.E.; BARD, T.B. & CRAYTOR, C. Uma abordagem integrada de profi-



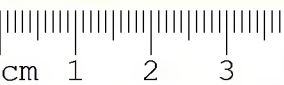
BIBLIOGRAFIA

- ciência para educação pré-profissional de bibliotecários. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 13(1/2):73-8, jan./jun. 1980.
- LEMOS, A.A.B. de. Estado atual do ensino da Biblioteconomia e a questão da Ciência da Informação. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, 1(1):51-8, jan./jun. 1980.
- LIMA, E. O bibliotecário brasileiro na década dos 70. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 1(2):212-8, set. 1972.
- LUCENA, J.L. O efeito do novo currículo do curso de graduação no currículo do mestrado em Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, 11(2): 323-6, jul./dez. 1983.
- MACEDO, N.D. *A formação do bibliotecário e documentalista brasileiro*. São Paulo, 1963. Trab. apres. ao 4º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, Ceará, 1963.
- . *Biblioteconomia e Documentação*. São Paulo, ECA/USP, s.d. 6p.
- . A imagem do bibliotecário e suas implicações. *Boletim Informativo - CRB/8*, 6(2):4, jun. 1982.
- . Um perfil do bibliotecário. *Boletim Informativo - CRB/8*, 7(1):8, mar. 1983.
- MARTUCCI, E.M. Sobre educação bibliotecária e perfil profissional. *Palavra-Chave*, n.3:2-3, out. 1983.
- MATTOS, A.R.P.B. de. Educação para Biblioteconomia a nível de graduação, no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 9; Porto Alegre, 1977. *Anais*. Porto Alegre, 1977. p.158-82.
- MERCADO, A.G. Las ciencias de la información en la escuela de Bibliotecología. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 3(1):65-106, mar. 1974.
- MERCADO de trabalho. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 8(13):82-6, jul./set. 1976.
- MERCADO de trabalho: carreira do bibliotecário. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 4(4/6):171-2, out./dez. 1984.
- MILANESI, L.A. Forma/formação/fôrma do bibliotecário. *Palavra-Chave*, n.3: 3-10, out. 1983.
- . Utilidade e prazer. *Palavra-Chave*, n.1:2, maio 1982.
- MIRANDA, A. *Planejamento bibliotecário no Brasil: a informação para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos: Brasília, Ed. da Universidade, 1977. 135p.
- MONTEIRO, G. Biblioteconomia: profissão do século XXI. *Nova*, s.n.t.
- MOSTAFA, S.P. Por uma política do corpo do bibliotecário. *Palavra-Chave*, n.2:13-4, ago. 1984.
- MOURÃO, J.L. et alii. A importância do estágio na formação profissional do bibliotecário. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 10; Curitiba, 1979. *Anais*. Curitiba, A.B.P., 1979. p.114-22.
- MULLER, S.P.M. & MACEDO, V.A.A. Proposta de um novo currículo pleno para o curso de Biblioteconomia da



BIBLIOGRAFIA

- Universidade de Brasília. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, 11(2): 153-76, jul./dez. 1983.
- NEVES, F.I. Estágio integrado: uma tentativa de aperfeiçoamento. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 10; Curitiba, 1979. *Anais*. Curitiba, A.B.P., 1979. p. 133-43.
- NICHOLS, H. O ensino de Bibliografia e Referência nos anos setenta. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 6(1):78-91, mar. 1977.
- NORONHA, D.P. O ensino de Bibliografia por meio de módulo. *Revista de Biblioteconomia da UFMG*, 11(1):53-72, mar. 1982.
- NOVA, V.L. de C.C. O ensino/aprendizagem da História da Literatura no curso de Biblioteconomia. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 9(2): 159-64, set. 1980.
- NOVAES, L. & HEGENBERG, L. Biblioteconomia centrada no consulente. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 11(1/2):21-8, jan./jun. 1978.
- NOVO currículo do bibliotecário. *Boletim Informativo* – CRB/8, jun. 1983. p.6.
- OLIVEIRA, M.P. & CONCEIÇÃO, M.L.C. O estágio remunerado em Biblioteconomia: enquête realizada no 1º semestre de 1978. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 10; Curitiba, 1979. *Anais*. Curitiba, A.B.P., 1979. p.133-43.
- OLIVEIRA, Z.C.P. de. Um estudo de auto-imagem profissional do bibliotecário. *Palavra-Chave*, n.2:8-9, ago. 1982.
- PAIM, I. O ensino da Bibliografia Especializada. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 12(2):233-49, set. 1983.
- PIMENTEL, C.D.P. O bibliotecário e sua atuação profissional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 10; Curitiba, 1979. *Anais*. Curitiba, A.B.P., 1979. p.63-73.
- PIROLLA, M.C.G. A formação do bibliotecário. *Palavra-Chave*, n.3:2, out. 1983.
- POEL, C.J.V.D. Algumas reflexões sobre Metodologia da Pesquisa no curso de mestrado em Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, 11(2): 231-8, jul./dez. 1983.
- POLKE, A.M.A. Ensino de Biblioteconomia: manutenção ou mudança? *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 12(1):13-29, mar. 1983.
- . Relatório dos seminários do curso de Metodologia do Ensino em Biblioteconomia. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 7(1):149-200, mar. 1978.
- POLKE, A.M.A.; ARAÚJO, E. de M.B. & CESARINO, M.A. da N. Análise do mercado de trabalho do bibliotecário em Belo Horizonte—M.G. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, 5(2):875-910, jul./dez. 1977.
- . Análise do mercado de trabalho do bibliotecário em Belo Horizonte. *Revista da Escola de Biblioteconomia*



BIBLIOGRAFIA

- da UFMG, 5(2):165-77, set. 1976.
- QUEM cuida das bibliotecas? *Jornal da Tarde*, 18 fev. 1982.
- RABELLO, O.C.P. O usuário nos currículos de Biblioteconomia. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 10(2):179-92, set. 1981.
- REGULAMENTAÇÃO profissional. *Boletim do CRB/7*, maio/jun. 1978.
- REIS, C.B. de S. & SANTOS, M.S. *Atualização profissional e abertura de mercado de trabalho para bibliotecários e documentalistas*. Belo Horizonte, 1971. 12p.
- RIGATTO, M. Criatividade científica e pós-graduação. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 1; Rio de Janeiro, 1975. *Anais*. Rio de Janeiro, CNPq/IBICT, 1978, p.51-7.
- ROBREDO, J. Uma experiência de aplicação do computador no ensino da Biblioteconomia e Ciência da Informação. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, 12(1):11-24, jan./jun. 1984.
- . Uma experiência de aplicação do computador no ensino da Biblioteconomia e Ciência da Informação. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 16(3/4):7-20, jul./dez. 1983.
- RUSSO, L.G.M. *A biblioteconomia brasileira – 1915/65*. Rio de Janeiro, MEC/INL, 1966. 356p.
- . *A legislação profissional necessita mudar?* Belo Horizonte, 1971.
- SALÁRIO pago ao bibliotecário no Brasil. *Palavra-Chave*, n.2:7-9, maio 1984.
- SAMBAQUY, L. de Q. Da Biblioteconomia à Informática. *Ciência da Informação*, 7(1):51-60, 1978.
- SARACEVIC, T. Curso sobre Ciência da Informação para estudantes de Biblioteconomia. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 3(1):40-64, mar. 1974.
- . Educação em Ciência da Informação na década de 1980. *Ciência da Informação*, 7(1):3-12, 1978.
- SHEPARD, M.D. Diagnóstico para o planejamento de um sistema de adrestramento bibliotecário in Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 9; Porto Alegre, 1977. *Anais*. Porto Alegre, 1977. p.131-7.
- SILVA, G.O. do V. O impacto dos cursos do IBICT sobre a atividade profissional dos egressos. *Ciência da Informação*, 11(2):3-12, 1982.
- SÍNTESE das conclusões: implicações do novo currículo da graduação sobre o currículo da pós-graduação, na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, 11(2):327-9, jul./dez. 1983.
- SPERRY, S. O estágio supervisionado do curso de Biblioteconomia da Fundação Universidade do Rio Grande. *Revista do Departamento de Biblioteconomia e História*, 1(1):55-9, jul./dez. 1978.
- STEVENS, N.D. O eterno conflito: biblioteca versus escola de Biblioteconomia. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, 1(2):151-8, jul./dez. 1973.
- SUAIDEN, E. J. Mercado de trabalho. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 14(3/4):153-9, jul./



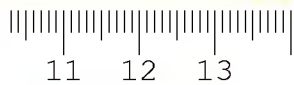
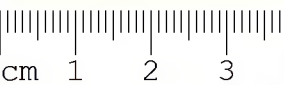
BIBLIOGRAFIA

- dez. 1981.
- TROMBELLI, S.M. & SANTORO, M.I. *Estágio*. Belo Horizonte, 1971. 18p.
- VIEIRA, A. da S. *A automação no currículo de Biblioteconomia*. Belo Horizonte, 1971. 32p.
- VIEIRA, A. da S. A automação no currículo da Biblioteconomia. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 1(1):12-31, mar./set. 1972.
- . Caminhos transdisciplinares para a formação de bibliotecários. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 12(2):250-63, set. 1983.
- . A formação de administradores de bibliotecas: na berlinda o programa da UFMG. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 6(2):136-60, set. 1977.
- VIEIRA, A. da S. & LIMA, E. A pós-graduação em Biblioteconomia e a formação de uma liderança nacional. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 6(2):125-35, set. 1977.
- . A pós-graduação em Biblioteconomia e a formação de uma liderança nacional. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 1; Rio de Janeiro, CNPq/IBICT, 1978. p.133-40.
- WEIS, H.F. *Legislação Federal de Biblioteconomia e assuntos correlatos: 1964-72*. Belém, 1973. 24p.
- ZANDONADE, T. Experiência e perspectiva da pesquisa em Biblioteconomia como disciplina acadêmica. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, 11(2): 239-45, jul./dez. 1983.

BIBLIOTECÁRIO BRASILEIRO E SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL SUPLEMENTO (1985, junho)*

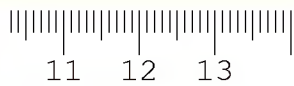
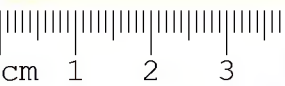
- ALMEIDA, O. Estágio: problema do estudante brasileiro. *Boletim ABDF*, 7(4):30-1, out./dez. 1984.
- BRANDÃO, N.H. A interdisciplinaridade da Biblioteconomia. *Boletim ABDF*, 5(4):21-44, out./dez. 1982.
- FERREIRA, G.I.S. & OLIVEIRA, Z.C.P. de. O bibliotecário e suas atividades. *Boletim ABDF*, 4(3):41-2, jul./set. 1981.
- FERRERI, G.M. Biblioteconomia: um campo muito vasto a ser explorado. *Boletim ABDF*, 7(4):18-22, out./dez. 1984.
- LITTO, F. Doutorado em Biblioteconomia da USP. *Boletim ABDF*, 4(1):4-5, jan./mar. 1981.
- MAGALHÃES, M.H. de A. Uma experiência no ensino: o uso de módulos institucionais na disciplina "Normali-

* Levantamento realizado por Rita de Cássia Rodrigues, bibliotecária da Escola de Comunicações e Artes da USP. As obras repertoriadas existem no acervo da Biblioteca da ECA.



BIBLIOGRAFIA

- zação Bibliográfica". *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 13(2): 322-32, set. 1984.
- MIRANDA, A. Biblioteconomia comparada — uma revisão crítica. *Estudos Avançados em Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 1:93-117, 1982.
- OLIVEIRA, Z.C.P. de *O bibliotecário e sua auto-imagem*. São Paulo, Pioneira/INL, 1983. 98p.
- NOCETTI, N.A. Curso de especialização em Administração de Sistemas de Informação. (depoimento à Ricardo O. Rodrigues). *Boletim ABDF*, 3(4):5-6, out./dez. 1980.
- ROBREDO, J. *Informação e transformação*. Brasília, ABDF, 1984. 97p.
- ROBREDO, F.; ANTUNES, W. & VIDAL, F.B. Novas técnicas de instrução programada com ajuda do computador (1), *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 13(2):333-41, set. 1984.
- STUMPF, I.R.C. Relatório: avaliação do curso de especialização em administração de sistemas de bibliotecas/UFRGS, *Boletim ABDF*, 8(1):48-53, jan./mar. 1985.



PROJETOS EM ANDAMENTO EM BRASÍLIA

O observador Legislativo da FEBAB fez um levantamento sobre o assunto, enviando à FEBAB a seguinte listagem:

COPY PEDIDO POR OZIMAR.P.S

OZIMAR PEIXOTO DA SILVA
CÂMARA DOS DEPUTADOS – SINOPSE

CONSULT.SEARCH
00001 BIBLIOTECA/

PLC000221980 DOCUMENTO 1 DE 22

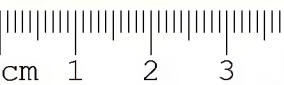
IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO NA ORIGEM PLC 00022 1980 PROJ. DE LEI (OD) TRAMI-
TANDO SE ÓRGÃO DE ORIGEM: CÂMARA DOS DEPUTADOS
CÂMARA: PL. 00147 1979 PLC 00022 1980

AUTOR DEPUTADO AH CUNHA BUENO
EMENTA DA NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO TERCEIRO DA LEI 4084, DE 30 DE
JUNHO DE 1962, QUE DISPÕE SOBRE A PROFISSÃO DE BIBLIOTECÁRIO,
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS'.

ÚLTIMA AÇÃO

PTQRD PRONTO PARA A ORDEM DO DIA
24 11 1983 (SF) MESA DIRETORA
DESPACHO A SSCLS.



LEGISLAÇÃO

PLC001021081 DOCUMENTO 2 DE 22

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO NA ORIGEM PLC 00102 1981 PROJ. DE LEI (CD) TRAMITANDO SF
ÓRGÃO DE ORIGEM: CÂMARA DOS DEPUTADOS
CÂMARA: PL. 01764 1979 PLC 00102 1981

AUTOR DEPUTADO MAURÍCIO FRUET

EMENTA DISPÕE SOBRE O ACESSO DE INTERESSADOS A ESTUDOS, PESQUISAS E
DEMAIS TRABALHOS REALIZADOS E IMPRESSOS POR ÓRGÃOS PÚBLICOS,
E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÚLTIMA AÇÃO

PTORD PRONTO PARA A ORDEM DO DIA
08 04 1983 (SF) SECRETARIA GERAL DA MESA (SGM)
AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA

PLS000131983 DOCUMENTO 3 DE 22

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO NA ORIGEM PLS 00013 1983 PROJETO DE LEI (SF)
ÓRGÃO DE ORIGEM: SENADO FEDERAL
SENADO: PLS 00013 1983

AUTOR SENADOR GASTÃO MULLER

EMENTA DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE CONSTRUÇÃO, RECONSTRUÇÃO
OU MONTAGEM DE TEATRO OU BIBLIOTECA PÚBLICA, NOS CASOS DE
EXTINÇÃO OU DEMOLIÇÃO DA UNIDADE EXISTENTE.

ÚLTIMA AÇÃO

TRCOM EM TRAMITAÇÃO NAS COMISSÕES
30 05 1984 (SF) COMISSÃO CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA (CCJ)
DEVOLUÇÃO PELO SEN HELIO GUEIROS

PLC001481983 DOCUMENTO 4 DE 22

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO NA ORIGEM PLC 00148 1983 PROJ. DE LEI (CD) TRAMITANDO SF
ÓRGÃO DE ORIGEM: CÂMARA DOS DEPUTADOS
CÂMARA: PL. 04159 1980 PLC 00148 1983

AUTOR DEPUTADO VALTER GARCIA

EMENTA DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE BIBLIOTECAS
ESCOLARES PARA OS NÍVEIS DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS E NÍVEL
SUPERIOR.



LEGISLAÇÃO

ÚLTIMA AÇÃO

PTORD PRONTO PARA A ORDEM DO DIA
28 08 1984 (SF) SUBSEC. COORD. LEGISLATIVA (SF) (SSCLS)
AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA.

PLC001171984 DOCUMENTO 5 DE 22

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO NA ORIGEM: OF. 00340 1983 OFÍCIO (EXTERNO)
ÓRGÃO DE ORIGEM: JUDICIÁRIO 09 05 1983
SENADO: PLC 00117 1984
CÂMARA: PL. 01208 1983

AUTOR EXTERNO: TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

EMENTA DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGOS NO QUADRO PERMANENTE DA SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA CÉCIMA PRIMEIRA REGIÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÚLTIMA AÇÃO

TRCOM EM TRAMITAÇÃO NAS COMISSÕES
21 09 1984 (SF) COMISSÃO CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA (CCJ)
REDISTRIBUIÇÃO AO SEN MARCONDES GADELHA.

PLC 001821984 DOCUMENTO 6 DE 22

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO NA ORIGEM: PL. 02106 1979 PROJETO DE LEI (CD)
ÓRGÃO DE ORIGEM: CÂMARA DOS DEPUTADOS 18 10 1979
SENADO: PLC 00182 1984
CÂMARA: PL. 02106 1979

AUTOR DEPUTADO: RUY CODO MDB SP

EMENTA PROÍBE O FUMO NAS SALAS DE AULA, AUDITÓRIOS E BIBLIOTECAS DOS ESTABELECIMENTOS DE TODOS OS GRAUS E MODALIDADES DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

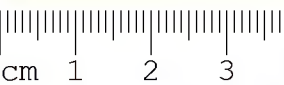
ÚLTIMA AÇÃO

TRCOM EM TRAMITAÇÃO NAS COMISSÕES
06 11 1984 (SF) MESA DIRETORA
DESPACHO A CEC.
DCN2 07 11 PAG 4083

PL.001471979 DOCUMENTO 7 DE 22

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO NA ORIGEM: PL. 00147 1979 PROJETO DE LEI (CD)



LEGISLAÇÃO

ÓRGÃO DE ORIGEM: CÂMARA DOS DEPUTADOS 23 03 1979

CÂMARA: PL. 99147 1979

AUTOR DEPUTADO: CUNHA BUENO

EMENTA DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO TERCEIRO DA LEI 4084, DE 30 DE JUNHO DE 1962, QUE DISPÕE SOBRE A PROFISSÃO DE BIBLIOTECÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

(PARA AMPARAR OS TÉCNICOS DE DOCUMENTAÇÃO).

ÚLTIMA AÇÃO

RMSF REMETIDO AO SENADO FEDERAL

27 05 1980 (CD) MESA DIRETORA

REMESSA AO SF, PELO OF 57, DE 27 05 80.

PL.004781983 DOCUMENTO 8 DE 22

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO NA ORIGEM: PL. 00478 1983 PROJETO DE LEI (CD)

ÓRGÃO DE ORIGEM: CÂMARA DOS DEPUTADOS 14 04 1983

CÂMARA: PL. 00478 1983

AUTOR DEPUTADO: VICENTE QUEIRÓZ. PMDB PA

EMENTA DÁ NOVA REDAÇÃO À LEI 6339, DE PRIMEIRO DE JULHO DE 1976, QUE ALTEROU A LEGISLAÇÃO ELEITORAL. (DISPONDO SOBRE A PROPAGANDA ELEITORAL GRATUITA NO RÁDIO E TELEVISÃO E SOBRE AS ATIVIDADES DOS PARTIDOS POLÍTICOS).

ÚLTIMA AÇÃO

TRCOM EM TRAMITAÇÃO NAS COMISSÕES

14 08 1984 (CD) MESA DIRETORA

ANEXADO A ESTE O PL. 4012/84, NOS TERMOS DO ARTIGO 71 DO REGIMENTO INTERNO.

PL.005181983 DOCUMENTO 9 DE 22

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO NA ORIGEM: PL. 00518 1983 PROJETO DE LEI (CD)

ÓRGÃO DE ORIGEM: CÂMARA DOS DEPUTADOS 19 04 1983

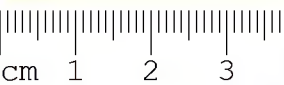
CÂMARA: PL. 00518 1983

AUTOR DEPUTADO: VICENTE QUEIROZ. PMDB PA

EMENTA ESTABELECE NORMAS PARA A EXECUÇÃO DE PENAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

(PROPONDO A CRIAÇÃO DO CÓDIGO DE EXECUÇÕES PENAS).

ÚLTIMA AÇÃO



LEGISLAÇÃO

TRCOM EM TRAMITAÇÃO NAS COMISSÕES

11 05 1983 (CD) COMISSÃO CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA (CCJ)

RELATOR VALMOR GIAVARINA.

PL.012081983 DOCUMENTO 10 DE 22

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO NA ORIGEM: PL. 01208 1983 PROJETO DE LEI (CD).

ÓRGÃO DE ORIGEM: JUDICIÁRIO 03 06 1983

CÂMARA: PL. 01208 1983

AUTOR EXTERNO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

EMENTA DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGOS NO QUADRO PERMANENTE DA SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA PRIMEIRA REGIÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

(ESTADOS DO AMAZONAS, ACRE E RONDÔNIA E TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA).

ÚLTIMA AÇÃO

RMSF REMETIDO AO SENADO FEDERAL

07 06 1984 (CD) MESA DIRETORA

REMESSA AO SF, PELO OF 402/84.

PL.017641979 DOCUMENTO 11 DE 22

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO NA ORIGEM: PL. 01764 1979 PROJETO DE LEI (CD)

ÓRGÃO DE ORIGEM: CÂMARA DOS DEPUTADOS 31 08 1979

CÂMARA: PL. 01764 1979

AUTOR DEPUTADO: MAURÍCIO FRUET

EMENTA DISPÕE SOBRE O ACESSO, AOS INTERESSADOS, DOS ESTUDOS, PESQUISAS E DEMAIS TRABALHOS REALIZADOS E IMPRESSOS POR ÓRGÃOS PÚBLICOS, E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÚLTIMA AÇÃO

RMSF REMETIDO AO SENADO FEDERAL

14 10 1981 (CD) MESA DIRETORA

AO SF, PELO OF 532/81.

PL.023981983 DOCUMENTO 12 DE 22

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO NA ORIGEM PL. 02398 1983 PROJETO DE LEI (CD)

ÓRGÃO DE ORIGEM: CÂMARA DOS DEPUTADOS 19 10 1983

CÂMARA: PL. 02398 1983



LEGISLAÇÃO

AUTOR DEPUTADO: JOÃO HERCULINO. PMDB MG
EMENTA ASSEGURA DIREITO AO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E A APOSENTADORIA ESPECIAL AOS QUE TRABALHAM EM AMBIENTES SUSCETÍVEIS DE CAUSAR DOENÇAS OU ALERGIA ÀS VIAS RESPIRATÓRIAS.

ÚLTIMA AÇÃO

TRCOM EM TRAMITAÇÃO NAS COMISSÕES
10 04 1984 (CD) COMISSÃO CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA (CCJ)
PARECER DO RELATOR, DEP GOMES DA SILVA, PELA INCONSTITUCIONALIDADE.

PL.034911984 DOCUMENTO 13 DE 22

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO NA ORIGEM: PL. 03591 1984 PROJETO DE LEI (CD)
ÓRGÃO DE ORIGEM: CÂMARA DOS DEPUTADOS 24 04 1984
CÂMARA: PL. 03591 1984

AUTOR DEPUTADO: WALL FERRAZ PMDB PI
EMENTA AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A BIBLIOTECA NACIONAL DE BRASÍLIA.

ÚLTIMA AÇÃO

TRCOM EM TRAMITAÇÃO NAS COMISSÕES
05 09 1984 (CD) COMISSÃO EDUCAÇÃO E CULTURA (CEC)
RELATOR DEP FERREIRA MARTINS.

PL.041591980 DOCUMENTO 14 DE 22

IDENTIFICAÇÃO

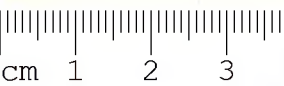
NÚMERO NA ORIGEM: PL. 04159 1980 PROJETO DE LEI (CD)
ÓRGÃO DE ORIGEM: CÂMARA DOS DEPUTADOS
CÂMARA: PL. 04159 1980

AUTOR DEPUTADO VALTER GARCIA.
EMENTA DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE BIBLIOTECAS ESCOLARES AOS NÍVEIS DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS E NÍVEL SUPERIOR.

ÚLTIMA AÇÃO

RMSF REMETIDO AO SENADO FEDERAL
21 09 1983 (CD) MESA DIRETORA
REMESSA AO SF, PELO OF. 693/83.

PL.057241981 DOCUMENTO 15 DE 22



LEGISLAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO NA ORIGEM : PL. 05724 1981 PROJETO DE LEI (CD)
ÓRGÃO DE ORIGEM; CÂMARA DOS DEPUTADOS 09 12 1981
CÂMARA: PL. 05724 1981

AUTOR DEPUTADO: PACHECO CHAVES. PMDB SP
EMENTA DISCIPLINA O FUNCIONAMENTO DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS OU
SUBVENCIONADAS PELO PODER PÚBLICO FEDERAL.
(DISPONDO QUE AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS SERÃO FRANQUEADAS AO
PÚBLICO, FUNCIONANDO DAS 08 ÀS 24 HORAS, DE SEGUNDA-FEIRA A
SÁBADO).

ÚLTIMA AÇÃO

PTORD PRONTO PARA A ORDEM DO DIA
20 09 1982 (CD) MESA DIRETORA
AGUARDA INCLUSÃO NA ORDEM DO DIA

PL.021061979 DOCUMENTO 16 DE 22

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO NA ORIGEM PL. 02106 1979 PROJETO DE LEI (CD)
ÓRGÃO DE ORIGEM; CÂMARA DOS DEPUTADOS 23 10 1979

AUTOR DEPUTADO: RUY CODO MDB SP
EMENTA PROÍBE O FUMO NAS SALAS DE AULA, AUDITÓRIOS E BIBLIOTECAS DOS
ESTABELECIMENTOS DE TODOS OS GRAUS E MODALIDADES DE ENSINO E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÚLTIMA AÇÃO

RMSF REMETIDO AO SENADO FEDERAL
31 10 1984 (CD) MESA DIRETORA
REMESSA AO SF, PELO OF 937/84.

PL.045861984 DOCUMENTO 17 DE 22

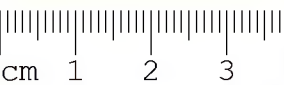
IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO NA ORIGEM: PL. 04586 1984 PROJETO DE LEI (CD)
ÓRGÃO DE ORIGEM; CÂMARA DOS DEPUTADOS 05 11 1984
CÂMARA: PL. 04586 1984

AUTOR DEPUTADO: ARLDO TELES. PDT RJ
EMENTA INSTITUI A SEMANA NACIONAL DA BIBLIOTECA E DETERMINA OUTRAS
PROVIDÊNCIAS

ÚLTIMA AÇÃO

TRCOM EM TRAMITAÇÃO NAS COMISSÕES
19 11 1984 (CD) COMISSÃO CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA (CCJ)
RELATOR DEP. JORGE CARONE.



LEGISLAÇÃO

PL.046711984 DOCUMENTO 18 DE 22

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DE ORIGEM: CÂMARA DOS DEPUTADOS 13 11 1984
CÂMARA: PL. 04671 1984

AUTOR DEPUTADO: ARILDO TELES PDT RJ

EMENTA DISPÕE SOBRE A DOAÇÃO DE LIVROS A BIBLIOTECAS PÚBLICAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÚLTIMA AÇÃO

TRCOM EM TRAMITAÇÃO NAS COMISSÕES
07 11 1984 (CD) COMISSÃO CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA (CCJ)
APROVAÇÃO DE REQUERIMENTO DO RELATOR, DEP NILSON
GIBSON, SOLICITANDO A TRANSFORMAÇÃO DO PLP 217/84,
EM PROJETO DE LEI. (VIDE PL. 4671/84).

PRC002211984 DOCUMENTO 19 DE 22

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO NA ORIGEM: PRC 00221 1984 PROJETO DE RESOLUÇÃO (CD)
ÓRGÃO DE ORIGEM: CÂMARA DOS DEPUTADOS 18 10 1984
CÂMARA: PRC 00221 1984

AUTOR DEPUTADO: RONDON PACHECO. PDS MG

EMENTA DÁ O NOME DE PEDRO ALEIXO A BIBLIOTECA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

ÚLTIMA AÇÃO

MESA DIRETORA
22 11 1984 (CD) MESA DIRETORA
RELATOR DEP. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS,
PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE.

PRC002251984 DOCUMENTO 20 DE 22

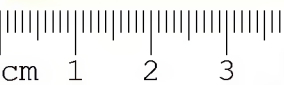
IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO NA ORIGEM: PRC 00225 1984 PROJETO DE RESOLUÇÃO (CD)
ÓRGÃO DE ORIGEM: CÂMARA DOS DEPUTADOS 30 10 1984
CÂMARA: PRC 00225 1984

AUTOR DEPUTADO: FRANCISCO AMARAL. PMDB SP

EMENTA DISPÕE SOBRE A RESOLUÇÃO 67, DE 09 DE MAIO DE 1982, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

(DISPONDO SOBRE EXTENSÃO DE DETERMINAÇÕES E NORMAS DO TCU A RESPEITO DA APOSENTADORIA A SERVIDORES EM ATIVIDADE E INATIVOS, EX-OCUPANTES DE CARGOS IDÊNTICOS AOS ABRANGIDOS



LEGISLAÇÃO

PELA DECISÃO DO TCU, CRIA A GRATIFICAÇÃO DE PERMANÊNCIA EM ATIVIDADE E O QUADRO ESPECIAL QUE FORMARÁ O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CÂMARA).

ÚLTIMA AÇÃO

MESA MESA DIRETORA

30 10 1984 (CD) PLENÁRIO (PLEN)

LEITURA E PUBLICAÇÃO DA MATÉRIA

DCN1 31 11 84 SUPLEMENTO AO 137.

PLP002171984 DOCUMENTO 21 DE 22

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO NA ORIGEM: PLP 00217 1984 PROJETO LEI COMPLEMENTAR (CD)

ÓRGÃO DE ORIGEM: CÂMARA DOS DEPUTADOS 11 10 1984

AUTOR DEPUTADO: ARILDO TELES. PDT RJ

EMENTA DISPÕE SOBRE A DOAÇÃO DE LIVROS A BIBLIOTECAS PÚBLICAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÚLTIMA AÇÃO

TRCOM EM TRAMITAÇÃO NAS COMISSÕES

12 11 1984 (CD) MESA DIRETORA

DEFERIDO OF. 102/84, DA CCJ, SOLICITANDO A

TRANSFORMAÇÃO DESTA EM PROJETO DE LEI.

DCN1 13 11 84 PAG 13958 COL 02.

PL.036621984 DOCUMENTO 22 DE 22

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO NA ORIGEM: PL. 03662 1984 PROJETO DE LEI (CD)

ÓRGÃO DE ORIGEM: CÂMARA DOS DEPUTADOS 04 06 1984

CÂMARA: PL. 03662 1984

AUTOR DEPUTADO: FRANCISCO DIAS. PMDB SP

EMENTA DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE MUSEUS E BIBLIOTECAS. NAS CONDIÇÕES QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

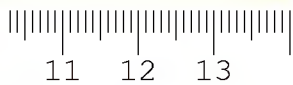
(TORNANDO OBRIGATÓRIO O FUNCIONAMENTO ENTRE 18 E 22 HORAS).

ÚLTIMA AÇÃO

TRCOM EM TRAMITAÇÃO NAS COMISSÕES

26 11 1984 (CD) COMISSÃO EDUCAÇÃO E CULTURA (CEC)

PARECER FAVORÁVEL DO RELATOR, DEP. NELSON AGUIAR, COM ADOÇÃO DA EMENDA DA CCJ.



APBESP

Através do Boletim nº 11, a Associação Profissional dos Bibliotecários do Estado de São Paulo (Pré-sindicato da Classe) lançou a 2ª Campanha de Sindicalização.

APB-SP

Com a circular 02/85, a Associação Paulista de Bibliotecários distribuiu a *Programação APB/85*.

abril

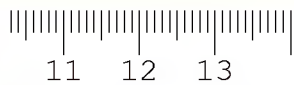
Dia 02 Palestra: A (im)parcialidade do Bibliotecário
Tania Rodrigues Mendes

maio

Dia 07 Palestra: O novo Currículo do curso de Biblioteconomia.

Representantes dos alunos das Faculdades de Biblioteconomia

Dia 31 Último dia para entrega de trabalhos para o 3º Concurso de Textos (o Regulamento será publicado com o Boletim de Abril)



MOVIMENTO ASSOCIATIVO

- junho
Dia 04 Palestra: Material audiovisual
Maria Macambyra
- julho
Dia 02 Palestra: Política de informação
científica e tecnológica do Brasil
Nair Kobashi
- agosto
Dia 06 Palestra: Animação cultural em
Biblioteca
José Teixeira Coelho Netto

- setembro
Dia 03 Palestra: Base de dados e influên-
cia nas bibliotecas brasileiras
Roberto Barsoti
- Dia 08 Palestra: Biblioteca de Empresa
Privada
José Fernando Modesto da Silva,
Sílvia de Almeida e outros
(Esta Palestra será realizada na
2ª terça-feira do mês)
- Dia 19 Encontro de Bibliotecários de
Empresas Privadas
- Dia 31 Último dia para entrega de tra-
balhos para o 4º Concurso de
Textos

- novembro
Dia 05 Palestra: Biblioteca Pública: Ideal
e realidade
Maria Helena Costa e Silva e
Amélia Maria Moreira

Todas as *Palestras* serão realizadas sem-
pre na 1ª terça-feira de cada mês (com

exceção de outubro), às 19 horas, no
auditório da Biblioteca Mario de Andrade.

— Anuidades/85

Sócio efetivo: 33.000 ou 2 X 20.000

Estudantes: 16.500 ou 2 X 10.000

Sócio Institucional: 165.000

— Palavra-Chave 5

Esta publicação da APB/APBESP, dedi-
ca seu número de maio ao Movimento
Associativo.

Grupo de Bibliotecários Microcomputadores

Está se formando na APB o grupo de
bibliotecários interessados no estudo e
desenvolvimento de aplicações de micro-
computadores em bibliotecas e centros de
documentação. Maiores informações
poderão ser obtidas com Fernando, pelo
telefone 881-5311 ramal 2973 (horário
comercial).

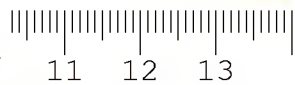
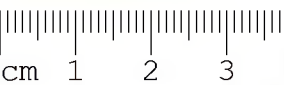
APB/RJ

— Micronotícias

A Associação Profissional de Bibliote-
cários do Rio de Janeiro iniciou a publica-
ção de seu Boletim Micronotícias visando
a participação e a valorização profissio-
nais. Solicitações de assinatura para APB/
RJ, Rua Senador Dantas, 118/608 Rio de
Janeiro, CEP 20031 (Cr\$ 4.000).

ABDF

— Campanha da Biblioteca Pública



MOVIMENTO ASSOCIATIVO

Ao ensejo do Jubileu de Prata de Brasília, a ABDF e o CRB-1 resolveram liderar uma Campanha popular visando a solução da Biblioteca Pública de Brasília. Consistirá num abaixo-assinado, contendo de 500 mil a um milhão de assinaturas pedindo ao novo Governo do Distrito Federal que solucione o problema da Biblioteca Pública no Plano Piloto e nas Cidades Satélites. Se existem Estádios por que não Bibliotecas, também? A Campanha começou no Dia do Bibliotecário (12 de março) com o lançamento da pedra fundamental da Biblioteca Comunitária de Taguatinga.

- Folheto “Prêmios de Biblioteconomia e Documentação” – Solicitações à ABDF.
- Cadastro de Bibliotecários Desempregados

Para prestar orientação e auxílio aos bibliotecários desempregados, dentro de uma Política de Amparo ao Profissional, a ABDF está cadastrando todos os bibliotecários de Brasília sem emprego.

ABEPI

A Associação de Bibliotecários do Estado do Piauí publicou um interessante folheto com um Histórico, Diretoria, Serviços, Objetivos, Sócios, com oferta de assessoramento técnico e projetos na área de Biblioteconomia e de Documentação à Administração Pública Estadual.

ACB

Em virtude da demissão coletiva da

Diretoria da Associação Catarinense de Bibliotecários – ACB, gestão 84/86, foi eleita nova Diretoria para o período de 85/86, estando assim constituída:

Presidente:

Neide de Oliveira Motta

Vice-Presidente:

Virgínia Ana Zimmermann

1ª Secretária:

Maria Aparecida Sell

2ª Secretária

Magda Nereide Copetti

1º Tesoureiro:

Nilto Rogério Kammers

2º Tesoureiro:

Júlio Cesar Bravo

Conselho Fiscal:

Anita Dolores P. Firmino Pacheco

Ana Maria Juliano Cella

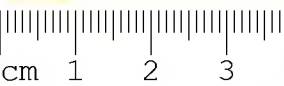
Cleci Marchesan

ABS

A direção da Escola de Biblioteconomia de São Carlos está-se movimentando a fim de ativar a Associação de Bibliotecários São-carlenses, órgão representativo da Classe no município, consciente da importância dos movimentos associativos no atual momento histórico.

ARB

A Associação Rio-Grandense de Bibliotecários iniciou uma Campanha de Divulgação dos Serviços Bibliotecários, enfatizando a importância do uso da biblioteca, das coleções bibliográficas e, conseqüente-



MOVIMENTO ASSOCIATIVO

mente, do ato de ler.

– **CRB/11 – Diretoria 1985/87**

Presidente:

Raimundo Martins de Lima

Vice-Presidente:

Francisca Dantas Lima

Secretário:

Orange Ribeiro Cinque

Tesoureira:

Hilda Gomes Cerquinho

– **CRB/8 – Diretoria 1985/87**

Presidente:

Mercedes Della Fuente

Vice-Presidente:

Nisa Sucena Fontes Arantes
de Almeida

1ª Secretária:

Vera Alice Ferreira de Moraes

2ª Secretária: Maricy Fávero Braga

Tesoureira:

Marly Borini

– **CRB-1 – Diretoria 1985/87**

Presidente:

Luiz Carlos Macoelo

Vice-Presidente:

Diana Maria Rocha

1ª Secretária:

Adélia Lúcia Arruda Santos Gil

2ª Secretária:

Tarcísio José França

Tesoureira:

Márcia de Araújo Ramos

– **CRB-9 – Diretoria**

Presidente:

Sônia Maria Breda

Vice-Presidente:

Marilene Zicarelli Milarch

1ª Secretária:

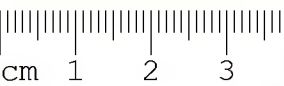
Claudia Montanino

2ª Secretária:

Iracema Stancati Rodrigues

Tesoureira:

Helena de Felippo Soares



Homenagens

– LENYRA CAMARGO FRACCAROLI

A Bibliotecária Lenyra Camargo Fraccaroli, 1ª Diretora e responsável pelo que é hoje a rede de Bibliotecas Infanto-Juvenis da Secretaria Municipal de Cultura, recebeu justas homenagens no dia 21 de maio.

A iniciativa foi do Departamento de Bibliotecas Infanto-Juvenis desta Secretaria que denominou as dependências da Academia Brasileira de Literatura Infanto-Juvenil, de "Sala de Documentação Lenyra Camargo Fraccaroli".

À homenageada os cumprimentos da FEBAB.

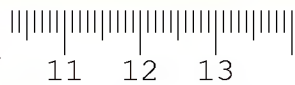
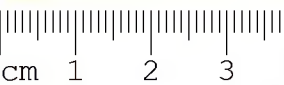
– BIBLIOTECÁRIOS DO ANO

Pela APB – Luiz Augusto Milanesi

Pela APB/RJ – Elizabet Ramos de Carvalho

– ANTONIO CAETANO DIAS

No dia 25 de junho, p.p., faleceu em sua mesa de trabalho, o Prof. Antonio Caetano Dias, fundador e primeiro Presidente da Associação Profissional de Bi-



bibliotecários do Rio de Janeiro. Pioneiro e batalhador em prol da Biblioteconomia Brasileira, o Prof. Caetano Dias merece ser reverenciado pelos seus colegas e ex-alunos.

– DIA DO BIBLIOTECÁRIO NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

O *Dia do Bibliotecário* foi lembrado na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, por iniciativa do deputado Fernando Leça, através de pronunciamento feito da tribuna, no dia 12 de março, que teve o sentido de homenagear a toda a Classe, mas também o de apoiar as suas reivindicações.

É o seguinte, na íntegra, o pronunciamento do deputado Fernando Leça, que falou em nome do Legislativo paulista e na condição de vice-líder de sua bancada, o PMDB:

“Excelentíssimo Senhor Presidente
Senhores Deputados

Longe de ser um tema de interesse limitado, a história do registro das explorações científicas, culturais e humanas sempre esteve presente na mente e nas preocupações de homens que estão à frente de seu tempo. Da visão e da ação desses homens resultou o compromisso de que a informação não se limitasse ao desfrute de uma elite, mas estivesse ao alcance daqueles que dela se utilizassem para construir uma ponte entre a ignorância e o saber.

Graças a esse compromisso, que é hoje

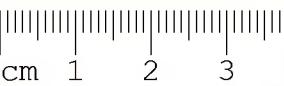
um compromisso de todos os povos, a transformação da humanidade caminhou a passos largos. Mas, também por isto, tornaram-se mais complexos o controle e registro das informações, sendo necessária não apenas a armazenagem das explorações ocorridas, mas também a sua disseminação, para que, na sucessão de idéias e descobertas, outros pudessem continuar a tarefa de construir o futuro.

Surgiu aí a figura do bibliotecário, aquele que, mesmo sendo um erudito em tempos passados, difundiu a idéia impressa nos mais diferentes suportes físicos em que hoje ela possa estar, permitindo ao homem, indiferente do credo, raça, cor e ideologia política, o alcance desse feito.

Na crônica das lutas nacionais do profissional, o dia 12 de março tem uma prerrogativa ilustre e é mais que uma data do calendário: o dia do bibliotecário, profissão regulamentada através da Lei 4084, de 30 de junho de 1962, é uma data identificada com a cultura deste país.

Em uma Nação de tantas heterogeneidades — cultural, econômica, social — ao bibliotecário não basta apenas o atributo que o configura como profissional, mas também lhe são exigidas sensibilidade, convicção, iniciativa, ideal, espírito de doação e tantas outras virtudes que o caracterizam como um paladino na luta para a promoção do indivíduo em seu próprio meio, celebrando assim uma filosofia colocada a serviço dos interesses da comunidade.

O bibliotecário é parte do processo contínuo da educação, imprescindível em



HOMENAGENS

uma sociedade em evolução, onde o avanço da tecnologia e meios de comunicação fazem com que o homem permaneça em reciclagem permanente tanto para o seu desenvolvimento intelectual como profissional.

As bibliotecas, na sua concepção tradicional ou na de Centros de Informação e Documentação, não passariam de meros depositários da cultura se não fosse o bibliotecário, esse agente social que atua de forma tão significativa no processo de educação, como elo de ligação entre a informação e o homem.

A história há de registrar que o bibliotecário, no sacerdócio de sua profissão, permanecerá através de gerações, fomentando, estimulando e difundindo a grandeza das ações humanas.

Graças aos esforços dos mais denodados idealistas, os bibliotecários viram compensada a sua luta com o reconhecimento público da profissão, hoje definitivamente consolidada. Mas ainda há muito o que fazer para conferir ao bibliotecário condições ideais de trabalho, tanto no aspecto de sua valorização profissional, quanto no da sua instrumentação como agente cultural e, por conseguinte, como agente de transformação social.

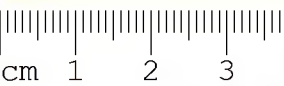
Nesse sentido, a FEBAB – Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, entidade que congrega as 27 associações do país, está postulando junto ao novo governo o estabelecimento de uma política para o setor, a fim de que o bibliotecário seja, obrigatoriamente, e por direito, o elemento a gerir as biblio-

otecas e os centros de informação e documentação.

Uma das conseqüências da falta dessa política para o setor é o achatamento salarial da categoria no serviço público estadual, com defasagem em relação à iniciativa privada, mas também em situação desvantajosa em relação a outras carreiras de nível universitário dentro do próprio serviço público. Releva também notar que os bibliotecários lotados no Executivo têm uma desvantagem adicional, já que não merecem o benefício obtido pelos seus colegas deste Legislativo e do Tribunal de Contas, que tiveram os seus cargos transformados por leis complementares aprovadas em 1982.

Merecem, portanto, de nossa parte, integral apoio, as reivindicações conjuntas das principais entidades representativas da categoria em São Paulo, pleiteiam a Associação Paulista de Bibliotecários, o Conselho Regional de Biblioteconomia, e Associação Profissional dos Bibliotecários do Estado de São Paulo e a própria FEBAB, em primeiro lugar, a equiparação da classe no serviço público estadual, como já ocorre na área federal. Para tanto, sugerem a instituição de uma modalidade de complementação salarial, que poderia ser na forma de gratificação de atividade ou de abono de emergência, como já se fez com os médicos e dentistas.

Esperam também os bibliotecários servidores públicos que o seu enquadramento seja feito nos padrões mínimos de re-



ferência 11 a 26, com velocidade evolutiva 5, de forma a nivelá-los com outros profissionais de nível universitário, pertencentes a carreira que têm correlação com a função que exercem.

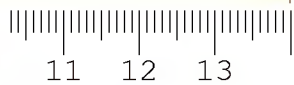
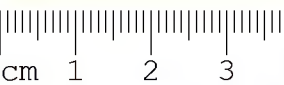
Manifestam também a pretensão, legítima e justa de que, a exemplo das demais profissões, se proceda à estruturação da carreira de bibliotecário, dentro de critérios que privilegiem e estimulem a capacitação e o permanente aprimoramento profissional. É hora de conferir ao bibliotecário que está no serviço público, o tratamento e o "status" que a sociedade moderna já lhe reconhece.

É comemorando seus direitos que eu quero comemorar o Dia do Bibliotecário.

Finalmente, aproveito para anunciar a esta Casa que a FEBAB pretende trazer para o Brasil a Conferência Mundial da Federação Internacional de Associações de Bibliotecários, que foi realizada em outros países e que levou a esses mesmos

países a atualização das práticas nesse campo, além de formular orientação específica a nível internacional. Mas esse objetivo só poderá ser alcançado se contar com apoio do Governo Federal, de forma concreta e oficial. Apoiamos também esta iniciativa, que se reveste de uma significação muito especial para a Biblioteconomia brasileira. Aproveito esta data para solicitar — estou certo de que em nome dos nobres Pares — integral apoio do governo do Presidente Tancredo Neves a este importante evento que terá ampla repercussão na área biblioteconômica.

Reitero à valiosa classe dos bibliotecários o grande apreço de que se faz merecedora, renovando também publicamente o nosso compromisso de luta em relação aos pleitos que aqui foram sucintamente delineados e outros que aí estão com o objetivo de fazer essa classe uma classe mais respeitada."



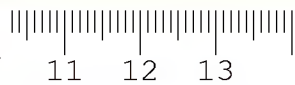
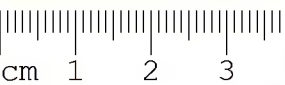
BANCO DE DADOS DE NOTÍCIAS: DE QUEM É ESSE MERCADO?

Numa promoção conjunta da APB, do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo e da APPD: Associação dos Profissionais de Processamento de Dados/SP, realizou-se, dia 29 de novembro de 1984, um seminário para debater os papéis de jornalistas, bibliotecários e analistas de sistemas, nos Banco de Dados de Notícias, que estão sendo criados em São Paulo.

Com a presença de 60 profissionais, o debate contou com o patrocínio da EMBRATEL e com a participação da SEI.

No final, foi redigido o seguinte documento:

Os bancos de dados de notícias, ainda em fase de estruturação no Brasil, devem ocupar um espaço importante no mercado. Pela sua própria natureza — a disseminação de informações —, as empresas jornalísticas mostram-se interessadas em transformar seus arquivos manuais em bancos de dados eletrônicos, não só para



atender suas próprias publicações, mas criando uma nova atividade econômica.

Diante do surgimento dessa nova atividade no mercado, os jornalistas, bibliotecários e profissionais de processamento de dados de São Paulo, através de suas entidades, decidiram desenvolver um trabalho conjunto, com o objetivo de discutir o perfil do profissional responsável por essa atividade.

Não se trata de uma tarefa fácil. A introdução de novas tecnologias e a criação de mídias alternativas vem alterando o perfil tradicional das profissões. Sabemos, no entanto, que temos que nos preparar para o desempenho dessas novas atividades, realizando um trabalho conjunto que impeça que essas inovações sejam introduzidas em prejuízo dos trabalhadores, ou que motivem a disputa insensata entre profissionais agrupados em categorias diferentes pela posse daquele segmento de mercado.

Nosso objetivo, ao promover este seminário, é aprofundar o debate. Nas discussões preliminares realizadas entre representantes das três categorias — jornalistas, bibliotecários e profissionais de processamento de dados —, chegou-se à conclusão de que é possível definir qual o espaço que cada um desses profissionais deve ocupar em um banco de notícias. No entanto, embora as atividades sejam distintas, a implantação de um banco de dados exige a participação de todos na discussão do projeto. Se o profissional de processamento de dados se limitar aos aspectos técnicos, ele poderá dar soluções que restrinjam o objetivo estabeleci-

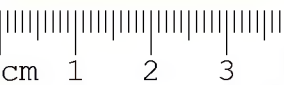
do pelo jornalista. Por outro lado, se o bibliotecário não for chamado a participar do processo de especificação do sistema computadorizado a ser adotado pela empresa que explora o banco de dados, ele poderá enfrentar sérias limitações para estabelecer as técnicas e linguagens de acesso e repercussão da informação.

Essa proposta de trabalho integrado, embora elaborada para um banco de dados de notícias, é válida para qualquer tipo de banco de dados computadorizado. A atividade ali desenvolvida envolve diretamente, no nosso entender, o profissional de banco de dados, o bibliotecário e o profissional da área de conhecimento a que se dedica o banco de dados. Assim, quem elabora as informações a serem armazenadas num banco de dados, por exemplo, de biologia, deve ser um biólogo; de física, um físico, e assim por diante. No caso do banco de dados de notícias, esse profissional é o jornalista.

Em função do nosso interesse específico, tentamos definir, de forma sucinta qual é a função de cada profissional num banco de dados de notícias:

Profissional de processamento de dados — é o responsável pela implantação e manutenção do sistema, do ponto de vista específico das técnicas de PD necessárias ao funcionamento do banco de dados do computador;

Bibliotecário — é o profissional que estabelece as técnicas e linguagens documentais de acesso e recuperação da informação, permitindo uma interpretação exata de seu conteúdo;

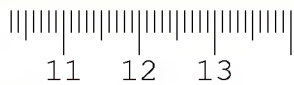


DOCUMENTO

Jornalista — pela legislação que regulamenta a profissão, é o responsável pela busca e elaboração da informação jornalística, ou seja, a notícia, veiculada por qualquer tipo de mídia ou armazenada em banco de dados. Assim, entre as funções jornalísticas, inclui-se a de arquivista-pesquisador. Com a automatização dos arquivos jornalísticos e a criação de banco

de dados de notícias, naturalmente a função do jornalista continua a ser a de prover o banco de dados com as informações que seleciona ou elabora.

(a) Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo
Associação dos Profissionais de Processamento de Dados de São Paulo
Associação Paulista de Bibliotecários



GUINCHAT, C.; MENOUE, M. *Sciences et techniques de l'information et de la documentation: introduction générale*. Paris, UNESCO, 1983. 480 p. (ISBN 92-3-301860-1)

por Carminda Nogueira de Castro Ferreira
(CRB-8/874)

Apesar de todos os esforços dispendidos pela UNESCO, na maior parte dos países em desenvolvimento, as bibliotecas e os centros de documentação ainda são administrados por pessoal sem formação profissional. Para esse pessoal, faltava um manual simples que pudesse dar uma visão geral e correta de todos os serviços.

Para preencher tal lacuna a UNESCO confiou a elaboração desse manual a dois experimentados profissionais, Claire Guinchat e Michel Menou.

Trata-se de um instrumento autodidático que apresenta uma introdução geral à ciência e às técnicas da informação para todos os que devem desempenhar funções em bibliotecas ou serviços de informação sem ter recebido a formação básica necessária. Em linguagem simples



RESENHA

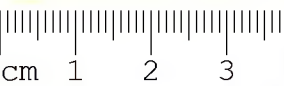
e acessível, satisfaz o objetivo que se propôs.

Estruturado em módulos, que podem ser utilizados independentemente como introdução de um curso, por exemplo, o manual apresenta uma vasta bibliografia e questionários de verificação, de forma a auxiliar os leitores na aprendizagem dos pontos essenciais de cada capítulo.

Os módulos são os seguintes: tipos de documentos; as bibliografias e obras de referência; a seleção e a aquisição; o arquivamento de documentos; a descrição bibliográfica; a descrição do conteúdo; as linguagens documentárias; a classificação; a indexação; os recursos; os catálogos ou fichários; a informática nas unidades

de informação; a busca da informação; a avaliação dos sistemas de arquivamento e busca da informação; os tipos de unidades de informação e de redes; os serviços de difusão da informação; os programas e sistemas internacionais de informação; a normalização; os usuários; a administração e as políticas em uma unidade de informação; administração e políticas de informação; a educação e a formação; a profissão; a pesquisa em ciência e técnicas da informação.

A FEBAB está desenvolvendo esforços junto à UNESCO para obter licença de tradução do Manual, complementando alguns capítulos com adaptações à realidade-brasileira.



DISSERTAÇÕES DO CURSO DE MESTRADO EM BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

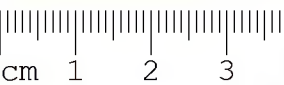
1 O PROGRAMA COMUT E A DINAMIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS BRASILEIRAS

Maria do Rosário Guimarães Almeida*

RESUMO

Estudo sobre a comutação bibliográfica através da demanda de fotocópias de artigos de periódicos em 82 bibliotecas solicitantes do COMUT (Programa de Comutação Bibliográfica). Foi levantada a atuação do programa em todas as regiões brasileiras. Foram testadas três hipóteses: 1) se as bibliotecas integrantes do COMUT modificaram a política de aquisição de periódicos após o uso do

* Bacharel em Biblioteconomia pela Fundação Universidade do Maranhão, 1971. Mestre em Biblioteconomia e Documentação, Universidade de Brasília, 1984.



programa. Essas mudanças se relacionavam a cancelamento de títulos, assinaturas de novos títulos, coleções completadas e descarte de títulos de periódicos; 2) se as bibliotecas integrantes do COMUT ampliaram os seus serviços de alerta após o início do programa; 3) se as bibliotecas universitárias eram as mais usadas do COMUT e se nessas bibliotecas os professores universitários e os estudantes de pós-graduação eram os que solicitavam maior número de cópias. As duas primeiras hipóteses foram rejeitadas, e a terceira comprovada. Verificou-se, também, uma tendência à consolidação do COMUT através do aumento da demanda de fotocópias. Algumas recomendações são incluídas visando o aperfeiçoamento dos mecanismos e instrumentos adotados pelo COMUT.

2 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE INDEXAÇÃO AUTOMÁTICA E MANUAL DA LITERATURA BRASILEIRA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Simone Borges Bastos*

RESUMO

Foi realizado um estudo comparativo da qualidade de indexação manual e

automática, na área da Ciência da Informação, num conjunto de documentos em língua portuguesa, constituído por artigos publicados no periódico *Ciência da Informação*.

Na indexação automática utilizaram-se os títulos e os resumos e, na indexação manual os textos dos artigos.

A qualidade dos vocabulários foi avaliada em função do grau de coincidência dos termos em ambos os vocabulários, e de suas respectivas freqüências de aparecimento.

A qualidade de recuperação da informação em linha, nas bases de dados, formadas com os mesmos registros dos referidos artigos indexados automaticamente e manualmente, foi medida através dos respectivos índices de precisão da recuperação.

A indexação automática apresenta menor redundância no vocabulário, e permite precisão na recuperação, especialmente quando se aplica a truncagem dos descritores.

3 ENSINO DE BIBLIOGRAFIA: INFLUÊNCIA DO MÉTODO UTILIZADO NO INTERESSE DO ALUNO

Maria Júlia Giannasi*

RESUMO

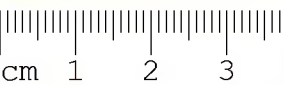
Estudo da influência do método de

* Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília, dez. 1980. Mestre em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade de Brasília, dez. 1984.

Experiência profissional: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT – de 1981 a 1984. Responsável pelo Centro Nacional do International Serials Data System – ISDS.

* Bacharel em Biblioteconomia, Universidade Estadual de Londrina, 1976. Mestre em Biblioteconomia e Documentação, Universidade de Brasília, 1984.

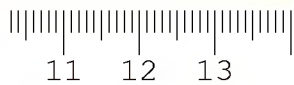
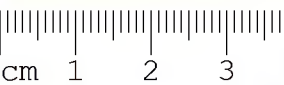
Atividades Profissionais: Docente no Depar-



ensino, utilizado em Bibliografia, no interesse do aluno. Pretendeu-se estabelecer relação entre a metodologia empregada no ensino da disciplina e o interesse manifesto pelos alunos. Foram utilizados dois questionários para coleta de dados, sendo um deles aplicado a 11 professores de Bibliografia e o outro a 113 alunos de dez escolas que fazem parte do estudo. Para o processamento dos dados, utilizou-se o pacote SPSS (Statistical Package for the Social Sciences). O resultado permitiu observar que professores e alunos

de Bibliografia das escolas analisadas estão bastante motivados pela disciplina e que, para isso, influíram outros fatores que não apenas a metodologia: estrutura dos cursos quanto à vinculação acadêmica, turno em que a disciplina é oferecida, carga horária, qualificação do professor associada a tempo dedicado à disciplina e aos alunos fora da sala de aula. Recomenda-se incrementar uma política de qualificação e capacitação docente, a nível dos departamentos e não manter docentes em tempo parcial.

tamento de Biblioteconomia da Universidade de Londrina. Membro no Departamento de Biblioteconomia da Universidade de Londrina. Membro da Comissão Especial do Curso de Biblioteconomia como representante Titular do Departamento de Biblioteconomia. Membro do Colegiado dos Cursos da Área de Educação, Comunicação e Artes, como Titular do Departamento de Biblioteconomia, na Área principal de estudos. Subcoordenadora do Colegiado dos cursos da Área de Educação, Comunicação e Artes. Membro das Câmaras do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão na qualidade de Suplente.



– INL

O Ministro da Cultura, Aluísio Pimenta, incluiu entre sua lista de prioridades o Instituto Nacional do Livro.

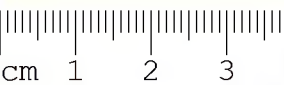
– BIBLIOTECAS POPULARES

O Prof. Lauro de Oliveira Lima defendeu a criação de bibliotecas populares como parte da Educação de Adultos, junto ao Ministro Marco Maciel, da Educação, para complementar a alfabetização.

– CENTRO DE CONVENÇÕES DE PERNAMBUCO

Acaba de sair a segunda edição do calendário turístico do Centro de Convenções de Pernambuco, com pauta de congressos, feiras, espetáculos teatrais e outros eventos com previsão até 1986. O calendário foi elaborado em três idiomas (Português, Inglês e Francês) e contém informações sobre hotéis, com as devidas classificações, e indicações de datas históricas e de manifestações folclóricas no Estado.

O calendário turístico do Centro de Convenções de Pernambuco tem, na capa,



o Troféu Internacional de Turismo e Hotelaria, conquistado na Espanha, este ano.

– **DIREÇÃO DA BIBLIOTECA NACIONAL**

Para satisfação e orgulho da Classe, o Ministro da Cultura, Aluísio Pimenta, manteve no cargo de Diretora da Biblioteca Nacional, a Bibliotecária/Escritora Maria Alice Giúdice Barroso Soares.

– **BANCOS DE DADOS DE NORMAS E ESPECIFICAÇÕES**

A PTI (Rua Peixoto Gomide, 209, São Paulo, CEP 01409) mantém um Banco de Dados "STANDARDS" para atender à pesquisa, identificação e orientação sobre normas, códigos, especificações, método de teste e práticas recomendados e emitidos por mais de 500 organizações internacionais.

– **USIS REFERENCE LIBRARY**

Atendendo à necessidade atual de desenvolver um novo conceito de prestação de serviços em bibliotecas e de uma rápida e dinâmica difusão da informação, a USIS Reference Library faz parte integrante da rede de bibliotecas do serviço de Divulgação e Relações Culturais dos Estados Unidos da América no Brasil, com bibliotecas em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. As três bibliotecas oferecem livros, revistas e jornais sobre diversos assuntos, sendo os principais, Economia, Energia, Problemas Sociais, Relações Internacionais, Meio Ambiente, Impacto

Tecnológico, Política Econômica e Financeira, Artes, Literatura, Educação, Arquitetura e Urbanismo. A USIS Reference Library tem sua coleção especializada nos seguintes assuntos: Economia, Política, Relações Exteriores, Direito Constitucional Americano, Governo Americano, Energia.

Horário: 10h às 18h

USIS REFERENCE LIBRARY

Casa Thomas Jefferson

Entre-quadras 706/906

70.390 - Brasília, D.F.

Tel.: 242-1978

Telex: 061-1592

– **SENADOR MARCO MACIEL REUNE-SE COM OS BIBLIOTECÁRIOS**

Dia 05 de março, p.p., os Bibliotecários de Brasília ofereceram um jantar ao Senador Marco Maciel, bem como uma placa traduzindo o agradecimento da Classe pelo carinho e dedicação com que o Senador sempre acolheu nossas reivindicações. Na ocasião, foram-lhe entregues dois documentos políticos: o primeiro, pedindo que ele seja o nosso porta-voz no novo governo, fazendo com que os cargos privativos de Bibliotecários sejam respeitados. O segundo, sobre política de biblioteca e a informação para o novo governo.

– **DECRETO-LEI 2.249/85**

Graças à ação da ABDF, do CRB-1, da FEBAB e de outras associações de Classe, foi assinado no dia 25 de fevereiro, o Decreto-lei, em referência, que estende a



concessão de Gratificação de Atividade Técnico-Administrativa aos ocupantes de cargos e empregos de nível superior dos quadros e tabelas da Administração Federal e das Autarquias federais.

– **MINISTRO LEITÃO DE ABREU RECEBEU BIBLIOTECÁRIOS**

No dia 26.02.85, às 16 horas, Emir José Suaiden, Anibal Rodrigues Coelho e Luiz Carlos Maroclo foram recebidos pelo então Ministro Leitão de Abreu. A finalidade da audiência era reivindicar a extensão dos benefícios dados aos Técnicos de Administração e Economistas aos Bibliotecários e demais profissionais de nível superior. Aconteceu, porém, que o Presidente da República assinou, nas vésperas, o Decreto-lei 2.294/85 que atendia àquelas reivindicações. Assim sendo, a audiência transformou-se em agradecimento.

– **REVISTA A ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA DA UFMG**

Propondo-se atingir duas metas: 1) maior divulgação da publicação em âmbito nacional e internacional; 2) maior participação dos professores e profissionais brasileiros na divulgação de seus trabalhos, assumiu a direção da Revista o Prof. Paulo de Terra Caldeira.

– **AÇÃO PROGRAMADA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Como parte do III PBDCT – Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, foi elaborado um documento específico sobre Informação em Ciên-

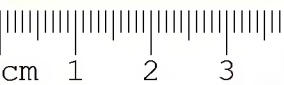
cia e Tecnologia, resultante de ações coordenadas pela CICT, do CNPq, que tiveram como instrumento operativo o IBICT, então sob a direção da Bibliotecária Yone Sepúlveda Chastinet, contando com a mais ampla colaboração dos diferentes membros, mais de cem especialistas, representando cerca de trinta diferentes instituições. A FEBAB foi representada nas reuniões que se realizaram de abril a setembro de 84 pela Vice-Presidente Carminda Nogueira de Castro Ferreira.

– **IBICT – RELATÓRIO ANUAL/84**

Além de divulgar as atividades desenvolvidas em 1984, o Relatório tem por objetivo demonstrar a crescente consolidação da programação do IBICT, voltada substancialmente para a coordenação e o planejamento de sistemas especializados e para o fortalecimento da infra-estrutura da informação no País.

– **BIBLIOTECÁRIOS E O GOVERNADOR DE SÃO PAULO**

Liderada pelo Deputado Fernando Lessa, foi recebida em audiência pelo Governador Franco Montoro uma Comissão composta pelos Presidentes do CRB-8, FEBAB, APB e por alguns bibliotecários, no dia 25 de abril, p.p. Na ocasião foi entregue um ofício, acompanhado de um abaixo-assinado, pleiteando a criação da carreira de Bibliotecário com a instituição da série de Classes e Gratificações de Incentivo à Atividade de Nível Universitário e o enquadramento dos cargos através da concessão de duas referências, além de estudo dos salários das categorias de



nível universitário, cujos índices bem demonstram a vertiginosa defasagem salarial no período 1969-1984. A elaboração desses documentos foi possível graças ao esforço e dedicação de alguns poucos bibliotecários que foram à luta e em nenhum momento esmoreceram, mesmo quando sentiram que o movimento da categoria, iniciado no segundo semestre de 1984, começou a se esvaziar face ao desinteresse demonstrado pelos profissionais às reuniões da Comissão de Reivindicação Salarial. Assim é que outro documento foi entregue reivindicando a criação de cargos/funções-atividades de bibliotecários em todas as Delegacias Regionais de Ensino, a fim de cada um poder contar com um profissional habilitado que coordene e supervisione os trabalhos desenvolvidos nas Bibliotecas Escolares sob sua jurisdição. Solicitou-se, também, a abertura de concurso público para o preenchimento de 56 (cinquenta e seis) cargos vagos, existentes na Secretaria de Educação. Levou-se, ainda, ao conhecimento de S. Excelência, a preocupação em relação ao Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo, apontando-se a necessidade da equiparação salarial do Bibliotecário conveniado ao quadro do funcionalismo estadual. O Sr. Governador considerou muito justas as reivindicações apresentadas e despachou os documentos ao Secretário da Administração, Antonio Carlos Mesquita e ao da Educação, Paulo Renato Costa Souza, a fim de que sejam estudadas em detalhes. Homenageando a Classe, o Dep. Fernando Leça registrou a passagem do "Dia do

Bibliotecário", no dia 12/março e levou à tribuna da Assembléia Legislativa a sua adesão, apoio e solidariedade a esse momento reivindicatório, cujos documentos foram publicados na íntegra no Diário Oficial de 3 de abril de 1985.

— PUBLICAÇÃO DA UNESP

Elaborada pelo Serviço de Documentação e Divulgação da Reitoria da UNESP, foi publicado "Organização de um Centro de Documentação como suporte de informação no campo jurídico, acadêmico e administrativo de uma Universidade: uma experiência da UNESP", trabalho apresentado no IV Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, realizado em Campinas, de 03 a 08/02/85.

— ANO DO CINQUENTENÁRIO DA "MISSÃO DO BIBLIOTECÁRIO"

Em 20 de maio fez 50 anos que o filósofo José Ortega y Gasset (1883-1955) abriu o Congresso Internacional de Bibliotecários com a palestra: MISSÃO DO BIBLIOTECÁRIO. Em seguida, a palestra tornou-se livro, que foi traduzido em todo o mundo, principalmente pelas entidades de Biblioteconomia.

A APB e a APBESP comemoram a data promovendo uma reunião/reflexão na sede da APB, com uma Palestra sobre o filósofo pelo Prof. Mario Garcia Guillén, do Consulado Espanhol.

— SINDICALIZAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

"Não vejo nenhum inconveniente na sindicalização dos servidores públicos" —



é o que afirmou o Ministro do Trabalho Almir Pazzianotto ao jornal "O Diário de São Carlos" de 03.01.85.

A declaração do Ministro é um fato novo na História do Brasil e tem uma importância especial para os bibliotecários: a categoria é composta por mais de 80% de funcionários públicos. No entanto, a luta pela conquista deste direito não deve ser confundida com a luta pela sindicalização dos bibliotecários que trabalham como funcionários públicos. Este já é um direito adquirido, pois são profissionais liberais; e como tal podem se afiliar ao SINDICATO DOS BIBLIOTECÁRIOS. Aquele é um direito do trabalhador a ser conquistado pelos funcionários públicos: o direito à sindicalização.

– O DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE SÃO PAULO EM 1984

A cada ano que passa, novos leitores passam a utilizar os serviços das diversas unidades do Departamento de Bibliotecas Públicas, que têm registrado um aumento considerável no número de consultas. O ano de 1984 não fugiu à regra.

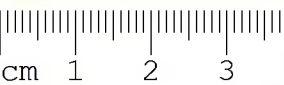
Mais uma unidade foi incorporada à rede, com a inauguração da Biblioteca

Vicente de Carvalho, em Itaquera. No total, o atendimento das unidades do Departamento atingiu os seguintes números: 1.155.016 leitores, tendo sido consultados 1.128.896 livros.

Os serviços de empréstimos de livros (seções Circulares das Bibliotecas) também mantiveram uma porcentagem bastante alta, com um total de 7.737 inscritos na Circulante Central e 49.356 matrículas efetuadas nas unidades de bairro.

Outro fator auxiliou, e muito, no aumento do número de usuários das bibliotecas: a realização de eventos culturais variados. Entre aqueles considerados permanentes, como as "Quintas Musicais" e o "Lazer do Meio-Dia", e os especiais, foi registrado um total de 1.972 eventos. O número de participantes atingiu a marca de 222.100 pessoas, quantidade considerável e estimulante para a continuidade desses projetos culturais.

O Departamento de Bibliotecas Públicas espera, no ano de 1985, continuar oferecendo boas opções de cultura e lazer à coletividade, através de suas 23 unidades. A programação mensal continua sendo publicada regularmente no BP INFORMATIVO, que pode ser solicitado na Rua Pires da Mota, 838, 2º - CEP 01529.



**CURSO DE MESTRADO
EM BIBLIOTECONOMIA**

Universidade Federal da Paraíba

Vagas: 10

Inscrição: 08/04 a 06/05/85

Seleção:

Prova escrita de língua inglesa

27.05.85

Entrevista: 28 e 29.05.85

Divulgação dos resultados: 14.06.85

Início das aulas: 14.06.85

Bolsas: O Curso foi autorizado pela CAPES a receber bolsistas do Programa Institucional de Capacitação Docente (PIDC). Os candidatos não pertencentes às instituições de ensino superior contam com o apoio da CAPES e do CNPq.

Coordenação: Centro de Ciências Sociais Aplicadas – Universidade Federal da Paraíba.

Campus Universitário I

58.000 – João Pessoa – Paraíba

Fone: (083) 224.7200 – R. 2483



**CABEÇALHOS DE ASSUNTO
E THESAURUS**

Curso Ministrado pela Prof^a Hagar Espanha Gomes, em maio e em junho, no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Promoção da APR/RJ.

**GERÊNCIA DE BIBLIOTECAS E
SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO**

Na Fundação Casa de Rui Barbosa, ministrado pela Prof^a Abigail de Oliveira Carvalho, será realizado de 25 a 27 de setembro/85 um curso que objetiva desenvolver a capacidade de analisar e avaliar idéias, situações e fatos relacionados com a gerência de Serviços de Informação.

– Curso de Especialização
**Biblioteconomia –
julho/novembro – 85**

Área: Sistemas de informação voltados para o usuário

Carga horária:
(incluindo a obtativa): 465 horas

Vagas: 20
Inscrição: maio/junho – 85

Taxa: Cr\$ 10.000
Seleção: (acima de 20 inscritos): junho
Matrículas: até 19 julho (taxa ainda indefinida)

Endereço de Coordenação do Curso
Coordenação do Curso de Especialização
Biblioteconomia
Departamento de Biblioteconomia
Setor de Educação

Universidade Federal do Paraná
Rua General Carneiro, 460 - 7º andar
Caixa Postal 756 - 80.000 Curitiba - PR.

– **PÓS-GRADUAÇÃO
EM INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA**

Período: 19/7 a 22/11/85
Carga horária: 360 horas/aula
Vagas: 20
05 (para disciplinas isoladas)

Bolsas: 15 (Cr\$ 750.000/mês)

Inscrições: 15/04 a 03/06

Taxa: Cr\$ 10.000

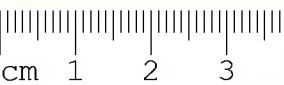
Clientela: Profissionais da informação tecnológica, técnicos dos Centros de Pesquisa dos setores governamental e empresarial, técnicos dos Núcleos de Inovação Tecnológica, coordenadas pelo CNPq, profissionais preferencialmente vinculados a entidades diretamente relacionadas ao setor produtivo.

Promoção:

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Ciências da Educação
Departamento de Biblioteconomia e Documentação
Campus Universitário Trindade
Edifício da Biblioteca Central
88.000 - Florianópolis - SC.

**SEMINÁRIO SOBRE CLASSIFICAÇÃO
E LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS**

Promoção: Associação Profissional dos Bibliotecários do Rio de Janeiro
Coordenação: Hagar Espanha Gomes
Data: 27 a 31 de janeiro de 1986



CURSOS E EVENTOS

OBJETIVOS:

- Conhecer o estado atual das pesquisas na área da classificação, compreendendo a elaboração de tabelas de classificação, de tesouros, de cabeçalhos de assunto, etc.
- Propiciar o intercâmbio de idéias a respeito da classificação nas suas bases teóricas e conteúdo programático, do ensino de indexação, de linguagens documentárias, etc.

ENTREGA DE RESUMOS

ATÉ SETEMBRO DE 1985

Não serão aceitos documentos descritivos. Os resumos dos trabalhos, no máximo de 3 (três) páginas datilografadas, em espaço 2 (dois), deverão conter, de preferência, a metodologia adotada, alguns resultados e problemas encontrados e bibliografia básica. No caso de avaliações de linguagens já em uso, recomenda-se a inclusão da metodologia da avaliação e resultados, mesmo parciais, se for o caso.

INSCRIÇÕES: (EM ORTN)

	até SET	OUT	NOV	DEZ	JAN
Bibliotecários	3	3,5	4	4,5	5
Bibliotecários associados em dia	2	2,5	3	3,5	4
Estudantes de graduação	1	1,5	2	2,5	3
Instituições (dois participantes)	4	4,5	5	5,5	6
Outros profissionais	3	3,5	4	4,5	6

CORRESPONDÊNCIA PARA:

Hagar Espanha Gomes, Coord.
Seminário Sobre Classificação e Linguagens Documentárias (SCLD)
Rua Senador Dantas, 118/608
20.031 - Centro - Rio de Janeiro - RJ.

— 3º SIMPÓSIO BRASILEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES

São José dos Campos - SP
2 a 4 Setembro/85
Auditório do Instituto Tecnológico da Aeronáutica
Organização e Realização:
SBT.— Sociedade Brasileira de Telecomunicações

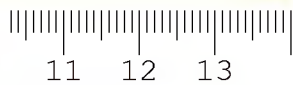
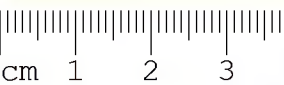
INPE-ITA

Sociedade Brasileira de Telecomunicações
R. Marquês de S. Vicente, 225 - Sala 2034
CEP 22453 - Rio de Janeiro - RJ.

— IFLA/85

ILLINOIS, Chicago, 18 a 24 agosto
Tema: Libraries and the Universal Availability of Information - (As Bibliotecas e a Disponibilidade Universal da Informação)

A Presidente da FEBAB, May Brooking Negrão estará presente, inclusive no Seminário sobre Bibliotecas Públicas que antecederá o Congresso.



– 5º COLE

Campinas – 31/08 a 03/09/85

Objetivando promover uma reflexão sobre as condições de produção e promoção da leitura no Brasil, fundamentalmente nas escolas de 1º e 2º graus, privilegiando os seguintes temas: O Professor e as suas Condições de Leitura; O Professor e o Ensino da Leitura; A Pesquisa em Leitura: Quem Faz, Como Faz e Quem Usa. Secretaria: 5º COLE – A/C Departamento de Metodologia de Ensino Faculdade de Educação UNICAMP Cidade Universitária "Dr. Feferino Vaz" 13100 - Campinas – E.S.P.

– 1º ENDIB

De 17 a 20 de novembro/85, na Academia Nacional de Medicina realizar-se-á o 1º Encontro Nacional de Documentação e Informação Biomédica, sob o tema: INFORMAÇÃO, SAÚDE, DESENVOLVIMENTO

Informações: (021) 242-5957

– I SCBI

O Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal de Santa Catarina promoverá de 26 a 28 de setembro/85 o I Seminário Catarinense de Biblioteconomia e Documentação. Tema Central: Geração e Divulgação da Informação Tecnológica em Santa Catarina.

Informações: Secretaria do I SCBI Campus Universitário – Trindade 88.000 - Florianópolis - SC.

– VI CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA

13 a 18 de abril/86, no Rio de Janeiro.

Tema Central: AROUVOS, POLÍTICA, ADMINISTRAÇÃO E CULTURA.

– EXPOMICRO/85

Em São Paulo, de 13 a 17 de outubro/85, no Palácio das Convenções Anhembi. A FEBAB, como co-patrocinadora do evento, estará promovendo o 1º Seminário Brasileiro de Microfilme em Bibliotecas, sob a coordenação de Carminda Nogueira de Castro Ferreira.

– INFORMÁTICA/85

III SEMINÁRIO NACIONAL DE INFORMÁTICA E BIBLIOTECONOMIA

Data: 23 a 25 de setembro/85

Local: Parque Anhembi (S. Paulo)

Realização: FEBAB

Promoção: SUCESU (S. Paulo)

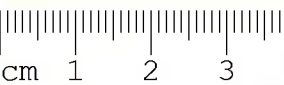
Objetivo: Analisar as novas perspectivas que se apresentam aos bibliotecários, para exercer suas funções de estruturadores e disseminadores da informação, com a aplicação sistemática de macro, mini ou microcomputadores à coleta, armazenagem, disseminação e recuperação de informações.

Coordenação de

Carminda Nogueira de Castro Ferreira
Maiores informações:

FEBAB - Rua Avanhandava, 40, cj. 110

Tel.: (011) 257-9979.



**SEMINÁRIO SOBRE O
CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO
ANGLO-AMERICANA (AACR-2)**

Dias: 11 a 14 de junho – 1985

Local:

União Cultural Brasil-Estados Unidos

Inscrições: de 04 fevereiro a 31 maio

Sócios APB – Cr\$ 60.000

Não sócios – Cr\$ 80.000

Até 31/março, desconto de 15%

Vagas limitadas: 100

Realização: CGDIP Processos Técnicos

Apoio: APB e

União Cultural Brasil-EEUU

Inscrições e informações:

APB – Rua 13 de Maio, 1100 - 3º

CEP 01327 - São Paulo - SP.

Fone: 285-3831

– AUTOMAÇÃO DE ESCRITÓRIOS

A 3i Informática S/C Ltda. (Rua Deputado Martinho Rodrigues, 284 - São Paulo CEP 04646) promove uma série de seminários sobre Automação de Escritórios (AE), área em que se especializou.

30 a 31 de maio, 1985, SP

O Caminho da Implantação em Automação de Escritórios

24 a 25 de junho, SP

Planejamento Estratégico e Metodologias em AE

07 e 08 de outubro, RJ

“AE-85” Uma apresentação completa das Questões Tecnológicas e Organização de AE. Com exposição de equipamentos e produtos.

28 a 30 de outubro, SP

“OA-85” Uma análise detalhada da Automação de Escritórios com relato das mais importantes experiências brasileiras, contadas por quem as está vivendo. Com exposição de equipamentos e produtos.

06 a 08 de novembro, SP

Redes Locais ou PBX?

25 e 26 de novembro, SP

O Caminho da Implantação em AE.

**– 2º ENCONTRO DE
BIBLIOTECÁRIOS DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO**

Rio de Janeiro, 11 a 15 de março/1985

A Associação Profissional dos Bibliotecários do Rio de Janeiro realizou de 11 a 15 de março de 1985, na Semana do Bibliotecário, o 2º ENCONTRO DE BIBLIOTECÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, tendo como tema central “A INFORMAÇÃO COMO BASE PARA O DESENVOLVIMENTO. Com a escolha do tema pretenderam mais do que a troca de informações e experiências, que o 2º EBERJ propiciasse a toda Classe um espaço para reflexão, para repensar sobre o verdadeiro papel do profissional bibliotecário como catalizador da informação, agente em um processo de desenvolvimento que, se desencadeado, não permite retrocesso. O Bibliotecário deve estar consciente de que de sua atitude e de seu trabalho, dependem o crescimento



CURSOS E EVENTOS

social, cultural, técnico e científico da sociedade.

Durante a realização do 29º EBERJ, aconteceu, também, o 1º SEMINÁRIO SOBRE ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE ENTIDADES DE CLASSES, promovido pela FEBAB e sediado pela APB-RJ. Estes dois eventos tiveram por objetivo reunir pessoas que têm interesses comuns, mas que também têm as suas contradições, que buscam na síntese

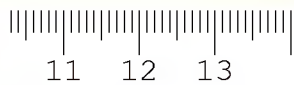
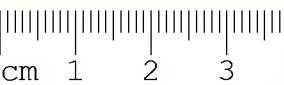
de suas discordâncias a conquista de um consenso que sirva para melhor realização de seus objetivos profissionais em face da comunidade.

– XIII CBBB

Tema: "INFORMAÇÃO E SOCIEDADE"
Vitória – Julho de 1985

Promoção: FEBAB

Realização: Associação Profissional dos Bibliotecários do Espírito Santo



BIBLIOTECÁRIOS
DOCUMENTALISTAS
informatizem seus fichários com
MICRO-QUESTEL
o gerenciador de bancos de dados bibliográficos



MICRO-QUESTEL é um produto **TELESYSTEMES-QUESTEL** a maior operadora de bancos de dados da Europa e roda em qualquer micro compatível IBM-PC.

MICRO-QUESTEL destina-se a usuários não especializados em processamento de dados e opera com Menus e Comandos em Português, Inglês e Francês.

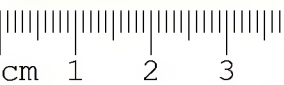
MICRO-QUESTEL permite:

- **ENTRADA** conversacional e controlada das informações.
- **ATUALIZAÇÃO** automatizada do banco de dados.
- **PESQUISA** interativa por palavras chaves e/ou texto.
- **VISUALIZAÇÃO** das fichas na tela e/ou na impressora.

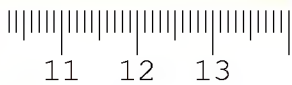
Para maiores informações entrem em contato ou façam um pedido de documentação à:

 **telesystemes** (Deptº QUESTEL)

Av. Rio Branco, 31 - 23º andar
20090 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 253-4380



Digitalizado
gentilmente por:



A INFORMAÇÃO AO ALCANCE DE TODOS

Com o desenvolvimento tecnológico e o impacto das comunicações e da micrografia, houve um aumento da quantidade e da necessidade de informação. Face a este crescimento, os meios tradicionais de arquivagem, classificação e recuperação da informação tornaram-se insuficientes.

A fim de agilizar o tempo de uma busca bibliográfica, atender melhor aos usuários, e acompanhar a crescente tendência à automação em diversos setores nos dias de hoje, desenvolveram-se Bancos de Dados.

O que é um banco de dados?

Bancos de Dados são conjuntos de Bases de Dados instaladas em um mesmo sistema de processamento eletrônico e cujos dados são acessíveis através de um procedimento comum de recuperação de informações: palavras-chaves e lógica booleana.

Cada Base de Dados corresponde a um arquivo bibliográfico de uma área específica e é atualizada continuamente por especialistas nos respectivos domínios.

As vantagens decorrentes da consulta à Banco de Dados são inúmeras, podemos citar:

- Rapidez — na obtenção da informação, sendo esta a mais atualizada possível.
- Interatividade — o usuário dialoga

com o sistema através de uma linguagem conversacional natural.

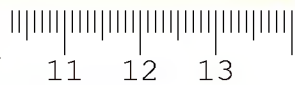
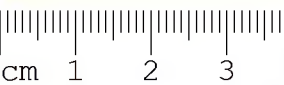
- Exaustividade da Pesquisa — o usuário tem oportunidade de pesquisar um grande número de documentos sobre determinado assunto.
- Economia — em tempo real, o computador seleciona entre todas as referências o assunto pesquisado.

Atualmente, todos os Centros de Documentação vêm assimilando a importância de gerenciar o seu próprio Banco de Dados e oferecer aos seus usuários um serviço mais dinâmico e preciso.

Desta forma, engenheiros especializados em Ciência da Informação e Telemática, aproveitando todo o Know-how em armazenamento e recuperação de dados em computadores, vêm desenvolvendo softwares que permitem o gerenciamento de Banco de Dados em micros, possibilitando, assim, o acesso direto às informações de interesse.

A utilização e ampliação desta nova tecnologia nas instituições e centros de pesquisas e documentação, deve ser ressaltada, a fim de que toda e qualquer área do conhecimento humano possa se beneficiar e desenvolver.

CLAUDIA CANONGIA
TELESYSTEMES DO BRASIL LTDA
(Depto. QUESTEL)



GUIA AOS COLABORADORES

1 INFORMAÇÕES – INSTRUÇÕES

1.1 – *Finalidade da Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação.*

A RBBB é órgão oficial da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB) e tem a finalidade precípua de publicar trabalhos sobre biblioteconomia, documentação e área afim, e registrar a legislação nacional corrente da área em vista à atualização profissional.

1.2 – *Tipos de Colaboração*

1.2.1 – A 1ª Seção da RBBB é constituída de ARTIGOS ORIGINAIS, ENSAIOS, COMUNICAÇÕES TÉCNICAS, REVISÕES E TRADUÇÕES;

1.2.2 – Outras Seções;

1.2.2.1 – LEGISLAÇÃO: referência (leis, decretos, portarias etc.), seguida de emenda e resumo. Sempre que necessário, a espécie legislativa será publicada na íntegra e comentários serão feitos. O arranjo será por descritores;

1.2.2.2 – REPORTAGEM E ENTREVISTAS: pessoas e fatos em evidência de interesse ao fascículo em foco;

1.2.3 – NOTICIÁRIO: notícias diversas sobre as associações estaduais e regionais, conselhos, grupos de trabalhos, organismos

nacionais e internacionais, congressos, cursos etc.;

1.2.2.4 – RESENHAS: livros relevantes, teses, publicados nos últimos 5 anos; conforme normas próprias da RBBB;

1.2.2.5 – LEVANTAMENTOS BIBLIOGRÁFICOS: assuntos de interesse da área, conforme PNB – 66/1970.

1.3 – *Escolha da matéria dos fascículos*

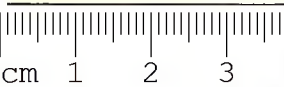
Sempre que possível a matéria dos itens 1.2.1, 1.2.2.3, 1.2.2.4 e 1.2.2.5, será encomendada pelo Editor e haverá uma coerência na escolha dos temas. Cerca de 30% da matéria (1.2.1 e 1.2.2.3) estará sob a responsabilidade de um Estado ou região, através do respectivo Correspondente.

2 – REGULAMENTO

2.1 – *Artigos originais, ensaios, comunicações técnicas, revisões, traduções.*

Devem ser entregues em duas vias (um original e uma cópia) endereçados ao Editor Carminda Nogueira de Castro Ferreira, Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), Rua Avandava, 40, conj. 110, São Paulo, SP – CEP 01306.

2.1.2 – A matéria deve ser inédita e destinar-se exclusivamente à RBBB, não sendo permitida a publicação simultânea em outro



Digitalizado
gentilmente por:



periódico.

2.1.3 — Os conceitos emitidos são de inteira responsabilidade dos autores.

2.1.4 — Os trabalhos recebidos são submetidos à apreciação de, pelo menos, dois Relatores do Conselho Editorial, dentro da especialidade destes. Caberá ao Conselho decidir sobre sua publicação.

2.1.5 — Os trabalhos não aceitos ficarão à disposição dos autores, pelo prazo de um ano.

2.1.6 — Os trabalhos aceitos e publicados tornam-se propriedade da RBBB, vedada tanto a reprodução, mesmo que parcial, como a tradução para outro idioma, sem a devida autorização do Editor ouvido antes o Conselho Editorial.

2.1.7 — O parecer do Conselho Editorial, sob anonimato, será comunicado aos autores. Ao Conselho é reservado o direito de devolver os originais quando se fizer necessária alguma correção ou modificações de ordem temática e/ou formal.

2.1.7.1 — A RBBB se reserva o direito de proceder a modificações de ordem puramente formal, ortográfica e gramatical realizada por Revisores especializados, no texto dos artigos que porventura exigirem tais correções, antes de serem encaminhados à publicação. De tais modificações ("copidescagem") será dada ciência ao autor.

2.1.8 — Os autores recebem somente a primeira prova para correção.

2.1.9 — As colaborações a cada fascículo obedecerão: 1) à programação encomendada pelo Editor-Responsável; 2) à data de entrega da matéria adicional.

2.1.10 — A cada trabalho serão reservadas 10 separatas, entregues ao autor ou primeiro

autor.

2.2 — Traduções

Devem ser submetidos à apreciação do responsável pelas Traduções, ouvido, se for o caso, o Conselho Editorial. Cópia de autorização do autor original deve ser encaminhado ao Editor, junto com a tradução.

2.3 — Reportagens, noticiário, resenhas e levantamentos bibliográficos

O planejamento editorial destas Seções, para cada fascículo, é feito em conjunto com o Editor, mas a coleta e organização da matéria é de responsabilidade do respectivo encarregado de cada Seção.

3 — NORMAS DE APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS

Os artigos devem:

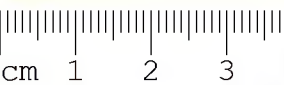
3.1 — limitar-se a 20 páginas datilografadas para os artigos originais; 5 páginas para comunicações técnicas e 60 para ensaios e/ou revisões e traduções;

3.2 — ser datilografadas, em espaço duplo, numa só face de folhas tamanho ofício, mantendo margens laterais de aproximadamente 3 cm. Todas as páginas devem ser numeradas consecutivamente em algarismos arábicos, no canto superior direito;

3.3 — ser escritos em língua portuguesa;

3.4 — conter somente nomenclaturas, abreviaturas e siglas oficiais ou consagradas pelo uso. Inovações poderão ser empregadas, desde que devidamente explicitadas;

3.5 — conter dois resumos, datilografados em folhas separadas, um em português e outro em inglês. No máximo constituído de 300 palavras, devem expressar os pontos relevantes



Digitalizado
gentilmente por:



ao artigo, e serem acompanhados de Descritores que traduzam as facetas temáticas do conteúdo. Obedecer as recomendações da NB-88/ABNT. À Comissão de Redação, sempre que for necessário, é reservado o direito de fazer modificações para fins de indexação.

3.6 — apresentar à parte uma página de rosto, na qual contenha:

- a) símbolo de classificação bibliográfica (CDU);
- b) título do artigo (e subtítulo, se necessário) seguido de um asterisco;
- c) autor ou autores, seguidos de dois asteriscos;
- d) data, de apresentação do artigo à Redação.
- e) no rodapé da página devem ser apresentadas informações sobre o trabalho e credenciais do autor(es).

Exemplo:

ANTES QUE AS MÁQUINAS CHEGUEM*
D. J. Simpson**

* Do artigo "Before the machines come", publicado em *Aslib Proceedings* 20 (a): 21-33, 1968. Traduzido pelo Prof. Eduardo José Wense Dias, da Escola de Biblioteconomia da UFMG;

** Bibliotecário e Diretor do Media Resources of The Open University Library, Inglaterra.

3.7 — apresentar as tabelas, quando for o caso, seguindo as "Normas de Apresentação Tabular" estabelecidas pelo Conselho Nacional de Estatística. V. *Revista Brasileira de Estatística*, 24:42-60, jan./jun. 1963). Devem ser numeradas consecutivamente, em algarismos arábicos, e encabeçadas por um título;

3.8 — apresentar as ilustrações numeradas consecutivamente, em algarismos arábicos, e suficientemente claras para permitir sua eventual redução.

Os desenhos devem ser feitos a tinta nanquim preta e as letras traçadas com normógrafo ou letras decalcáveis (tipo *letraset*);

3.9 — devem ser feitas as citações de texto, por uma chamada numérica, que corresponderá às respectivas referências bibliográficas. Estas devem ser apresentadas no fim do texto, em ordem alfabético-numérica. As chamadas no texto, são numeradas em função desta numeração prévia, não seguindo, portanto, ordem consecutiva.

Comunicações pessoais, entrevistas, trabalhos inéditos ou em andamento poderão ser citados quando necessário, mas apenas serão citados no texto ou em nota de rodapé. Se um manuscrito estiver em via de publicação, poderá ser incluído na lista de referências-bibliográficas, com indicação do título do periódico, ano e outros dados disponíveis;

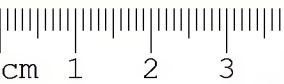
3.10 — as legendas das ilustrações e tabelas devem vir todas datilografadas em folha à parte, com indicações entre parênteses que permitam relacioná-las às tabelas ou ilustrações (fotos ou desenhos) respectivos;

3.11 — seguir as normas de referência bibliográfica, pela ABNT: P-NB 66/1970. Os títulos dos periódicos devem ser apresentados por completo e seguidos do local de publicação. À Comissão de Redação é reservado o direito de uniformizar o aparato bibliográfico dos artigos, quando se fizer necessário.

Exemplos:

1 — Livros:

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 2. ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1969. 502p. Biblioteca de Administração Pública, 14).



Digitalizado
gentilmente por:



2 – Traduções:

FOSKETT, Douglas John. *Serviço de Informação em bibliotecas*. Information services in libraries. Trad. Antonio Agenor Briquet de Lemos. São Paulo, Polígono, 1969. 160p.

3 – Parte de obra:

AZEVEDO, Fernando de. A escola e a literatura. In: COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. Sul Americana, 1955. v. 1, t.1, p. 129-53.

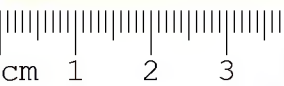
4 – Artigos de periódico:

CAMARGO, Nelly de. Comunicação: uma nova perspectiva no campo das ciências do comportamento. *Revista da Escola de Comunicações Culturais USP*. São Paulo, 1(1):152-8, 1968.

3.12 – seguir, sempre que for possível as normas da ABNT:PNB-69, para a numeração progressiva do artigo;

3.13 – usar notas de rodapé, através de asteriscos, somente quando indispensáveis;

3.14 – apresentar os agradecimentos a pessoas ou instituições, quando necessário, no fim do artigo, logo após o resumo em inglês.



Pede-se acusar o recebimento a fim de não ser interrompida a remessa

Please acknowledge the receipt, so that the remittance may not be interrupted

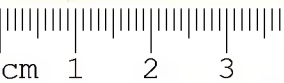
Recebemos a R. Bras. Bibliotecon. e Doc. v. 18 nº: 1/2, jan./june 1985

Nome/Name:

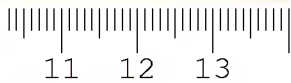
Endereço/Address:

Data/Date:

(a)



Digitalizado
gentilmente por:



A Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação é indexada por:
Information Science Abstracts (ISA),
Library and Information Science
Abstracts (LISA) e
Library Libérature (LL).

**REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA
E DOCUMENTAÇÃO**

(Federação Brasileira de Associações de
Bibliotecários)

São Paulo, 1, 1973 – 10, 1977;

N. Ser. 11, 1978.

Cont./ de BOLETIM da FEDERAÇÃO
BRASILEIRA de ASSOCIAÇÕES de
BIBLIOTECÁRIOS, 1, 1960/26 (5/6), 1972.

1973/77, 1–10

1978, 11 (1/4)

1979, 12 (1/4)

1980, 13 (1/4)

1981, 14 (1/4) CDU:02:061.25(81) (05)

1982, 15 (1/4)

1983, 16 (1/4)

1984, 17 (1/4)

1985, 18 (1/2)

Composição

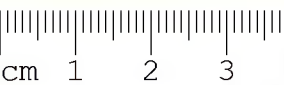
Angela Maria Costa dos Santos

Impressão e Acabamento:

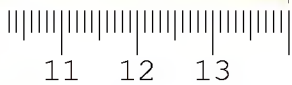
grafistyl editora gráfica Ltda.

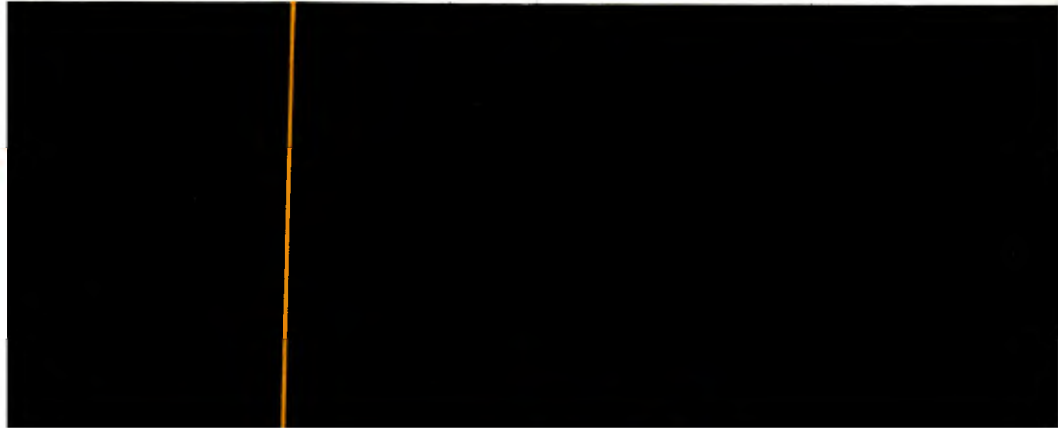
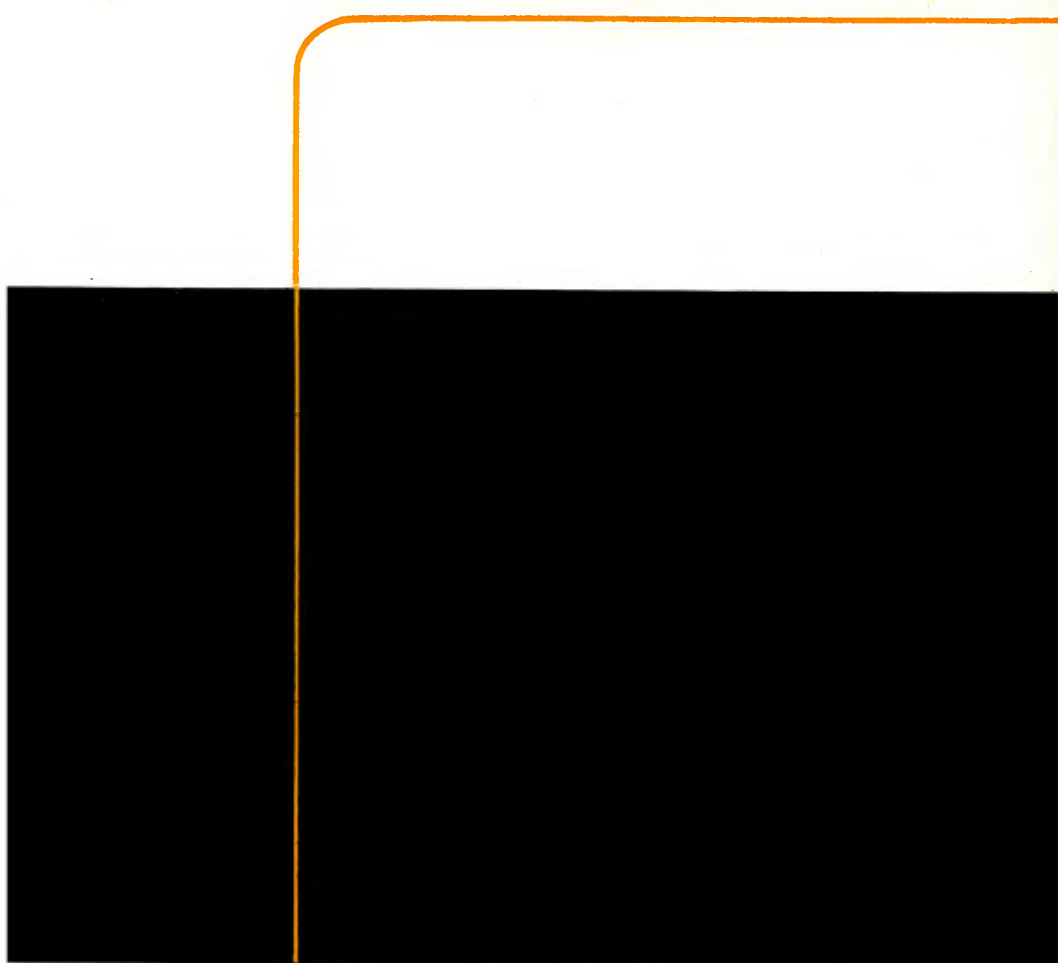
tel.: 66-0220

são paulo – sp



Digitalizado
gentilmente por:





Digitalizado
gentilmente por:

